



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 101 - SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB) - 21</p> <p>Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p>Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Jayme Campos</p> <p>Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano</p>
<p>PTB - 8</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 430, de 14 de maio de 2008**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor de R\$ 7.560.000.000,00, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de julho de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 3 de julho de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008**, que “*Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.883, de 16 de junho 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 2005 e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de julho de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 3 de julho de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 124ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE JULHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 37, de 2008 (nº 52/2008, na origem), de 27 de junho último, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 25424

Recebimento de manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008, oriundas da Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia/GO, da Câmara Municipal de Formosa/GO, da Câmara Municipal de Jataí/GO, da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, da Câmara Municipal de Governador Valadares/MG, da Frente Mineira de Vereadores, da Câmara Municipal de Piracicaba/SP, da Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal/SP, da Câmara Municipal de Florianópolis/SC, do Partido Socialista Brasileiro/RS e da Associação dos Vereadores do Estado do Piauí. 25424

1.2.2 – Leitura de parecer

Nº 617, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa*. 25425

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 17/2008, 26 de março último, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005. 25431

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do

Senado nº 86, de 2005, seja apreciado pelo Plenário. 25437

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 873, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, *solicitando a retirada do Requerimento nº 680, de 2007, de sua autoria. Deferido*. 25437

Nº 874, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, *solicitando a retirada do Requerimento nº 1.145, de 2007, de sua autoria. Deferido*. 25437

Nº 875, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, *solicitando a retirada do Requerimento nº 1.144, de 2007, de sua autoria. Deferido*. 25437

Nº 876, de 2008, de autoria do Senador José Maranhão e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 447, de 2008, que a sessão especial destinada a homenagear o ex-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, seja realizada em data a ser oportunamente marcada. 25437

Nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulações ao Governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano, pela libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt. 25437

1.2.6 – Ofícios

Nº 93/2008, de 3 do corrente, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunicando a indicação do Senador Jefferson Praia para compor, como titular, a Subcomissão Permanente da Amazônia. 25438

Nº 217/2008, de 3 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 13, de 2008-CN. 25438

Nº 218/2008, de 3 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha alteração do prazo de apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 10 a 12 e de 14 a 18, de 2008-CN. 25439

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Notícia sobre o movimento que acontece em Porto Alegre/RS, em defesa da uva e do vinho brasileiros. 25442

SENADOR *PAULO PAIM* – Satisfação diante da aprovação de matérias relevantes para a Educação, com ênfase na DRU. 25444

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Convite a todos os Srs. Senadores para participarem da solenidade de entrega do projeto que dispõe sobre o piso nacional do magistério, ao Presidente Lula. 25445

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL*, como Líder – Preocupações com relação à forma como vem se desdobrando o debate sobre indústria de petróleo no Brasil..... 25447

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Repúdio ao desvio do dinheiro destinado ao seguro-desemprego dos pescadores de Limoeiro do Ajuru/PA. Precariedade do setor de saúde no Estado do Pará. 25449

SENADOR *MARCO MACIEL* – Homenagem à memória do Professor Paulo Maciel, falecido recentemente em Recife/PE. 25454

1.2.8 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Marco Antônio Costa, Primeiro Suplente da Senadora Kátia Abreu, da representação do Estado do Tocantins

1.2.9 – Comunicação

Do Senador Marco Antônio Costa, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar..... 25456

1.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *MARCO ANTÔNIO COSTA* – Discurso de posse no Senado Federal..... 25457

SENADOR *ALVARO DIAS* – Atuação parlamentar da Senadora Kátia Abreu. Saudação ao Senador Marco Antônio Costa. Desrespeito aos direitos dos servidores da Secretaria da Receita Previdenciária que, com a criação da Super-Receita, foram transferidos para a Secretaria da Receita Federal..... 25459

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR* – Louvor pela aprovação do piso salarial dos professores e da destinação de maiores recursos à educação. Apelo ao relator da Medida Provisória nº 431, para que acolha as emendas apresentadas em favor dos professores dos ex-Territórios. Críticas à política ambientalista do Governo que prejudica o Estado de Rondônia. Apelo para a liberação de recursos em prol da conclusão da BR-429. 25463

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Elogios à atuação do Tribunal de Contas de Mato Grosso.... 25467

SENADOR *ALVARO DIAS* – Considerações sobre os depoimentos prestados no Senado Federal a respeito do processo de venda da Varig..... 25469

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Preocupação com o atual surto inflacionário..... 25471

SENADOR *TIÃO VIANA* – Divulgação de dados do programa do Ministério da Saúde, intitulado “Brasil Sorridente”..... 25474

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Impacto da libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt..... 25475

1.2.11 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 876, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 25477

1.2.12 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Apelo ao Governo Federal no sentido da liberação de recursos aos municípios do Rio Grande do Norte vitimados pelas enchentes. 25478

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Registro do lançamento do Plano Safra 2008/2009, com destaque para o programa “Mais Alimentos”..... 25478

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Registro da solenidade de entrega ao Presidente Lula do projeto do piso nacional do magistério. Importância para o Estado do Rio Grande do Sul da autorização de empréstimo junto ao Banco Mundial. 25480

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 878, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Mendes Silva.*..... 25482

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *JOSÉ NERY* – Preocupação com informações a respeito de monitoramentos feitos pelos Estados Unidos da América em todo o planeta, incluindo o campo petrolífero de Tupi. 25482

1.2.15 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para prever novo critério de delimitação dos crimes passíveis de interceptação telefônica, além de prever o recurso de ofício da decisão judicial que autoriza a realização do referido procedimento.* 25486

1.2.16 – Leitura de requerimento

Nº 879, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando o desapensamento e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003.* 25488

1.2.17 – Leitura de parecer

Nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.230, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*..... 25489

1.2.18 – Comunicação da Presidência

Inclusão do Requerimento nº 1.230, de 2007, na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária..... 25494

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária, conforme acordo das lideranças partidárias

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da

Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2008, que dá nova redação ao inciso II do §2º – B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública (proveniente da Medida Provisória nº 422, de 2008). 25494

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 424, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais, para os fins que especifica. 25494

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 425, de 2008, que altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas auferidas na venda de álcool. 25494

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2008, que altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e o § 2º do art. 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e revoga o art. 2º e o Anexo I da Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 426, de 2008). 25494

Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007. 25495

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômi-

cos, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008. 25495

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 25495

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 25495

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 25495

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 25495

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 25496

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 25496

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. 25496

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da

Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal...... 25496

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.* 25496

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.* 25496

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*..... 25497

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*..... 25497

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 25497

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.* 25497

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a*

legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais...... 25497

Item 22

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências.*..... 25497

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*..... 25498

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*..... 25498

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.* 25498

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).* 25498

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que *dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).* 25498

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ...* 25498

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.* 25499

Item 30		
Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que <i>modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)</i>	25499	
Item 31		
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que <i>altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)</i>	25499	
Item 32		
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que <i>altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)</i>	25499	
Item 33		
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)</i>	25499	
Item 34		
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho</i>	25499	
Item 35		
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela</i>	25500	
Item 36		
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários</i>	25500	
Item 37		
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura</i>		
<i>e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)</i>	25500	
Item 38		
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos</i>	25500	
Item 39		
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro</i>	25500	
Item 40		
Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Agente Marítimo</i>	25500	
Item 41		
Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que <i>altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça</i>	25500	
Item 42 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que <i>acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços</i>	25501	
Item 43 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que <i>acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos</i>	25501	
Item 44 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências</i>	25501	
Item 45		
Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>altera o art. 1º da Lei Complementar nº</i>		

105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 25501

Item 46 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 25501

Item 47

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil. 25501

Item 48 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. 25502

Item 49

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. 25502

Item 50

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). 25502

Item 51

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 25502

Item 52

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. 25502

Item 53

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa. 25502

Item 54

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 25502

Item 55

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 25503

Item 56 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). 25503

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ NERY – Situação da saúde em Belém/PA. 25503

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – A importância da lei que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas aos motoristas. 25509

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Aspectos do processo inflacionário e sugestão de pacto pela estabilidade monetária. 25512

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 5 de novembro do corrente, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemo-

rar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil..... 25514

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (Continuação)

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Considerações acerca de artigo da autoria de César Benjamin, intitulado “Tenebrosas Transações”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, e leitura de esclarecimentos prestados pelo Banco Central do Brasil.... 25514

SENADOR *PAULO PAIM* – Reflexão sobre a campanha internacional denominada “Campanha pelo Trabalho Decente”, e da luta contra o trabalho escravo, especialmente nas usinas de açúcar e álcool. 25518

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Transcrição da matéria intitulada “Planalto vê potencial explosivo”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 6 de junho último. 25522

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada “Dados da Receita e do BC sobre Varig foram engavetados”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 15 de junho último. 25524

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários sobre a matéria intitulada “A Assombração do Continuísmo”, publicada na revista **Veja**, edição de 16 de abril último. 25525

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Entusiasmo pela aprovação de empréstimos do BNDES para a região Norte. 25531

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 3-7-2008

3 – CONVÊNIO

Nº 23, de 2008. 25533

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 124ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de julho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Eduardo Azeredo, Pedro Simon, José Nery, Augusto Botelho, João Pedro, Jayme Campos e Eduardo Suplicy

(inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto, e encerra-se às 19 horas e 55 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/7/2008 07:28:50 até 3/7/2008 20:30:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passo a Presidência ao Senador Alvaro Dias, porque vou fazer uma comunicação inadiável. (Pausa.)

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 37, de 2008** (nº 52/2008, na origem), de 27 de junho último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu as seguintes manifestações sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008**:

- Ofício nº 41/2008, da Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás;
- Ofício nº 43/2008, da Câmara Municipal de Formosa, Estado de Goiás;

– Ofício s/nº, da Câmara Municipal de Jataí, Estado de Goiás;

– Ofício nº 159/2008, da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão;

– Ofício nº 65/2008, da Câmara Municipal de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais;

– Ofício s/nº, da Frente Mineira de Vereadores, Estado de Minas Gerais;

– Ofício nº 161/2008, da Câmara Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo;

– Ofício nº 185/2008, da Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo;

– Ofício nº 64/2008, da Câmara Municipal de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

– Ofício s/nº, do Partido Socialista Brasileiro, Estado do Rio Grande do Sul; e

– Ofício nº 28/2008, da Associação dos Vereadores do Estado do Piauí.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 617, DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares *que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa.*

RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebe para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que tem por objetivo acrescentar o art. 21-A à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que *regulamenta o art. 159, inciso I, alínea 'c', da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências*, para sujeitar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais que sejam responsáveis pela concessão de financiamentos irregulares às sanções por atos de improbidade administrativa aplicáveis aos agentes públicos, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Apresenta-se como justificativa ao projeto a necessidade de se explicitar a aplicação das penas por improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções penais, aos responsáveis pela concessão de financiamento em condições irregulares com recursos dos Fundos Constitucionais.

A proposição recebeu uma Emenda, também de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para alterar a ementa do projeto, de forma a definir adequadamente o seu objetivo.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão avaliar o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, nos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Tendo em vista o caráter terminativo dessa deliberação, impende também analisar o mérito da proposição.

Do ponto de vista da constitucionalidade, inexistem óbices ao prosseguimento da tramitação da proposta, tendo em vista a inserção da matéria no âmbito de competência legislativa da União e a inexistência de reserva de iniciativa no processo legislativo.

Com respeito ao mérito da proposição, devemos consignar como louvável o propósito de refrear a concessão de financiamentos irregulares com recursos dos Fundos Constitucionais. A justificativa da proposta é irrepreensível ao afirmar que a norma jurídica possui, entre suas funções, a de dissuadir condutas, de onde se aduz a necessidade de se deixar evidente, no enunciado normativo, a conduta que se pretende reprimir.

Nesse ponto, entretanto, devemos tecer algumas considerações a respeito da juridicidade da proposição. O dispositivo que se pretende acrescentar à Lei nº 7.827, de 1989, é manifestamente inócuo, uma vez que a concessão de financiamentos irregulares pelos agentes em questão já se inclui dentre as condutas puníveis nos termos da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

De fato, os bancos responsáveis pela gestão do FNO, FNE e FCE são o Banco da Amazônia S/A (Basa), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Brasil (BB), todos sociedades de economia mista, entidades integrantes da administração indireta. Os seus gestores são, portanto, agentes públicos, inexistindo qualquer dúvida quanto à possibilidade de serem enquadrados nas condutas puníveis nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

O art. 10, inciso VI, da Lei nº 8.429, de 1992, já define como ato de improbidade administrativa a realização de operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares. De maneira semelhante, o art. 11, inciso I, daquele diploma legal, caracteriza como improbidade administrativa a prática de ato visando fim diverso daquele previsto na regra de competência. A concessão de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais sem observância das regras pertinentes pode, sem qualquer dúvida, ser enquadrada em qualquer dessas definições de ato de improbidade administrativa, não havendo necessidade de que outra lei consigne previsão nesse sentido.

Da mesma forma, a determinação, inscrita no PLS nº 86, de 2005, de que a aplicação ao ilícito em questão de penalidade pela prática de ato de improbidade administrativa não impede a cominação de outras sanções previstas no Código Penal, não representa inovação no ordenamento. Com efeito, o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, já determina a independência entre as sanções penais e as de caráter civil, como as cominadas nessa mesma lei, e também de eventuais sanções administrativas, previstas em legislação específica.


Somos obrigados a concluir, portanto, que o PLS nº 86, de 2005, não traz qualquer inovação ao ordenamento jurídico, limitando-se a repetir disposições já inscritas em texto legal vigente. Tendo em vista que a introdução de elemento novo no ordenamento constitui característica essencial da juridicidade, o projeto em questão deve ser considerado injurídico. Ademais, a conduta que se pretende reprimir nessa proposição é vedada de forma inequívoca nos referidos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, inexistindo, dessa maneira, qualquer incremento no que se refere à clareza quanto a sua ilicitude.


A Emenda apresentada, por sua vez, corrige engano constante da redação original da ementa do projeto, de forma a explicitar o objeto da proposta, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, sem, no entanto, trazer contribuição para o saneamento do vício de juridicidade da proposição.


III – VOTO

Em face do exposto, em razão de sua injuridicidade, deliberamos pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, e da Emenda nº 1 – CCJ.

Sala da Comissão, 26 de março de 2008.

 , Presidente

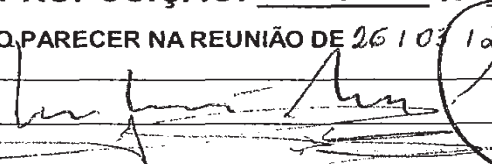
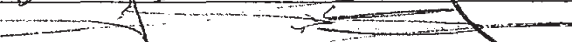
 , Relator

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 86 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/07/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Sen. Jefferson Pêres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO: <i>Sibá Machado (SIM)</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLCY	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges - NÃO</i>
ALOIZIO MERCADANTE: <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES: <i>Antonio Carlos Valadares (AUTOR)</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ²
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS: <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON: <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>NÃO</i>
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA: <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA: <i>Adelmir Santana (M)</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES: <i>Demóstenes Torres (NÃO)</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO: <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO: <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALGANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES (RELATOR)	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 86, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO	X				1 - JOAO RIBEIRO				
SIBA MACHADO					2 - INACIO ARRUDA				
EDUARDO SUPPLY					3 - CESAR BORGES		X		
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATTI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES		X			6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS		X			1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON		X			2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X		
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMI R SANTANA		X			1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Presidente)					2 - JAYME CAMPOS		X		
DEMÓSTENES TORRES		X			3 - JOSÉ AGRIPINO		X		
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO		X		
EDUARDO AZEREDO		X			7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI		X		
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES		X			1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 17 SIM: 2 NÃO: 13 ABSTENÇÃO: 2 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

Senador MARCO MACIEL
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 03 / 2008

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 14/02/2008)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *Emenda nº 4*
 PLS Nº 06, DE 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO	X				1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBA MACHADO					2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPPLY					3 - CESAR BORGES		X		
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATTI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES			X		6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS		X			1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON		X			2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X		
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA		X			1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (<i>Presidente</i>)					2 - JAYME CAMPOS		X		
DEMÓSTENES TORRES		X			3 - JOSÉ AGRIPINO		X		
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO		X		
EDUARDO AZEREDO		X			7 - JOAO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MARIC COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI		X		
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES		X			1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 17 SIM: 2 NÃO: 13 ABSTENÇÃO: 2 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 03 / 2008

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 14/02/2008)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Ofício nº 17/08—PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de março de 2008.

Excelentíssimo Senhor
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo **arquivamento** por injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa”, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **MARCO MACIEL**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Documento anexado nos termos do art. 250, parágrafo único do Regimento Interno. Fragmentos das notas taquigráficas da Reunião da CCJ EM 26/03/2008.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Senador Demóstenes, a sua Emenda é apenas para tornar explícito. Porque a meu ver já está implícito que é renovável sem limite. Mas como pode haver dúvidas, não é isso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós tivemos uma discussão a esse respeito aqui, porque o judiciário começou a entender que "repetível" era uma coisa diferente de "renovável", e de uma outra expressão. [soa a campanha] Então, nós poderemos colocar a expressão que seja aquela que o judiciário entenda como de prazo ilimitado. Essa é a minha preocupação. Se V.Exª concordar, acho que não tem óbice regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, se o Plenário estiver de acordo com a sugestão apresentada pelo nobre Senador Demóstenes Torres, e também se a Relatora anuir com a sugestão, eu ponho a matéria em votação. Em votação. As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. [soa a campanha]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu apresentei um Requerimento pedindo urgência à matéria para ir a Plenário. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, a Mesa acaba então de receber ao expediente do nobre líder Senador Aloizio Mercadante, pedindo, inclusive, urgência para a matéria, e vamos pô-la em votação. As Srªs e Srs. Senadores que aprovam a urgência requerida pelo Senador Aloizio Mercadante permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos, então, agora para o Item nº 4, que é... Vamos agora passar para o Item nº 4 que é justamente a inversão de Pauta que se fez a pedido do Senador Jefferson Peres. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 86/2005 terminativo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989 que trata de dar outras providências objetivando responsabilizar os gestores dos Bancos administradores dos fundos constitucionais por atos de improbidade administrativa. A autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que se encontra presente, a Relatoria é do Senador Jefferson Péres. O parecer do Relator foi pela injuridicidade e arquivamento do Projeto e da Emenda nº 01. Em 5 de maio de 2007 foi recebida a Emenda nº 01 de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, autor do Projeto, que recebeu parecer contrário. Em 13/02/2008 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Em 05 de março de 2008 foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. Então, a matéria já teve sua discussão encerrada. Bom, então, eu vou colocar em votação o Projeto. [soa a campanha] Eu gostaria de... Se o Senador Valadares ou o Senador Jefferson Peres deseja fazer alguma manifestação sobre o assunto.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): A discussão está encerrada. Entretanto, Sr. Presidente... [soa a campainha] Apenas para reavivar a memória dos membros da Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Jefferson Peres. [soa a campainha]

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): O Projeto do Senador Antonio Carlos Valadares estabelece punição para os gestores de bancos públicos que cometerem ilícitos. Meu parecer foi, *data venia* do ilustre autor, pela injuricidade por entender que qualquer conduta ilícita desses gestores já está abrangida pela Lei de improbidade administrativa. Portanto, uma nova Lei específica para esses gestores, a meu ver, é injurídica. Porque é desnecessário. Mas, eu não faço disso cavalo de batalha. O que eu entendo ter motivo para mudar de opinião. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ouvimos a palavra do nobre Senador Jefferson Péres, que expendeu mais uma vez sua opinião com relação ao assunto, eu indago se algum Senador ou Senadora que... Pretenda falar. Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. S.Ex^a tem a palavra. [soa a campainha]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, tenho todo respeito por todo o trabalho que é feito aqui pelo Senador Jefferson Péres. Ocorre que, neste caso, a meu ver, se nós estamos colocando algum instrumento, algum mecanismo que venha a evitar que através dos tribunais ou da justiça, aqueles gestores de bancos, cometendo irregularidades ou ilícitos, possam se livrar das penalidades da Lei, nós apresentamos esse Projeto. O objetivo foi apenas proteger, sem dúvida alguma, os fundos constitucionais que são geridos pelos bancos, tipo Banco da Amazônia, do Estado, inclusive do Senador Jefferson Péres, do Banco do Brasil, Banco do Nordeste. Então, o nosso objetivo é tão somente criar mais uma barreira da possibilidade de que através de recursos, conforme demonstrei de forma cabal, possam se livrar de punições determinadas pela justiça. Nós apontamos aqui, Sr. Presidente, várias e várias decisões, não apenas relacionadas com bancos, mas que o entendimento majoritário é de que não havendo enriquecimento ilícito e nem prejuízo ao erário, mais a inabilidade do administrador não cabe punições previstas na Lei da impunidade. Então, Sr. Presidente, pode ser que num ou no outro caso o gestor ao emprestar dinheiro do fundo constitucional que é recurso público, possa se utilizar do seu poder discricionário e ajudar direta ou indiretamente ou promover através de decisão privilegiada, promover um benefício indevido a um determinado empresa. Eu não vou mais entrar nessa discussão, Sr. Presidente, porque o meu objetivo eu cumpri. Que foi proteger os recursos dos fundos constitucionais de investidas de pessoas inescrupulosas, aproveitando-se, muitas vezes, da irresponsabilidade de gestores públicos. Continuo defendendo o Projeto, mas respeitando o pensamento do Senador

Jefferson Péres. Está muito claro o nosso objetivo, Sr. Presidente. Já essa discussão foi ampla, irrestrita na Reunião anterior que nós tratamos desse problema. E eu acredito que todos os Srs. Senadores estão bem esclarecidos sobre os propósitos sadios dessa matéria que eu resolvi apresentar na Comissão de Justiça. Agradeço a V.Ex^a. [soa a campainha]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Demóstenes Torres deseja discutir a matéria? Com a palavra V.Ex^a.

[falas sobrepostas].

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Senador Demóstenes, não tenho nada a objetar. Mas já foi encerrada a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Talvez seja para encaminhar à votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para encaminhar à votação. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então V.Ex^a disporá de cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. Sr. Presidente, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares apresenta um Projeto extraordinário que é o de acrescentar um Artigo à Lei nº 7.827, justamente, para deixar claro que aplicam-se aos gestores dos fundos as mesmas penalidades da Lei nº 8.429, a Lei da Improbidade Administrativa. Fez muito... Exatamente. A Lei... Acrescentar as disposições da Lei nº 8.429. E tinha razão de ser o Projeto do Senador, porque muitos tribunais vinham absolvendo exatamente os delinquentes, aqueles gestores fraudulentos, com o argumento de que não se aplicava a Lei nº 8.429. Houve uma modificação na Lei nº 8.429 para deixar explícito que mesmo que não haja prejuízo com a operação irregular, e se havendo prejuízo a pena ainda é maior, que isso também se estendia às operações bancárias. Daí, porque apesar do Projeto ter sido apresentado e com a melhor das intenções, razão assiste ao Senador Jefferson Péres, porque na realidade, eu ainda tive oportunidade que eu fiquei muito em dúvida, tive a oportunidade de ligar para alguns coordenadores da área do Ministério Público de impunidade. E a aplicação da Lei nº 8.429 hoje, em relação a operações fraudulentas ou operações temerárias, ela é tranqüila, Senador Antonio Carlos Valadares. De sorte, que a intenção de V.Ex^a, como V.Ex^a bem expôs, já está absolutamente contemplada. Hoje já não tem mais aquele dissídio jurisprudencial que no passado levou V.Ex^a a apresentar esse Projeto. Daí, porque vou acompanhar o voto do Senador Jefferson Peres, mas rendendo todas as homenagens à intenção do Senador Antonio Carlos Valadares. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, encerrada... Encerrado o encaminhamento de votação, eu vou submeter a matéria à votação nominal, posto se tratar de Projeto terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em votação o Projeto. Antes de colher os Votos, por votação nominal, eu gostaria de lembrar que aqueles que votam com o Relator deverão votar não ao Projeto. [soa a campainha] Senadora Serys Slhessarenko; Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu vou votar sim Presidente, apoiando o Projeto então.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Senador Sibá Machado, sim. Senador Eduardo Suplicy; Senador Aloizio Mercadante, sim. Senadora Ideli Salvatti; Senador Antonio Carlos Valadares, autor da proposição; Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Jarbas Vasconcelos, não. Com o Relator. Senador Pedro Simon. Com o Relator, não. Senador Romero Jucá; Senador Almeida Lima; Senador Valter Pereira, com o Relator, o Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, vou votar com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator. Não, portanto. Senador Adelmir Santana. Não. Senador Demóstenes Torres. Não, com o Relator. Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo. Com o Relator o Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati; Senador Jefferson Péres... Obviamente, é o Relator da matéria. Vou colher agora votos de outros Srs. Senadores aqui presentes. Senador César Borges; Senador Magno Malta; Senador Jayme Campos, com o Relator; Senador Flexa Ribeiro; Senador José Agripino. Não, com o Relator. Senador Mozarildo Cavalcanti. Com o Relator. Vou anunciar o resultado. Votaram 17 Srs. Senadores. Obviamente, o Presidente, por abstenção, como determina o Regimento Interno. E o autor também que só vota por motivo de quorum. Então, o resultado final foi o seguinte, 13 votos não, 2 votos sim, um voto do autor da proposição, Senador Antonio Carlos Valadares, e um voto... E uma abstenção, por imposição regimental do Presidente. Então, o resultado é o que acabo de anunciar. Antes de...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela ordem, com a palavra o nobre líder Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, vai entrar em Pauta discussão e votação possivelmente debate acalorado e longo a questão do Projeto de Lei que disciplina a suplência de Senador. Há um Projeto que foi objeto de pedido de vistas pelo Senador Jefferson Péres que cria cargo de provimento efetivo no TRT do Mato Grosso, e conversei

com o Senador Jefferson Péres, que pediu vistas e me disse que não tinha nenhuma observação a fazer, que modificasse o parecer que eu apresentei. Em, assim sendo, com o de acordo com o Senador Jefferson Péres, eu pediria a V.Ex^a, já que a matéria consta da Pauta, que a colocasse em apreciação se o Plenário estiver de acordo, a partir de agora.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM): Sr. Presidente, [soa a campanha] eu pedi vistas porque tinha algumas dúvidas. Mas depois recebi a visita do desembargador, Presidente Tribunal, que me deu explicações satisfatórias. E isso me dá a oportunidade, o prazer de concordar com o ilustre Relator Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [soa a campanha] A Mesa, então, vai fazer a inversão de ordem solicitada. Mas antes, gostaria de dar ciência ao Plenário da Comissão de ofício que acabo de receber, que recebi hoje pela manhã da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça. A Presidente Ellen Gracie diz o seguinte no expediente que encaminha a esta Comissão: "Sr. Presidente, tenho a honra de convidar V.Ex^a para Sessão solene de posse do Exm^o Sr. Ministro Gilmar Ferreira Mendes no cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Exm^o Sr. Marcelo Nobre, no cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, a ser realizado no dia 26 de março, às 11h30 na sala de sessões plenárias do CNJ. Atenciosamente, Ministra Ellen Gracie, Presidente". Feita essa comunicação, vamos então anunciar o Item nº 9 que se trata de matéria que foi pedido preferência pelo líder Senador José Agripino, e que diz respeito também à matéria de interesse, como aqui foi referido, do Senador Jayme Campos. Posto que, o Tribunal Regional do Trabalho da 23^a Região tem sede em Cuiabá, capital do Mato Grosso, Estado que S.Ex^a representa aqui no Senado Federal. Então, eu vou anunciar a Ementa da proposição. A proposição é a seguinte: Projeto de Lei da Câmara nº 122/2007, PL nº 02334/2003 na Câmara dos Deputados, não terminativo. Eis a Ementa: "Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em Comissão e funções comissionadas no quadro permanente de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23^a Região e dá outras providências." Autoria do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Relator Senador José Agripino pela aprovação do Projeto. Em 12 de março de 2008 foi concedida vista ao Senador Jefferson Péres nos termos regimentais que devolveu sem manifestação. Como, aliás, acaba de reafirmar oralmente. Consulto, portanto, se há Senador interessado em discutir a matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela ordem, eu concedo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 17/08-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de março de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa

Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento por injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa", de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao ofício que acaba de ser lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 873, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 680, de 2007, de minha autoria, que se refere à convocação do Ministro de Estado da Justiça, Senhor Tarso Genro, perante o Plenário desta Casa, por ter perdido a oportunidade.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **Tião Viana**, PT/AC.

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1.145, de 2007, de minha autoria, que se refere à convocação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Paulo Bernardo Silva, perante o Plenário desta Casa, por ter perdido a oportunidade.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **Tião Viana**, PT/AC.

REQUERIMENTO Nº 875, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1.144, de 2007, de minha autoria, que se refere à convocação do Ministro de Estado da Saúde, Senhor José Augusto Temporão, perante o Plenário desta Casa, por ter perdido a oportunidade.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **Tião Viana**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do art. 256, §2º, I, do Regimento Interno.

Os **Requerimentos nºs 680, 1.145 e 1.144, de 2007**, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 2008

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 447, de 2008, que a Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o ex-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento, seja realizada em data a ser oportunamente marcada.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – **José Maranhão – Roseana Sarney – Adelmir Santana – Pedro Simon – César Borges – Tião Viana – Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Nº 41, de 2008-CRE)

Requeiro, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores aprove voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia).

Requeiro ainda que seja manifestado ao governo colombiano o posicionamento da Comissão de que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

Justificação

No dia de ontem (2 de julho) o governo colombiano anunciou o resgate de quatorze pessoas que estavam em poder das FARC, dentre elas a ex-senadora Ingrid Betancourt. A libertação de reféns em poder das FARC tem sido alvo de intensos debates diplomáticos e tratativas de grupos humanitários no mundo inteiro.

A existência de um grande número de reféns tem sido parte do sintoma de uma crise política, institucional e militar vivenciada pela Colômbia, a qual precisa de uma saída pacífica.

É com muita alegria que presenciamos o resgate com vida dos reféns. É com muita esperança que renovamos nosso desejo de que o conflito tenha um final político e não militar, que mais vidas colombianas sejam poupadas, o que significa a libertação de reféns em

poder das FARC e de cidadãos colombianos presos por pertencerem às fileiras das FARC.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **José Nery** – PSOL, Pará (autor) – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Inácio Arruda** – **Jarbas Vasconcelos** – **Pedro Simon** – **Serys Slhessarenko** – **César Borges** – **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia posteriormente.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

OF. Nº 093/2008 – CRE

Brasília, 03 de julho de 2008.

Assunto: Indicação do Senador Jefferson Praia para Subcomissão.

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para informar que, em reunião realizada hoje, dia 03 de julho de 2008, foi designado para compor, como titular, a Subcomissão Permanente da Amazônia, o Senador Jefferson Praia.

2. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador HERÁCLITO FORTES
Presidente

Of. Pres. n. 217 /2008/CMO

Brasília, 3 de julho de 2008.

Assunto: solicita alteração de prazo do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 13/2008-CN.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo que na data de ontem, tive a honra de receber comitiva formada pelo Ministro do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, e dos ex-jogadores de vôlei, Bernard Rajzman e Fernanda Venturini, e o iatista Marcelo Ferreira. Na oportunidade, foi solicitado à Comissão diligências na apreciação do **Projeto de Lei nº 13/2008-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte, crédito suplementar no valor de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, cujos recursos são destinados à candidatura do Brasil como sede das Olimpíadas de 2016.

Na 7ª Reunião Ordinária realizada nesta data, foi aprovada pelo Plenário a redução do prazo para apresentação de emendas ao referido Projeto de Lei para **4 (quatro)** dias, ficando de **4 a 7/7/2008**, com previsão de votação do Relatório no dia 9 de julho.

Isto posto, submeto a Vossa Excelência a solicitação de redução do referido prazo como forma de contribuir para a celeridade na apreciação da Matéria.

Renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Presidente

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

CRONOGRAMA

Apresentação de Emendas na Comissão * de 04 a 07/07
Publicação das Emendas..... até 12/07
Parecer do Relator..... até 11/07
Discussão e Votação do Parecer e das Emendas..... de 15 e 16/07
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN..... até 17/07

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG/CN/ ORIGEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CRED	RELATOR
013/2008	0067/2008 0435/2008	MINISTÉRIO DOS ESPORTES - Administração Direta	(SUP)	Deputado Gilmar Machado (PT/MG)

Of. Pres. n. 218 /2008/CMO

Brasília, 3 de julho de 2008.

Assunto: **solicita alteração do prazo de apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 10 a 12 e de 14 a 18/2008-CN.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência para informar que na 7ª Reunião Ordinária realizada nesta data, foi aprovada pelo Plenário a alteração do prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei nºs 10 a 12 e de 14 a 18/2008-CN**, tendo sido proposto o período **de 4 a 8 de julho** para esse fim, e, ainda, com data de votação do Relatório prevista para o dia 9 do mesmo mês.

Conforme exposto, submeto a proposta à alta consideração de Vossa Excelência

Ao despedir-me, renovo-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Presidente

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

CRONOGRAMA

Apresentação de Emendas na Comissão *..... de 04 a 08/07
 Publicação das Emendas..... até 13/07
 Parecer do Relator..... até 11/07
 Discussão e Votação do Parecer e das Emendas..... de 15 e 16/07
 Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN..... até 17/07

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG/CN/ ORIGEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CREO	RELATOR
010/2008	0056/2008 0398/2008	SENADO FEDERAL - Administração Direta JUSTIÇA ELEITORAL - Tribunal Regional Eleitoral do Acre - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Ministério Público do Trabalho	ESP	Deputado NATAN DONADON (PMDB/RO)
011/2008	0057/2008 0399/2008	JUSTIÇA FEDERAL - Justiça Federal do Primeiro Grau - Tribunal Regional Federal da 1A. Região - Tribunal Regional Federal da 2A. Região JUSTIÇA ELEITORAL - Tribunal Superior Eleitoral - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Tribunal Regional Eleitoral de Mato	SUP	Deputado EDUARDO DA FONTE (PP/PE)

		Grosso - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe JUSTIÇA DO TRABALHO - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região - Goiás PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Secretaria Especial de Portos		
012/2008	0058/2008 0411/2008	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT	ESP	Senador Delcídio Amaral (PT/MS)
014/2008	0070/2008 0447/2008	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	ESP	Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS)
015/2008	0071/2008 0448/2008	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Administração Direta	SUP	Senador João Tenório (PSDB/AL)
016/2008	0072/2008 0449/2008	MINISTÉRIO DA SAÚDE - Fundação Nacional de Saúde	SUP	Deputado Raimundo Gomes de Matos - (PSDB/CE)
017/2008	0073/2008 0455/2008	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	ESP *	Deputado Marcos Montes (DEM/MG)
018/2008	0074/2008 0456/2008	MINISTÉRIO DO ESPORTE - Administração Direta	ESP	Deputado Edmilson Valentim - (PCdoB/RJ)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como orador inscrito.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Alvaro Dias, colegas Senadoras e Senadores, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, permita-me só esclarecer: eu vou usar da palavra para uma comunicação inadiável e o Senador Zambiasi está falando como orador inscrito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Paim, inicialmente, vou falar de um movimento que está acontecendo neste momento em Porto Alegre. Trata-se da manifestação do setor da vitivinicultura, que reúne representantes de mais de vinte Municípios do interior gaúcho e também de Santa Catarina.

A possibilidade de uma crise no setor vinícola brasileiro vem-se acentuando nos últimos anos. A preocupação do setor está justamente na colocação da produção da uva na safra de 2009. Em busca de soluções mais ágeis junto ao Governo, produtores de uva, sindicatos dos trabalhadores rurais, entidades setoriais, cooperativas, indústrias e profissionais da área criaram o Movimento em Defesa da Uva e dos Vinhos do Brasil. As articulações para deflagrar esse movimento iniciaram-se já há algum tempo e hoje é o dia em que esse movimento está ocorrendo, reunindo milhares de pessoas. Cerca de quatro mil pessoas estão, neste momento, ali, na Praça da Matriz, onde se reúnem com o Presidente da Assembléia, Alceu Moreira; falam com a Governadora Yeda Crusius. com o Secretário da Agricultura; com o Chefe da Casa Civil, Dr. Wenzel, e abre um Manifesto Nacional em defesa da Uva e do Vinho brasileiros.

O setor vitivinícola da serra gaúcha está vivendo uma crise sem precedentes na história. A projeção realmente é preocupante, Senador Paim, para nós, gaúchos. Em nosso Estado, 20 mil famílias, pequenos produtores, proprietários de áreas de 3, 5, 10, no máximo 15 hectares, dão uma qualidade de vida e um índice de desenvolvimento humano muito grande à região, mas, infelizmente, estão ameaçados por uma crise que começa. Há a preocupação de que 2008 se encerre com 300 milhões de litros de vinho estocados nas cantinas. Por isso, a tendência de que o preço da uva paga aos produtores agrícolas recue na safra que está a caminho.

Os produtores querem chamar a atenção do Governo Federal para a falta de espaço para colocar a produção da próxima safra, pedem a formação de um estoque regulador para diminuir a quantidade atual de 25%, a redução de tributos, o cancelamento do registro de produtos que imitam o vinho e que dão uma grande dor de cabeça aos consumidores, é um problema seriíssimo. Muitos desinformados adquirem aquele vinho em oferta bem baratinho, mas não estão comprando vinho não; estão comprando uma mistura de várias coisas – aliás, de uva não tem nada; tem apenas a cor – e, no dia seguinte, seguramente sentirão uma terrível dor de cabeça.

Então, os produtores gaúchos e de outros Estados que produzem uvas e vinhos querem o cancelamento do registro, a renegociação de acordos de comércio com o Mercosul e a revogação do acordo com o Chile, além do apoio às políticas de reestruturação do setor e uma ação mais enérgica da fiscalização.

Então, milhares de pessoas que vêm de Bento Gonçalves, de Garibaldi, de Farroupilha, da sua Caxias do Sul, Senador Paim, e do Senador Simon, de Flores da Cunha, de Veranópolis, de Antônio Prado, todos estão em Porto Alegre, próximos ao Palácio Piratini e à Assembléia Legislativa, onde agendam todos os encontros.

Como eu disse, entre as solicitações, destacam-se as antigas bandeiras de luta, como a tributação excessiva dos vinhos e dos espumantes brasileiros e o crescimento das importações, facilitado pela taxa cambial e por acordos internacionais que só beneficiam os vinhos estrangeiros. Esse é um problema realmente muito sério, muito sério. Além disso, os produtores exigem, obviamente, uma ação enérgica da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério da Agricultura em relação à fiscalização, entre outros pleitos.

O movimento também está juntando assinaturas. O objetivo é fazer um grande abaixo-assinado com a intenção de reunir o maior número possível, demonstrando a representatividade da cadeia produtiva da uva e do vinho, que só de vicultores (produtores de uva) reúne mais de 20 mil famílias. Dá para considerar, em média, algo em torno de 100 mil pessoas no Rio Grande do Sul, todos eles vinculados a essa produção. São 1.200 vinícolas no Estado, Senador Paim, que produzem 1,2 bilhão de quilos de uva, sendo 50% para a produção de vinhos e sucos. São 300 milhões de litros de vinho por ano; R\$1,2 bilhão em faturamento por ano.

Mas, acima de tudo, está o bem-estar social que a produção vitivinícola oferece a essas famílias.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, quero mais é cumprimentá-lo por seu pronunciamento. Temos trabalhado aqui – os Senadores do Rio Grande – com muita sintonia. Ontem, eu comentava essa questão do vinho e quero, de público, dizer, Senador Zambiasi, que V. Ex^a nos lidera nesse tema. E V. Ex^a sabe muito bem que não estou fazendo nenhuma rasgação de seda. V. Ex^a tem dialogado muito com os outros dois Senadores gaúchos e também com os outros Senadores da Casa. Ao ver V. Ex^a na tribuna, eu entendo que nosso povo do Rio Grande deve estar muito feliz, porque tocávamos no assunto ontem e hoje V. Ex^a enfatiza a questão com o conhecimento que tem. Digo rapidamente que nós, gaúchos, temos muita alegria de falar da festa da uva, da festa do vinho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Do Dia Estadual do Vinho, que já é um sucesso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – A profissão de enólogo, por que V. Ex^a tanto trabalhou aqui e hoje é um sucesso; a festa do espumante – V. Ex^a me alertava outro dia –, enfim, todo esse complexo que une a serra gaúcha e outras regiões do nosso Estado que também cuidam do vinho. O aparte é só para cumprimentá-lo. Parabéns pelo trabalho que V. Ex^a faz em outras áreas e também nessa área.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigada, Senador Paim. Foi exatamente por iniciativa nossa – minha, do Senador Simon, da Bancada gaúcha – que o Ministério da Agricultura criou a Câmara Setorial da Vitivinicultura, agora, portanto, com assento e com representatividade no Ministério da Agricultura.

É um fato realmente relevante e marcante para todos nós, e não poderíamos deixar de registrá-lo hoje aqui. Estamos registrando esse fato que preocupa também, obviamente... Está aqui a Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, Estado que já tem uma belíssima produção de uva, de vinhos, de vinhos de qualidade, de espumantes. E nós subimos mais e chegamos ao Paraná, do Senador Alvaro Dias, onde também já há vitivinicultura. Em Pernambuco, o pessoal estranha, mas tem uma belíssima produção de uvas de mesa e vinhos também, e na Bahia.

Então, acho que o Brasil tem de já começar a acordar para esse processo. Nós temos uma larga produção e temos de colocar alguns freios em relação à questão dos vinhos que vêm com benefícios fiscais, os vinhos importados, que nem sempre são de grande qualidade.

Muitas vezes, o pessoal se encanta com o charme de um rótulo estrangeiro, de um rótulo escrito em francês, ou em italiano, ou em espanhol, vindo ali da Argentina, do Uruguai e do Chile, facilitado pelos

acordos internacionais, e, na realidade, nós temos ao nosso lado um grande produto, um bom produto, que estimula emprego, desenvolvimento, futuro, enquanto, infelizmente, por excesso de carga tributária, por falta de estímulo, por falta de apoio, essa produção acaba muito prejudicada.

Vou salientar mais uma vez aqui as razões do movimento. Vou repetir aqui, para que fiquem consolidados nos Anais da Casa, os motivos que levam esses vitivinicultores a esse movimento reunindo mais de quatro mil pessoas no centro de Porto Alegre, onde não distribuem vinho, Senador Paim, distribuem suco de uva, exatamente para evitar qualquer tipo de...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – A lei seca.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Para respeitar a lei seca, exatamente, para que não haja nenhuma repercussão negativa nesse sentido. Vinho é muito prazeroso, vinho é bom para a saúde, porém deve ser bebido moderadamente e em locais seguros e adequados.

Entre as solicitações, repetindo, destaque para as antigas bandeiras de luta, como, repito, a tributação excessiva dos vinhos e espumantes brasileiros e o crescimento das importações, facilitado pela taxa cambial e por acordos internacionais que estão beneficiando demais os produtos estrangeiros. Além disso, engrossam a lista de pleitos do movimento itens como a redução de 25% dos estoques de vinho por meio de instrumentos de controle e a formação de estoques reguladores que possam garantir a colocação total da próxima safra de uvas; e, obviamente, a redução dos tributos incidentes sobre o vinho e a diferenciação da carga tributária incidente sobre o vinho – o produto genuíno –, diferente dos produtos que imitam o vinho, como sangrias, coquetéis e bebidas alcoólicas mistas, que, ao final, enganam o consumidor e provocam uma grande dor de cabeça. Esses, sim, fazem um grande mal à saúde.

Agradeço, Sr. Presidente Alvaro Dias, a gentileza e a generosidade do espaço. Acho que temos de trabalhar intensamente essa questão. A nossa região, a Região Sul do Brasil, tem essa marca, essa característica da produção desses produtos diferenciados. Então, é justo que esse movimento repercuta em âmbito nacional e que tanto os governos de Estado quanto o Governo Federal assumam o compromisso de estímulo a esse setor, que não apenas representa a produção agrícola industrial, como também estimula uma das maiores indústrias do mundo, a indústria sem chaminé, que é a indústria do turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim também do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, ontem, como todos nós estávamos trabalhando muito para que os projetos da educação fossem votados com rapidez, inúmeros Senadores abriram mão da fala, e me somei àqueles que entendiam que, naquele momento, deveríamos nos preocupar em votar as matérias de forma mais rápida possível.

Aproveitei hoje na Comissão de Educação, na Comissão de Direitos Humanos, com a presença do Presidente da Comissão de Educação, Senador Cristovam, e fizemos lá um diálogo muito bom sobre a produtividade aqui no Senado, principalmente, diria, Senadora Ideli Salvatti, nesta semana no que tange à educação.

Falamos inúmeras vezes, Senadora Ideli, do seu trabalho, do trabalho do Senador Cristovam, enfim, do trabalho de todos os Senadores. E, como falei pela manhã, não posso deixar de, mais uma vez, registrar aqui a importância da aprovação da desvinculação da DRU da educação – Senadora Ideli, proposta de V. Ex^a e que foi destacada com muita firmeza, hoje, por todos os Senadores na comissão.

Destacamos também a importância do piso nacional. Como alguém já disse, para muitos pode ser um valor pequeno R\$950,00, mas eu, que lutei tanto na questão do salário mínimo, ouvia alguém dizer: “Mas, Senador, lá no Nordeste nem o salário mínimo de R\$200,00 a gente consegue pagar”.

Pois bem. Agora vão ter que pagar R\$950, e corretamente. Nenhum professor neste País ganhará um valor menor que R\$950,00.

Quero registrar o que mencionei hoje pela manhã. Entendo correta, sim, a discussão que foi feita aqui, estendendo aos aposentados e pensionistas professores pelo menos o mesmo princípio assegurado no piso, que é de R\$950,00.

Também destaquei nesta manhã, e repito agora, a importância do projeto que tive a alegria de relatar na Comissão de Educação, que vai permitir que sejam contratados em torno de 25 mil novos profissionais, professores, servidores na área técnica e na área da educação.

Também fui Relator do projeto da Senadora Ideli, que já foi para a Câmara, porque era terminativo na Comissão de Educação, também esta semana, que garante 50% das vagas para alunos de escolas públicas nas escolas técnicas. Acatei uma emenda do Senador Perillo, estendendo também para as universidades, porque acho mais que justo. Também colo-

camos mais uma emenda garantindo o espaço para pessoas com deficiência.

O projeto da Senadora já dava o corte que chamo corte das diferenças, assegurando, na proporção da população de cada Estado, que índios, negros, pobres, enfim, todos tenham acesso às escolas técnicas e, por extensão, à própria universidade.

Destaquei também pela manhã – e destaco aqui da tribuna – a importância do projeto do Senador Gerson Camata, que tive a alegria de relatar, que vai assegurar 2009 como o ano do ensino técnico, quando completamos cem anos do ensino técnico.

Destaquei também – e não poderia ser diferente, e falei em nome dos três Senadores do Rio Grande – a importância do empréstimo para o Rio Grande do Sul de US\$1,1 bilhão, agora já consagrado pela informação que recebi do próprio Secretário da Fazenda, Aod Cunha, no Banco Mundial. O dinheiro, graças a decisão tomada corretamente aqui na semana passada pelo Senado, a partir do mês de julho já vai estar depositado nas contas do governo gaúcho, para que ele possa negociar com o Governo Federal, no sentido de que deixaremos de pagar algo em torno de 15% a 18% e passaremos a pagar somente 3% daquilo que temos de recolher para a União.

Destaquei também – e repito aqui, Senador Alvaro Dias – a importância da aprovação de ontem da Convenção Internacional da ONU em relação aos direitos da pessoa com deficiência. No meu entendimento, foi um gesto magnífico do...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... Senado, um gesto que merece todos os elogios da sociedade brasileira e que, no meu entendimento, abre as portas para a aprovação, agora sim, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que nós já aprovamos aqui – tive a alegria de ter como Relator dessa matéria o Senador Flávio Arns – e agora ele se encontra na Câmara, pronto para votação.

Destaquei também a importância da libertação, no dia de ontem, da Senadora Ingrid Betancourt, que foi libertada, enfim, por uma ação do governo da Colômbia – e temos que dar todo o mérito ao Presidente daquele País, Álvaro Uribe. Tenho certeza absoluta de que essa Senadora virou símbolo já dos direitos humanos.

Por isso, assinamos ontem, de forma conjunta, com o Senador Suplicy – e creio que toda a Casa, – um requerimento para que a Senadora Ingrid Betancourt venha ao Brasil.

E, por fim, quero destacar a importância da aprovação do projeto que vai garantir as eleições diretas

para os diretores de escola. Um pleito antigo de todos os professores de nosso País e que, agora, há de tornar-se realidade. E, ainda, no dia de hoje, aprovamos iniciativa do Senador Marco Maciel para que os vetos sejam apreciados separadamente em cada uma das duas Casas. Uma vez derrubado em uma das Casas, o veto cai. Isso cria uma expectativa muito positiva junto à sociedade. Eu sempre digo que os governos passam e o Estado fica. E todos os governos que vão se suceder a este momento criado aqui no Senado vão ter que saber que basta que uma das Casas derrube o veto para que ele caia e, conseqüentemente, o pleito da sociedade, que havia sido...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...que havia sido referendado pelas duas Casas, prevaleça.

Sr. Presidente, eu vou concluir. Eu acho que foi uma medida fundamental. E terminaria dizendo que, já que a gente fala tanto de escola técnica, é hora de aprovar o Fundep, esse fundo de Investimento para o ensino técnico profissionalizante. O Senador Demóstenes Torres já fez seu relatório. Está pronto na CCJ. Vai gerar em torno de R\$7 bilhões para o ensino técnico.

E, já que nós desvinculamos a DRU da Educação, Senador Mário Couto, eu tenho uma PEC que desvincula a DRU da Seguridade Social. O que é Seguridade Social? Saúde, Assistência e Previdência. Se é correto o argumento – embora eu discorde – de que a Previdência tem problemas, por que nós vamos deixar que 20% dos recursos da Previdência sejam deslocados para outra área, mediante essa sigla que permite a retirada para livre arbítrio e aplicação no setor que entender. Por isso, espero que também essa iniciativa nossa, que é semelhante à da Senadora Ideli, possa ter guarida para ser aprovada aqui no Senado e também na Câmara. Nós teríamos 20% a mais de investimento na Saúde, na Educação e na Assistência. Leia-se que o Bolsa-Família busca recursos na Previdência. Então, é uma engenharia que não cria nenhum tributo e fortalece, ainda, a Saúde, a Assistência e a Previdência.

Senador Mário Couto, eu termino dizendo que sua iniciativa é muito positiva (da Frente Parlamentar). E V. Ex^a, inclusive, me indicou como Coordenador, com muito orgulho, de todos aqueles que querem, efetivamente, garantir um salário decente para todos os aposentados e pensionistas.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, é certeza que funcionará essa Frente tendo V. Ex^a como coordenador, porque dinamismo não lhe falta. O Senador Mário Couto fez muito bem ao escolhê-lo.

Por permuta com o Senador João Pedro, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Depois, como Líder do Governo, Senador Delcídio Amaral e, em seguida, Senador Mário Couto, como inscrito. E, logo após o Senador Mário Couto, Senador Expedito Júnior.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer o Senador Paulo Paim pelas referências que fez a toda série de boas notícias que este Senado tem a apresentar à sociedade brasileira na área de educação.

Todas as matérias que tivemos a oportunidade de aprovar, nesta semana, na Comissão de Educação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na CAE e aqui no plenário, todas são reivindicações históricas do magistério, da educação pública e gratuita do nosso País.

Venho à tribuna neste início de tarde, Senador Paim, para fazer a todos os Senadores e Senadoras que ainda se encontram em Brasília, aos que se encontram aqui no Senado, um convite. Ontem, quem ficou até o final da sessão, quem acompanhou o processo de debate e de votação da instituição do piso nacional do magistério sabe que, num determinado momento – inclusive elogiando o trabalho e a vigilância do Deputado Abicalil, que foi apelidado aqui muito carinhosamente de Deputado Sedex 10, porque foi tão diligente que acompanhou passo a passo e foi o responsável pela chegada do projeto a esta Casa na noite de terça-feira – a última votação ocorreu perto das 16 horas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde houve a redação final do projeto. O Deputado acompanhou a votação nessa Comissão e o encaminhamento do projeto para que o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, fizesse a assinatura, e ele o trouxe pessoalmente à Mesa do Senado na terça-feira.

Portanto, foi essa providência e essa vigilância do Deputado Carlos Abicalil que permitiu que pudéssemos ter uma atuação muito rápida. Houve muita presteza por parte do Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves, que ordenou a leitura, o despacho, no dia de ontem pela manhã. O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Marco Maciel, designou o Senador Osmar Dias, que apresentou o parecer; nós o aprovamos por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, o Senador Cristovam Buarque, presidindo a Comissão de Educação, designou-me relatora. E nós também o aprovamos por unanimidade na Comissão de Educação. O requerimento de urgência assinado

por todos os Líderes da Casa permitiu apreciá-lo ontem à noite e votá-lo, Senador Paulo Paim.

Uma luta, como tive oportunidade de dizer ontem aqui no plenário, uma luta de mais de 30 anos. Nós, servidores públicos, não tínhamos ainda, Senador Paulo Paim, o direito de nos organizar em sindicatos, e as nossas associações já reivindicavam um piso nacional, já reivindicávamos um salário mínimo para termos uma unidade de todos os professores, de todos aqueles que trabalham na educação em todos os cantos deste País. E essa luta de mais de 30 anos, essa luta de muitas mãos, o Senado em menos de 30 horas a concretizou. Inclusive fiz questão ontem de registrar no meu discurso de que foram nada mais nada menos do que nove tentativas de criar o piso nacional.

Inclusive tivemos na época, ainda quando era Ministro o agora Deputado Paulo Renato, um acordo fechado entre o Ministério da Educação e a Confederação dos Professores do Brasil para instituir o piso. Só que aquele acordo nunca saiu do papel, não chegou a se concretizar como efetivamente um salário mínimo para os professores.

E eu não posso aqui deixar de registrar o papel do Senador Cristovam Buarque nessa luta. Quando S. Ex^a terminou sua tarefa no Ministério da Educação e veio para cá, uma das primeiras matérias que o Senador Cristovam Buarque apresentou foi o projeto instituindo o piso. E esse projeto que, por gerar despesa, era meramente autorizativo – ele autorizava a criação do piso –, acabou se transformando na instituição efetiva do piso por obra do Presidente Lula, em abril do ano passado, que atendeu às reivindicações depois de profunda negociação. O piso significa um salário mínimo para o ingresso na carreira de professor em início de carreira, quarenta horas, com nível de ensino médio, mas quem vai pagar fundamentalmente esse salário serão prefeituras e governos estaduais, porque a educação básica pública no Brasil é exercida prioritária e fundamentalmente pelas prefeituras, pelas administrações municipais e pelas administrações regionais.

Então, a instituição do piso foi um processo de negociação com a Udime, que reúne os dirigentes, os secretários municipais de educação, e também com o Conselho de Secretários de Educação de secretários estaduais.

Então, isso foi arduamente negociado, tendo à frente, na época, o Ministro Tarso Genro e, depois, na sucessão, o Ministro Fernando Haddad, para permitir que, em abril do ano passado, o Presidente Lula encaminhasse o projeto, depois desta negociação, em que o papel da nossa Confederação, a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, teve uma tarefa muito importante. Esse acordo que permitiu

que o Presidente Lula encaminhasse o projeto fez com que as duas iniciativas se encontrassem na Câmara. A iniciativa do Senador Cristovam Buarque já tinha sido aprovada aqui na Casa, com a relatoria da Senadora Lúcia Vânia, que já tinha feito modificações no projeto original do Senador Cristovam, e a do Presidente Lula. Como disse o próprio Senador Cristovam, até numa deferência, porque, regimentalmente, o projeto do Executivo tem prioridade, a matéria acabou votada pelo Senado da República, na noite de ontem, como um projeto do Senador Cristovam Buarque.

Para nós todos, essa tarefa de muitas mãos, estabelecendo esse piso, esse salário mínimo para todos os professores, é uma grande vitória.

Ouçó, com muita satisfação, o aparte do Senador Paulo Paim, para depois eu fazer o convite oficial para todas as Senadoras e todos os Senadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli, eu quero tirar menos que um minuto. Quero apenas dar meus cumprimentos a V. Ex^a e ao Senador Cristovam. Ambos foram os grandes articuladores desses temas, principalmente, pela referência que V. Ex^a fez ao piso. Hoje pela manhã, o Senador Cristovam rendeu as homenagens a V. Ex^a na Comissão de Direitos Humanos. Permita-me somente dizer algo que eu me esqueci de dizer da tribuna. Inclusive, V. Ex^a ajudou muito no requerimento de urgência que nós aprovamos. Eu falei tanto de João Cândido, hoje de manhã, que não falei, da tribuna, agora, de uma grande decisão de ontem à noite...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Também.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – João Cândido, anistia, Ministra Marina Silva, hoje Senadora,...

A Sr^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Autora.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... Autora e, hoje, Senadora, e que o Presidente Lula vai sancionar no mês de julho. E já aprovamos uma sessão de homenagem pós-morte aqui a João Cândido e, naturalmente, hoje, em homenagem aos seus descendentes, no mesmo dia em que o Presidente Lula sancionar anistia para João Cândido. Mais uma vez, meus cumprimentos a V. Ex^a.

A Sr^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Maravilha. Senador Paulo Paim, numa demonstração muito clara de quão importante foi a sessão do dia de ontem. E, como a aprovação acabou acontecendo muito tarde, muitos Senadores não puderam acompanhar o procedimento até porque ontem tivemos também o episódio da libertação da ex-senadora Ingrid, naquela operação de libertação dos reféns, o que acabou tendo bastante repercussão. Não vou nem me reportar à

infelicidade de o Fluminense não ter sido o campeão da Taça Libertadores. Infelizmente, perdemos nos pênaltis. Tudo isso acabou fazendo com que, de repente, a aprovação dessa importantíssima matéria atenda de imediato mais de 60% dos professores de todo o Brasil, superior a um milhão e meio de professores em todo o Brasil.

Foi por isso que combinamos a continuidade do processo Sedex. E, aí, para que não atrasemos, para que não haja mais nenhum atraso na instituição deste piso é que o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, e o Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, estarão levando, pessoalmente, o Projeto do Piso Nacional dos Professores, que foi aprovado aqui ontem, perto da meia-noite. Vão entregá-lo pessoalmente ao Presidente Lula agora às 15 horas e 30 minutos.

Portanto, nós estamos convidando todos os Senadores que participaram dessa importante votação, que dela participaram e para o qual contribuíram, pois ele foi votado, por unanimidade, nas duas Comissões, aqui no plenário, em um grande acordo de Líderes, em menos de trinta horas. Uma luta de trinta anos no Senado levou menos de trinta horas para ser concretizada.

Gostaríamos muito de contar com a presença de todos os Senadores que puderem, às 15 horas e 30 minutos, juntamente com o Presidente da Casa, o Senador Garibaldi Alves, e o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, entregar esse que é...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu ousou comparar, Senador Paulo Paim: o piso nacional do magistério é equivalente à instituição do salário mínimo porque vai ser o grande resgate da educação, da valorização dos profissionais do magistério, dando-lhes uma unidade. É o início, inclusive; é o passo mais concreto para alcançarmos um sistema único de educação no nosso país, que nós ainda não temos. Há o sistema municipal, o sistema estadual, o sistema federal, e nós precisamos unificá-los, precisamos dar-lhes unidade.

Por isso eu estou muito feliz. Espero contar com a presença de todos os Senadores e Senadoras que ainda se encontram aqui em Brasília, na entrega, porque é uma grande vitória da Nação. E o Senado da República muito me orgulha, porque, apesar de termos recebido muitas críticas na semana passada pelo recesso branco, agora não recebemos nenhum elogio. Nenhum elogio ainda! E eu espero que recebamos pelo trabalho que fizemos esta semana. Eu quero aqui apenas reportar: aprovamos o piso nacional dos

professores, aprovamos a anistia a João Cândido, aprovamos aqui a PEC para retirar a educação da DRU – matéria importantíssima, significa, no mínimo, só neste ano, R\$7 bilhões a mais garantidos para a educação –, aprovamos a questão da separação na hora da derrubada dos vetos, aprovamos o acordo da ONU para os portadores de deficiência, aprovamos nas Comissões eleição direta para diretores de escolas, aprovamos cota mínima de 50% das vagas nas universidades e nas escolas técnicas federais para alunos vindos de escolas públicas. Todas essas matérias importantes foram votadas nesta semana. Eu espero que pelo menos a gente tenha algum elogio.

A crítica, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, na semana passada, foi muito contundente. E eu acho que pelo que nós produzimos, pelo que nós votamos, pelas matérias importantíssimas que foram aprovadas nós, com certeza, merecemos o elogio.

E ainda para não esquecer, nós aprovamos dois projetos bem pertinho da meia-noite para a contratação de, nada mais, nada menos, do que perto de 28 mil professores e 21 mil técnicos administrativos para as nossas universidades federais e para as nossas escolas técnicas federais.

Portanto, todas essas matérias foram fruto do trabalho que nós realizamos nesta importante semana que, volto a dizer, vai ficar na história do Senado como uma semana dedicada prioritariamente à educação, à melhoria das condições da educação no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, que falará pela Liderança do Governo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senadoras e Senadores, tivemos um grande dia ontem, no Senado Federal, especialmente a educação brasileira, e eu não poderia deixar de registrar esse fato e fazer coro com a Senadora Ideli.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar um pouco de um tema que tem sido noticiado com intensidade nos principais jornais brasileiros e também nas revistas, que é a história do petróleo e do pré-sal. Tenho ouvido muitas opiniões, muitas sugestões, muitas propostas, mas confesso, Sr. Presidente, que tenho preocupações com relação a esse novo tempo na exploração de petróleo no Brasil. O que isso pode trazer se essas discussões não forem bem encaminhadas?

A primeira pergunta que cabe, Sr. Presidente, é a seguinte: o que se planeja, em termos de matriz energética, para o Brasil a longo prazo? Quer dizer, qual é o papel dos combustíveis fósseis na matriz energética?

tica brasileira? Qual o papel da energia renovável na matriz energética brasileira? Como vamos nos comportar com relação ao seqüestro de carbono, a esse compromisso fruto das mudanças climáticas por que passa o nosso Velho Mundo, o planeta Terra, e aos compromissos até de metas de redução de CO², que talvez um dia o Brasil venha a assumir? Como esse processo todo se insere, olhando o desenvolvimento do País e as questões de caráter ambiental, que estão, mais do que nunca, absolutamente relacionadas com a matriz energética de vários países? Portanto, o que me assusta e me surpreende é, diante das premissas ou do futuro que o Brasil terá na produção de petróleo, como essa discussão se insere e à luz de que matriz energética vamos fazer esse debate.

Sr. Presidente, tenho notado uma alegria incontida no nosso País em razão de uma mudança de patamar sob o ponto de vista de produção de petróleo. Hoje, produzimos 2,3 milhões de barris por dia e talvez possamos, em 2012 ou 2013, produzir mais 2 milhões de barris, mas o que é importante destacar é que essas coisas não acontecem da noite para o dia.

Nós temos um prazo, Sr. Senadores, Sr^{as} Senadoras, para realmente enfrentar esse desafio e romper as barreiras tecnológicas para termos condição de chegar ao pré-sal. Portanto, não é uma coisa simples, algo já definido, uma coisa já sob nosso total controle. Há desafios tecnológicos. Não tenho dúvida de que nós vamos chegar lá, porque o centro de pesquisas da Petrobras, o Cenpes, é um centro de excelência na indústria petrolífera mundial, mas isso não se dará da noite para o dia. E todos os executivos, todos os profissionais da área de petróleo sabem que esse é um processo que vai ter seguimento nos próximos anos, até que, efetivamente, tenhamos condição de produzir no pré-sal. É necessário deixar claro para o País que isso não acontece da noite para o dia, que não é desse jeito.

Há os desafios tecnológicos da produção de petróleo e, mais do que nunca, os principais executivos, as principais empresas têm interesse e vão investir, mas não de imediato. Não vamos virar uma Arábia Saudita da noite para o dia; nós temos um caminho a percorrer até a produção efetiva, comercial, no pré-sal. Qualquer operação que ocorra nesses próximos anos será, mais do que nunca, uma operação-piloto, como uma operação recém-anunciada pela própria Petrobras nos últimos dias.

Sr. Presidente, também fico surpreso quando começa um debate sobre *royalties*, sobre como eles vão ser distribuídos. Qual a legislação que vai pautar este segmento da indústria de petróleo?

Primeiro, se temos esse potencial, claramente, vamos ter que discutir não só a questão dos *royalties*, mas também, fazendo justiça àqueles Municípios ou Estados que são diretamente impactados pela produção de petróleo e gás natural, se essa produção for acima da média, como é que isso pode reverter para o País sob o ponto de vista de desenvolvimento, de geração de emprego e de investimentos sociais. Portanto, é uma questão complexa. Vamos ter que gastar os próximos anos para realmente consolidar uma proposta coerente com a realidade brasileira e com o que projetamos para o País a longo prazo.

Sr. Presidente, tenho acompanhado alguns comentários, alguns discursos, às vezes de pessoas que, talvez embalados por essa empolgação, fazem determinadas assertivas que não têm relação com a realidade do segmento petrolífero, da indústria do petróleo, e quero registrar algumas coisas. Hoje, alguns já avançam em querer mudar a legislação, o que é um risco enorme para a indústria do petróleo, porque hoje temos um modelo que pode ser melhorado, que pode ser alterado, mas que é fruto de estudos intensos, de estudos aprofundados. Esse modelo vigente no Brasil tem funcionado. É um modelo de risco que tem atraído muitas empresas de petróleo para fazer parcerias com a Petrobras ou para, solitariamente ou em parceria com outras empresas privadas, comparecerem aos leilões. Temos uma rodada de leilões da Agência Nacional de Petróleo.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos, de uma hora para outra, mudar as regras do jogo, pois isso vai ser ruim para o País, mas precisamos nos aprofundar para encontrar aquele modelo que vai corresponder a essa nova etapa na produção de petróleo no Brasil.

Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^a para concluir meu pronunciamento.

Recentemente, vi um debate, também na imprensa, sobre a criação de uma nova empresa para explorar ou produzir ou comercializar o petróleo do pré-sal. Estamos discutindo agora as possíveis ou prováveis consequências de um novo modelo, que vai ser discutido amplamente no Congresso, mas acho temerário apresentar a proposta de criação de uma nova empresa. Tenho ouvido a esse respeito muitas opiniões que confundem a criação dessa nova empresa com uma disputa por cargos entre o PT e o PMDB, quando uma coisa não tem absolutamente nada a ver com outra, uma vez que essa discussão é uma discussão inglória, porque ela tem um problema de mérito, Sr. Presidente.

Precisamos fazer, primeiro, a lição de casa – avaliar o atual modelo, avaliar, eventualmente, a mudança, especialmente das participações especiais daqueles

campos mais produtivos, estudar nova modelagem, a inserção dos Estados diretamente impactados pelos projetos de produção de óleo e gás, verificar, se em grande quantidade, como é que isso vai levar benefícios outros para o País sob o ponto de vista de crescimento, geração de emprego e investimentos no social – para, depois, Sr. Presidente, avaliar qual a modelagem para a comercialização desse óleo, a participação de outras empresas nessa produção, o papel fundamental e especialíssimo da Petrobras nesse processo.

Portanto, Sr. Presidente, temos que analisar essa nova realidade com muito cuidado, com muita cautela, com equilíbrio, com serenidade, para que venhamos a produzir uma proposta que realmente beneficie nosso País, nossa população e incentive investimentos nessa área tão importante para o futuro do nosso Brasil.

Sr. Presidente, eram esses os meus comentários. Eu não poderia deixar de destacar essas minhas preocupações, porque acho que esse debate está sendo atropelado, e este é um assunto sério. A indústria petrolífera é uma indústria complexa e não permite devaneios. Ela exige que os principais responsáveis por esse debate – e o Congresso Nacional terá um papel fundamental nisso – façam uma avaliação aprofundada, uma avaliação rigorosa, para que nós não cometamos erros que possam ser cruciais na garantia de um futuro melhor para o nosso País: um futuro fraterno, solidário, cidadão e de desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, muito obrigado, obrigado pela tolerância.

Agradeço a atenção também das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra o Senador Mário Couto, por dez minutos, como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, inicialmente, Presidente, quero aqui dizer que estive em visita a uma cidade do meu querido Estado do Pará, uma cidade que guardo no meu coração, que estimo muito e onde tenho grandes amizades chamada Limoeiro do Ajuru. Essa cidade tem um grande Prefeito, um Prefeito correto, trabalhador, um Prefeito exemplar de nome Alcides, grande companheiro e grande amigo. Lá, recebi várias denúncias.

Quero dizer ao povo de Limoeiro que uma das classes sociais que mais respeito é a classe dos pescadores. Tive a informação e documentos na minha mão de que o dinheiro destinado ao seguro-desemprego dos pescadores daquela cidade está sendo desviado para outros fins.

E já busco, neste momento, no dia de hoje, um contato com o Ministro da Pesca, antes, obviamente, de tomar qualquer providência aqui. Vou ser ético. Vou, primeiro, conversar com o Ministro e, depois, então, tomarei as providências devidas.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é, Senador Marco Maciel, dizer que nós estamos terminando mais um período de trabalho nesta Casa. Para a semana, já vamos encerrar. E levo à minha terra querida algumas frustrações, Senador, frustrações que não consegui resolver neste semestre. Algumas, Presidente, conseguimos, como o projeto de V. Ex^a, votado no dia de ontem, um projeto que trata dos vetos, que cria normas, para as duas Casas, na votação do veto. Isso me traz uma satisfação enorme, porque nunca vi na minha vida, nem na Assembléia Legislativa, se acumularem tantos vetos engavetados, sem se poderem votar, Presidente. E V. Ex^a, de uma forma brilhante, de uma inteligência singular, trouxe a esta Casa um projeto que vai regularizar. Isso nos traz uma grande satisfação.

Votamos ontem também o piso salarial dos professores, a DRU. Então, isso satisfaz. Mais verba para a saúde.

Mas quando eu penso, Senador Presidente, que eu saio desta Casa, neste primeiro semestre – é lógico –, depois de uma luta imensa, Senador, para que a gente pudesse, de qualquer forma, de qualquer maneira, trazer o direito dos aposentados à sua classe.

Olha que foi uma luta de quase toda a semana, nesta tribuna. Desenterramos o processo de cinco anos parado nesta Casa. Cinco anos, Senador! Noventa dias para se dar um parecer. Votamos nesta Casa, aprovamos por unanimidade e está preso lá na Câmara. Já fomos com o Presidente, já levamos o Presidente do Senado, e eu vou com essa frustração.

Quando vejo a classe dos professores ser beneficiada, a dos estudantes, eu fico muito satisfeito, muito feliz. Mas eu não sei por que, neste País, não se dar a mínima importância aos aposentados, que tanto trabalharam para este País, gente! Tudo o que se refere a aposentados é vetado! Tudo! Ou se engaveta ou se veta! Parece que se tem raiva daqueles que serviram ao País. Isso é falta de sensibilidade! Será que é porque não votam mais? Não dá para entender isso, Senador-Presidente. Eu não entendo e não consigo entender.

Nós criamos, ontem, uma Comissão Parlamentar de Proteção aos Aposentados nesta Casa. Nós já temos a assinatura de 17 ou de 18 Senadores. Essa Comissão, a partir do mês de agosto, vai para o valetudo, vai para a briga, Senador. Ela vai para o valetudo. Ou vão respeitar os aposentados deste País ou,

então, vão ter que enfrentar pelo menos 18 Senadores que já colocaram a sua assinatura, dizendo que vão enfrentar o vale-tudo. Se é para ir para o vale-tudo, vamos para o vale-tudo! Mas não se aceita mais a desgraça dos aposentados e pensionistas deste País. É muito sofrimento.

Aposentados da Varig e de todas as classes sociais não têm o direito de ter um final de vida sossegado, não têm direito à saúde, não têm direito a nada. Terminam seu trabalho ganhando R\$10 mil; quando aposentam, aposentam com R\$3 mil; depois de três anos, não têm mais R\$1 mil; e, depois de dez anos, recebem só o papel, Senador. E aqueles que ganham bem!

E aqueles que ganham pouco? E aqueles que se aposentam com dois salários mínimos, com três salários mínimos? Estão passando fome, miséria, desgraça! Parece que é proposital: enterra, mata, desgraça! E ninguém vê nada.

Presidente Lula, pelo amor de Deus, V. Ex^a, que diz que tem carinho com a classe pobre, que deu o Bolsa Família para este País, será que há só interesse político em tudo isso? Será que falta coraçaõ para ver isso?

Ouçõ o Senador Expedito.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mário Couto, eu não poderia deixar de apartear-lo, principalmente quando, no começo, no início da sua fala, V. Ex^a fez referências à votação que tivemos ontem, que começou à tarde, e entramos noite afora. Eu não poderia deixar de lembrar aqui o grande projeto que votamos ontem do Senador Marco Maciel. Acho que foi a coisa mais acertada que fizemos ontem. Porque eu vejo V. Ex^a praticamente todo o santo dia falar aqui sobre a questão dos aposentados. Aprovamos aqui nesta Casa e, infelizmente, está paralisado na Câmara dos Deputados. V. Ex^a sabe que, na Câmara dos Deputados, é o rolo compressor, Senador Marco Maciel. Lá, funciona o rolo compressor. Tudo o que nós acertamos aqui, que votamos aqui no Senado é desfeito lá, porque o Governo tem a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Então, por isso, quero ressaltar aqui a aprovação ontem do projeto de V. Ex^a, porque nos permite o direito de discutir em pé de igualdade a questão dos vetos presidenciais. E, quando uma das duas Casas derrubar o veto ou não concordar com o veto, prevalece a decisão de uma das duas Casas, ou da Câmara dos Deputados ou do Senado. Não é à toa que sempre admirei V. Ex^a e continuo admirando, pelo trabalho que tem prestado pelo seu Pernambuco e pelo País. Mas, Senador Mário Couto, eu ontem fiquei enciumado quando vi V. Ex^a lendo a relação dos Senadores, e não constava o meu nome. E eu gostava

já, agora, aqui, de deixar claro que quero assinar também e estar junto em defesa dos aposentados do Brasil, como faz V. Ex^a, como faz o Paim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Como faz o Senador Mão Santa e tantos outros Senadores.

Eu disse ontem, na tribuna, e torno a repetir, que tenho muito orgulho de V. Ex^a quando vejo V. Ex^a defender os aposentados, quando vejo V. Ex^a defender os interesses do País, mas, acima de tudo, quando vejo V. Ex^a defendendo o seu Estado com galhardia. Quer os benefícios para o seu povo, quer melhorar a qualidade de vida do paraense. E eu senti isso na pele quando estive lá, visitando o seu Estado, junto com o Senador Flexa Ribeiro. Eu percebi a liderança exercida por V. Ex^a naquele Estado, exatamente por isso: porque V. Ex^a não tem medo, sobe à tribuna desta Casa e, acima de tudo, mesmo sendo Senador do Brasil, defende os interesses, como ninguém, do povo paraense. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

Senador, a partir do mês de agosto, nós vamos entrar no vale-tudo: ou ajeitam a situação dos aposentados deste País ou os Senadores que assinaram o documento e deram entrada na Mesa Diretora vão tomar providências enérgicas. Eu nunca fui de ser radical, mas, se for preciso, eu o serei. Eu estou dizendo que vou fazer e vou cumprir. Se for preciso dar o meu sangue por esta causa, eu dou. Eu dou meu sangue por esta causa, porque eu não posso mais ver semestres e semestres acabarem... Talvez este seja um dos últimos pronunciamentos meus neste semestre, nesta tribuna. Por isso eu peço até ao Presidente que me dê mais uns dois minutinhos, porque este vai ser um dos últimos pronunciamentos meus e quero deixar isso muito claro aos aposentados. Muito claro!

E outra frustração, Senador Expedito, com que saio daqui também era a expectativa que eu tinha de que a Governadora do meu Estado pudesse fazer uma grande administração.

Foi assim, Senador Marco Maciel e Presidente. Foi assim: vinha o Pará crescendo a peso de Governadores excepcionais. Acho que V. Ex^a chegou a conhecer Almir Gabriel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Almir Gabriel tirou o Pará do desespero das dívidas e o colocou num patamar de desenvolvimento excepcional. Veio, em seguida, outro Governador, Simão Jatene, e prosseguiu o trabalho do Governador Almir Gabriel. A expectativa era muito grande de que Almir Gabriel

pudesse novamente administrar o Estado do Pará. Infelizmente, perdeu a eleição e ganhou Ana Júlia Carepa. Até aí...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) –... é um direito democrático do povo. A expectativa era muito grande, porque Ana Júlia derrotou um Governador histórico, um dos mais excepcionais Governadores da história do Pará. A expectativa era enorme de que Ana Júlia pudesse construir maiores benefícios para o meu Estado. Não é o que se vê até agora.

Olhe aqui, Senador, isso é o maior escândalo que eu já vi na minha vida! Se tem outro igual, eu não conheço. O caso da menina que foi jogada, que feriu todo o Brasil, feriu o coração de todos os brasileiros. Foi deprimente, foi horrível, foi constrangedor! Mas, esse escândalo aqui... Aquela menina que prenderam numa cadeia lá no Pará também, lá na cidade de Abaetetuba, de doze anos, que colocaram numa cadeia com vinte presos, bandidos, assassinos, que se serviram daquela moça. Mas este caso aqui é impressionante! Não posso entender que exista outro caso tão desgraçado como esse, tão deprimente como esse, tão chocante como esse. E ninguém sabe, até agora, quantos bebês, na realidade, já morreram no Estado do Pará.

Os jornais de hoje, Presidente, dão conta... Os de ontem davam conta de que 22 bebês tinham morrido. Os jornais de hoje já falam em 26 bebês. E um Deputado foi visitar a Santa Casa de Misericórdia ontem e encontrou mais 12 corpos de bebês. Mais 12 corpos de bebês, Sr. Presidente! Isso é o maior escândalo dos últimos tempos deste Brasil. Já somam 38 os bebês mortos na Santa Casa de Misericórdia do Pará, em três semanas.

Será que o Brasil, meu Presidente Marco Maciel, será que o Brasil já viu uma desgraça tão grande quanto esta? Eu fiz aqui três pronunciamentos denunciando que isso ia acontecer. Nem ligaram, não deram a mínima bola para o que falei. Eu disse que, na Santa Casa de Misericórdia, o hospital infantil, que já foi referência nacional, estava cheio de ratos e baratas e que as pessoas iriam morrer naquele hospital! E 38 bebês estão mortos! E ninguém toma a mínima providência! É um escândalo sem precedentes. É um escândalo que nunca o Brasil viu. Eu quero saber quem vai para a cadeia! Eu quero saber se os assassinos destes bebês vão estar na cadeia! Eu duvido. Eu duvido! Olhe o que estou dizendo a V. Ex^a: eu duvido! Eu duvido que alguém seja punido por isso. Esse é o maior escândalo que já se viu na face da terra, nos últimos tempos. Eu duvido, Senador Marco Maciel. Eu lhe dou a palavra, Senador.

Presidente, tolere só um pouquinho, porque este é o meu último pronunciamento deste primeiro semestre. Pois, não, meu Presidente, é uma honra.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Mário Couto, eu quero, antes de mais nada, cumprimentá-lo pelo discurso que profere e também agradecer as suas generosas palavras com relação à aprovação da PEC que altera o processo de votação de vetos, ocorrida ontem, graças ao apoio de V. Ex^a e de todo o Plenário, posto que foi uma decisão unânime. Não gostaria de deixar de registrar o meu agradecimento a V. Ex^a e aos colegas que compartilharam desse projeto, na expectativa que se converta em diploma legal muito em breve. V. Ex^a, como Senador do Pará, expressa preocupação com a situação do Estado. Realmente, V. Ex^a lembrou, com muita oportunidade, que o Governo do Pará esteve precedentemente entregue a duas grandes figuras do Estado, e por que não dizer, do Brasil – Almir Gabriel, de quem fui colega no Senado Federal, e Simão Jatene –, que deixaram o Pará transformado. V. Ex^a traz notícias sobre o que ocorre hoje, no Pará, com a mudança operada no Governo. Espero que o brado de V. Ex^a seja ouvido, para que o Pará retome o seu processo de crescimento e se dê mais atenção à questão social, mormente no que diz respeito à questão da saúde. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou já lhe dar um aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Por gentileza. Primeiro, eu gostaria de registrar aqui a presença do Governador Marcelo Miranda, de Tocantins. Dizer da alegria de recebê-lo aqui nesta Casa. S. Ex^a já veio para começar a se familiarizar aqui no Senado. Quero registrar aqui também com alegria os familiares do Senador Marco Antônio Costa, que deve estar tomando posse hoje na vaga da Senadora que com muito orgulho defende também o Estado de Tocantins, da Senadora Kátia Abreu. Mas, para finalizar, sei que V. Ex^a diz que está fazendo o último pronunciamento deste semestre, mas tenho certeza de que na semana que vem V. Ex^a estará de volta a esta Casa, usando novamente a tribuna, defendendo o País e o seu Estado. Nós temos um projeto, o Projeto nº 58, de 2003. Como sempre, mais um projeto do Senador Paulo Paim – quando se fala de aposentado neste País, não há como não falar de V. Ex^a e do Senador Paulo Paim –, que restabelece o poder de compra dos aposentados que ganham acima do mínimo. Quis o destino que eu fosse o Relator desse projeto e estamos entregando

já a relatoria com parecer favorável; estamos prontos para ler esse projeto. Espero que não seja mais um dos projetos que eu tenho certeza de que o Governo é contra. Espero que não seja mais um dos projetos aprovados por esta Casa – bons projetos aprovados por esta Casa – que vão ficar adormecidos na Câmara dos Deputados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito bem, Senador.

Vou já encerrar, Senador Alvaro Dias, mas quero, por último, fazer referência a um comentário que V. Ex^a fez ontem.

Antes de sair da questão dos bebês – já são 38 bebês mortos na Santa Casa de Misericórdia do Pará –, quero dizer que o povo do Pará está muito constrangido, está muito sofrido com a situação por que passa hoje. São 38 bebês mortos na Santa Casa de Misericórdia, um hospital de referência no Brasil. Foi outrora um hospital de referência.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O povo paraense é um povo religioso, Presidente. Mais de dois milhões de paraenses vão às ruas no Círio de Nazaré louvar a sua Santa Protetora e Padroeira. Isso acontece exatamente na terra de um povo altamente religioso, que é o povo paraense. Peço à Nossa Senhora de Nazaré que proteja, neste momento, o povo paraense e os bebês que, porventura, ainda estão vivos na Santa Casa de Misericórdia. Peço a essa Santa que os proteja.

Por último, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a se referiu ontem às suas emendas, que o Governo Federal discrimina. “Oposição que coloca emenda no Orçamento não tem o direito de recebê-las.”

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mais dois minutos só e encerro.

Aqueles que fazem parte do Governo levam tudo. Quero dizer, Presidente, Senador Marco Maciel, Senador Expedito, Senador Eduardo Azeredo, que bato no meu peito nesta Casa e que não irei de pires na mão pedir que liberem as minhas emendas nem aceito pressão para isso. Nem aceito pressão para isso! Quero deixar bem claro ao Presidente Lula e aos Ministros: não pedirei que liberem nenhuma emenda minha. Vou colocar minhas emendas no Orçamento e encaminhá-las aos Prefeitos e aos Governadores. Se não liberarem, peço desculpa àqueles que seriam beneficiados com as emendas, que entenderão que é o meu posicionamento nesta Casa e por que não liberam as minhas emendas.

Mas lamento quando abro um jornal. Isso é uma vergonha! Esse negócio de emenda deveria acabar, Senador. Olhe o que diz o **Correio Braziliense** no dia de hoje. Quero ver se o nome Mário Couto está aqui. Eu renuncio ao meu mandato. Olhe aqui, Alvaro Dias. Vou ler para você. Isso não é de hoje, Senador. Por isso, eles correm atrás de emenda, ajoelham-se no pé do rei, obedecem ao rei, trocam cargos e votam tudo a favor do Governo aqui – até aquilo que prejudica o povo do País.

Por que eles não deixam passar os benefícios dos aposentados?

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Prometo que esta é a última.

Porque há determinação do Governo Federal para não passar. E aqui ele manda! Aqui ele manda, porque libera emendas, porque troca cargos e todo mundo deve a ele.

Senador Marco, veja o que diz o **Correio** – eu vou só dar o título, por causa do tempo: “Operação João de Barro. Polícia Federal faz devassa nas emendas dos Parlamentares”.

Isso não é de hoje, isso vem de muito tempo. Esse murmúrio de que Parlamentares pegam emenda para pegar dez por cento do prefeito, do governador, isso é de muito tempo. Eu não tenho medo de falar isso aqui! Isso não é de hoje!

Vou ler:

“O trabalho que a Polícia Federal irá fazer se estenderá às emendas. As investigações da Operação João de Barro apontam que deputados exigiam uma comissão por emenda liberada para as prefeituras. ‘Quando as verbas são disponibilizadas aos municípios o parlamentar exige um percentual sobre o valor levantado. Normalmente [pode ser mais] em torno de 10%’, mostra o relatório da PF. ‘O esquema investigado envolve, portanto, deputados federais, prefeitos, funcionários públicos federais e municipais, empresários da construção civil, lobistas e outros auxiliares.’”

Isso é a vergonha nacional! Corrupção, neste País, virou cultura!

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Corrupção, neste País, virou cultura! Faz parte da cultura brasileira! É por isso que eles correm atrás de emendas. Mandem a Polícia Federal investigar! Mandem saber se tem o nome de Alvaro Dias aqui,

de Marco Maciel, de Mário Couto e outros! Mandem procurar!

E quero aproveitar para dizer à Nação brasileira que vou ficar atento a essas apurações. Quero vir aqui, a esta tribuna, achar graça da cara daqueles que se dizem sérios, Senador, daqueles que se dizem sérios e que brigam para suas emendas serem liberadas, para acontecer o que a Polícia Federal está dizendo no jornal de hoje.

(Interrupção de som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desço desta tribuna. Que bom que V. Ex^a chegou, Presidente Garibaldi Alves Filho! Precisava dizer isso, olhan-

do para V. Ex^a. Uma das coisas que não me frustrou, neste primeiro semestre, Sr. Presidente, foi a sua ação contra as medidas provisórias e a sua ação para que os vetos pudessem ser votados. V. Ex^a conseguiu. Se não conseguiu como queria, V. Ex^a deu, neste primeiro semestre, um pontapé inicial, um pontapé à democracia, Sr. Presidente. Um pontapé à democracia este Senado deve a V. Ex^a!

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pátrias do
Senador MÁRIO COUTO – PSDB

Senhor Presidente,

Senhoras e Senadoras Senadores:

É com imensa satisfação que registro, nesta oportunidade, a efetivação da solenidade para instalação, amanhã, dia 04 de julho, da Comissão de implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará, instituída pela Portaria do Ministério da Educação de nº 410.

A implantação da referida Universidade aumentará os investimentos federais na região, refletindo no seu desenvolvimento social, econômico e cultural assegurando inclusive, os mais diversos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas diretamente para a região amazônica atendendo diretamente os Municípios de Alenquer, Almeirim, Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, e com orçamento próprio, a Universidade Federal do Oeste do Pará, facilitará a implantação de novas unidades descentralizadas e quem sabe num futuro próximo, possamos ter uma unidade em cada Município.

Sr. Presidente,

Diante da importância do tema, solicito a Vossa Excelência que seja considerado como lido nosso discurso.


Senador Mário Couto – PSDB

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel. Em seguida, vamos ter a posse.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar. Logo após a posse, eu devo ser o próximo da lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois da posse, V. Ex^a falará.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar o falecimento, em fins do mês de junho, no Recife, do professor, intelectual e pesquisador na área de ciências econômicas e sociais Paulo Maciel, que dedicou toda a sua vida a serviço de Pernambuco e do Brasil.

Nasceu em 1924. Aos 22 anos, formou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, tão antiga quanto a de São Paulo, ambas fundadas em 11 de agosto de 1827.

Antes das reformas universitárias, essas escolas também ensinavam economia política e ciência das finanças. Eu mesmo ainda alcancei esse tipo de currículo, o que dava ao formado em Direito uma visão não só no campo das ciências jurídicas, mas também sociais.

Paulo Maciel optou pela carreira universitária; logo se tornou professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, de cuja instituição foi pró-Reitor e Reitor.

Logo se ligou, na década de cinquenta do século passado, ao movimento Economia e Humanismo do dominicano francês Louis-Joseph Lebreton, que veio a elaborar a primeira pesquisa macroeconômica de Pernambuco, apresentando caminhos ainda hoje atuais. Paulo Maciel foi economista humanista nessa linha e

na da teoria do desenvolvimento, prevista ou concebida por François Perroux. Ele está entre aqueles nomes que de alguma forma contribuíram com novas metodologias para o planejamento econômico brasileiro do seu tempo, quando ainda predominava o pensamento do alemão Schumpeter e do inglês Keynes.

As influências de Lebreton e Perroux apontavam politicamente na direção da democracia cristã, juntamente com seus irmãos, Telmo e Carlos Frederico Maciel, um mais dedicado à econometria e outro à ética do desenvolvimento social, além do desenvolvimento econômico.

Grande amigo de Gilberto Freyre, dirigiu o então Instituto, hoje Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, que tem a finalidade de aprofundar a análise das questões sociais e econômicas do Nordeste, levando em vista os condicionamentos tropicais.

Paulo Maciel foi Secretário de Fazenda do Governo Cid Sampaio, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, Presidente do Banco do Estado de Pernambuco, além de haver exercido mandato de Deputado Federal na Legislatura de 1967 a 1971.

Sempre atento à vida intelectual, fez viagens de estudos e proferiu conferências nos Estados Unidos, Alemanha, França e Japão. Recebeu homenagens de muitas instituições culturais e diversas condecorações brasileiras e estrangeiras.

Pensador e homem de ação, esse é o perfil desse brasileiro e pernambucano, cuja memória assim se incorpora ao legado da cultura brasileira. Que o nome de Paulo Maciel fique registrado, Sr. Presidente, nos Anais da nossa História, pois sua vida foi uma permanente doação às melhores causas do Brasil e do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encontra-se na Casa o Sr. Marco Antônio Costa, primeiro suplente da Senadora Kátia Abreu, da representação do Estado do Tocantins, convocado em virtude da licença da titular.

Quero inclusive registrar a presença do Governador Marcelo Miranda, que está no plenário da Casa, para honra nossa, juntamente com a Deputada Federal Nilmar Ruiz.

S. Ex^a o Senador Marco Antônio Costa encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

São os seguintes os documentos recebidos:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador Luiz Gadotti, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 1º de outubro de 2006, expede o diploma de 1º Suplente de Senador a

Marco Antônio Costa

Eleito pela Coligação Aliança da Vitória (15-PMDB / 23-PPS / 25-PTL), juntamente com a candidata eleita a Senadora, Katia Regina de Abreu, que obteve 325.051 votos preferenciais, de total de 636.304 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Palmas-TO, 19 de dezembro de 2006.

Desembargador Luiz Gadotti
Presidente do T.R.E. TO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS ELEIÇÕES 2006

RESUMO DA VOTAÇÃO - SENADOR / SUPLENTE SENADOR

UF	eleitores aptos	Seções	Seções agregadas	Seções com urna	N. vagas deputado federal	N. vagas deputado estadual
TO - Tocantins	882.728	3.117	182	2.935	8	24

Total de votos apurados:	722.082	
Votos válidos:	636.304	(88,12%)
Votos em branco:	15.566	(2,16%)
Votos nulos:	70.212	(9,72%)
Votos anulados e apurados em separado:	0	(0,00%)
Seções totalizadas:	2.935	(100,00%)
Comparecimento:	722.082	(81,80%)
Abstenção:	160.646	(18,20%)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Neste instante, designo comissão formada pelos Srs. Senadores Mário Couto, Leomar Quintanilha e Eduardo Azeredo para introduzir S. Ex^a em plenário.

(O Sr. Marco Antônio Costa é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O Sr. Marco Antônio Costa vai ler o compromisso.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Marco Antônio Costa, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do TOCANTINS, em substituição ao Senador KATIA ABREU, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido DEMOCRATA.

Nome Parlamentar: MARCO ANTÔNIO COSTA

Sala das Sessões, em 3 de Julho de 2008



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao novo Senador Marco Antônio Costa, que usará, pela primeira vez, a tribuna desta Casa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com intensa alegria que eu ocupo, pela primeira vez, esta tribuna para cumprir meu dever constitucional de me apresentar ao Senado Federal para representar o Estado do Tocantins e o Brasil.

Inicialmente, aproveito esta oportunidade para agradecer a todos aqui presentes. Agradeço ao povo tocantinense, à minha esposa Dora, meus filhos, meu pai e minha mãe, minha família, aos amigos de toda hora, aos Deputados Federais na pessoa da Deputada Nilmar Ruiz, aos Secretários de Estado, na pessoa do Secretário de Infra-Estrutura Brito Miranda, ao Governador Marcelo Miranda e à Senadora Kátia Abreu, que me deram a honra de participar junto com eles da coligação majoritária vitoriosa nas eleições de 2006.

Desde cedo, Sr. Presidente, convivemos na minha casa com o entusiasmo do meu pai pela causa da criação do Estado do Tocantins e vi, senti, presenciei, pelas ruas e praças da minha terra natal, Porto Nacional, homens e mulheres construindo o clamor separatista, indescritível, próprio dos devotos inarredáveis das idéias. Mais tarde, participei ativamente dessa luta, uma luta de muitos.

Somos uma gente determinada, persistente, soldados de um combate quase interminável de mais de cem anos, e resistimos sem depor as armas, porque nossos calos e lágrimas sempre foram adoçados pela esperança.

A vitória haveria de vir, e veio, coroada pela histórica decisão do Congresso Nacional na Constituinte de 5 de outubro de 1988. E agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, qual é minha emoção: ontem cerrando fileira junto aos que defendiam os ideais da emancipação política do então norte goiano e hoje, aqui no Senado Federal, representando meu amado Tocantins.

Esse Estado de gente simples, aos poucos, no amálgama de gestos e ações, soube transformar uma terra abandonada em uma terra promissora.

Em tempo recorde foi implantada uma infra-estrutura capaz de atrair importantes investimentos de vários ramos da indústria, especialmente da agroindústria.

O Tocantins tem hoje a maior produção de grãos da Região Norte do Brasil, com uma safra para 2007/2008 estimada em cerca de 1,4 milhão de toneladas.

Somos exportadores de energia elétrica, a energia boa, um dos maiores desafios do Brasil e do mundo, e ainda possuímos um elevado potencial a ser explorado graças a sua privilegiada malha hídrica.

O resultado desse dinamismo econômico está refletido nas contas nacionais, tendo o Estado crescido acima da média nacional ao longo dos últimos anos. Segundo último levantamento divulgado pelo IBGE, o PIB do Tocantins, em 2005, cresceu 7,3%, duas vezes a média nacional. O ano de 2005 foi o terceiro ano do primeiro mandato do Governador Marcelo Miranda, e esse bom resultado da economia deixava transparecer, de forma inequívoca, a competente administração desse jovem Governador, reconhecido e amado pelo seu povo.

É inegável que o País precisa reduzir os custos e aumentar a competitividade de nossos produtos no mercado internacional, e o Tocantins tem papel fundamental na consecução desse importante objetivo. O Estado possui as condições necessárias para fornecer produtos e serviços com qualidade e preços competitivos. Temos solos planos e férteis, mão-de-obra abundante, clima favorável, grande disponibilidade de recursos hídricos, além da boa infra-estrutura de transportes.

A conclusão da Ferrovia Norte – Sul e a implantação de eclusas e da Hidrovia Araguaia – Tocantins são determinantes para a relevante ampliação da produção mineral e de alimentos do Estado, que se faz necessária.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a me permite?

O SR. MARCO ANTONIO COSTA (DEM – TO) – Concedo um aparte ao Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Marco Antonio Costa, eu gostaria que esse nosso aparte ficasse registrado no sentido de dar as boas-vindas a V. Ex^a nesta Casa. Eu sei que V. Ex^a tem a dupla missão de, primeiro, substituir e representar também uma das grandes figuras desta Casa, a Senadora Kátia Abreu, que nos orgulhou muito durante o processo de votação, principalmente da CPMF, de que ela foi relatora, e, segundo, cumprir seu compromisso com o Estado do Tocantins. Eu não tenho dúvida – há pouco conversava com o Governador, e ele já falava das suas qualidades – de que V. Ex^a também será

notadamente um dos grandes Senadores que estará aqui defendendo o Tocantins, Estado que eu admiro muito, dada a amizade do Governador Ivo Cassol e do Governador Marcelo Miranda, além do compromisso – eles assumiram Estados praticamente nas mesmas condições – de darem nova dinâmica e nova vida aos dois Estados – Tocantins e Rondônia. Eu dizia do duplo compromisso, e o segundo é este: ajudar esse grande Governador que sonha em melhorar a qualidade de vida do povo tocaninense. Tenho certeza de V. Ex^a será um dos parceiros dele aqui. Digo sempre que o Estado do Tocantins tem três Senadores, assim como todos os demais Estados da Federação, mas conte comigo para que eu possa ser o quarto Senador, para ajudar o meu Governador Marcelo Miranda. Parabéns e seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marco Antônio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Concedo um aparte ao Senador Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Quero também dar-lhe as boas-vindas e desejar-lhe muito sucesso aqui no Senado, onde substitui a brava Senadora Kátia Abreu. Eu quero falar em nome do meu Partido, o PSDB, e em nome do meu Estado, Minas Gerais. Muitos mineiros estão em Tocantins. Eu já estive lá mais de uma vez. O Governador Marcelo Miranda foi nosso colega de Partido. Eu quero, então, desejar que a sua atuação aqui seja realmente muito bem-sucedida e que V. Ex^a possa colaborar para o trabalho importante que o Senado desempenha na defesa da democracia e na construção de um País cada vez melhor. Felicidades!

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marco Antônio Costa, V. Ex^a vai permitir que eu, neste instante, possa me dirigir ao Palácio do Planalto, onde será realizada a solenidade de sanção do projeto de lei do piso salarial dos professores.

O Presidente da República vai sancionar esse projeto, e estarei nessa solenidade juntamente com a autora dele, a Senadora Ideli Salvatti. Vou retirar-me, mas tenho a honra de transferir a Presidência ao Senador Leomar Quintanilha, do Estado do Tocantins. Certamente terei o prazer de ouvir V. Ex^a aqui em ou-

tras ocasiões, como sempre de forma brilhante como agora.

Peço permissão também ao Governador Marcelo Miranda para ausentar-me.

Neste instante, passo a Presidência ao Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Marco Antônio Costa, V. Ex^a pode dar curso ao seu pronunciamento.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Sr. Presidente Leomar Quintanilha, gostaria de falar da alegria de vê-lo abrilhantar, como Presidente desta sessão, a minha posse. Nós estivemos, em vários momentos, no mesmo caminho, na mesma batalha, lutando pelo nosso Estado. Por isso, para mim será inesquecível o fato de V. Ex^a assumir a Presidência da Mesa no momento da minha posse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou dar continuidade ao meu pronunciamento. Falava eu do potencial e do fundamental papel do Estado do Tocantins, principalmente, na produção de alimentos. Eu dizia que a conclusão da Ferrovia Norte – Sul e a implantação de eclusas e da Hidrovia Araguaia – Tocantins, são determinantes para a relevante ampliação da produção de minérios e de alimentos do Estado, que se faz necessária.

Com mais investimentos e, conseqüentemente, mais eficiência no escoamento da produção, o Estado poderá contribuir decisivamente para o aumento da produção mundial de alimentos e a manutenção dos preços em patamares mais razoáveis. Tudo isso faz do Tocantins uma peça importante, que pode contribuir na solução da recente crise mundial dos alimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra de representar hoje o Tocantins e o desafio de substituir a Senadora Kátia Abreu, Parlamentar respeitada e admirada não somente no seu Estado, mas em todo o Brasil, uma verdadeira guerreira na defesa dos interesses tocaninenses.

Como a Senadora Kátia Abreu, tenho a satisfação de fazer parte do Partido Democratas, um Partido moderno, coerente e sempre disposto a se posicionar frente aos grandes temas nacionais.

Estarei, portanto, como democrata, seguindo a orientação do meu Líder, o Senador José Agripino,

pronto a colaborar com a discussão de matérias fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

Prometo cumprir o juramento feito perante esta Casa de guardar a Constituição Federal e as leis do País e, para isso, defenderei firmemente o Poder Legislativo, a quem incumbe constitucionalmente as tarefas de elaborar as leis e fiscalizar a Administração Pública.

Finalmente, Sr. Presidente, sei que política se faz com diálogo, entendimento e, é claro, bons debates. É com esse espírito que estou aqui hoje para ajudar os meus Pares a enfrentar os enormes desafios que o País tem pela frente, levando adiante o mandato que recebi do povo para servir, da melhor maneira possível, à nossa Pátria.

E é com força e determinação que encaro esse novo desafio. Peço, neste momento, que Deus me ilumine na condução dessa nova tarefa.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Marco Antônio Costa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa compartilha com aqueles que tiveram oportunidade de cumprimentar V. Ex^a a alegria da Casa de recebê-lo, eu particularmente como seu colega de representação, com quem dividiremos a responsabilidade de servir e de defender os interesses maiores do Estado do Tocantins e do Brasil.

Quero dizer da minha imensa satisfação e da minha imensa alegria em saber que o Senado recebe um reforço com a sua inteligência e com a sua dedicação, seu amor pela sua terra e pelo País. Tenho segurança de que resultarão frutos extremamente importantes, não só para o nosso Estado, mas para o País.

V. Ex^a, que vem com sua esposa e seus familiares, amigos, líderes do nosso Estado – o Governador Marcelo Miranda, a Deputada Federal Nilmar Ruiz, nosso ex-colega Senador Carlos Patrocínio, e o Secretário da Infra-Estrutura, Brito Miranda –, respaldando essa sua entrada triunfal no Senado e no Congresso Nacional.

Que Deus proteja os seus caminhos nesta Casa e que tenha muito sucesso, Senador Marco Antônio!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero aplaudir a Senadora Kátia Abreu, que vem cumprindo um mandato exemplar no Senado Federal, e saudar o seu suplente, Senador Marco Antônio, que hoje assume a incrível responsabilidade de substituí-la transitoriamente durante esse seu período de licença. Desejamos boas-vindas e que seu período de mandato seja o mais profícuo possível em defesa dos interesses do Estado de Tocantins. Essa é a palavra do PSDB, aplaudindo o ingresso de V. Ex^a nesta Casa.

Quero também, Sr. Presidente, encaminhar, para que V. Ex^a autorize conste dos Anais da Casa um pronunciamento que diz respeito ao drama que vivem os servidores da antiga Secretaria da Receita Previdenciária que foram transferidos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, quando criamos, Senador Mário Couto, a Super-Receita. Os compromissos assumidos pelo Governo não foram respeitados, e esses servidores que são responsáveis pela arrecadação previdenciária estão vivendo uma situação absolutamente precária e angustiante. Não são ouvidos. A lei não é cumprida. Não há respeito a direitos adquiridos.

Criamos a Super-Receita e a discutimos tanto aqui. Foi uma proposta polêmica do Governo. Muitos de nós queríamos outro modelo. Gostaríamos de aprovar um outro modelo, mas prevaleceu a vontade do Governo, que foi atendido. O Congresso Nacional ofereceu um instrumento legal para que promovesse essa reforma, mas o Governo não faz a sua parte, não cumpre o seu dever e não respeita os direitos dos funcionários da Secretaria da Receita Previdenciária.

Por essa razão, Sr. Presidente, estamos encaminhando à Mesa, fazendo um apelo à Presidência do Congresso Nacional, às Lideranças do Governo nesta Casa, ao Secretário da Receita Federal e ao Ministro da Fazenda e da Previdência Social para que, pelo menos, ouçam as reivindicações e os reclamos desses servidores, a fim de que a lei possa ser cumprida e os direitos deles possam ser respeitados.

É o apelo que formulamos, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

Pronunciamento que faz o Senador Álvaro Dias (PSDB-PR), dispondo sobre a situação dos servidores originários da Secretaria da Receita Previdenciária redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil através da Lei 11457 de 2007.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Retorno a esta Tribuna, para abordar novamente a situação que envolve os servidores originários da Secretaria da Receita Previdenciária que com a criação da "Super Receita" asseguraram em Lei o direito de serem redistribuídos para os quadros da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Esses servidores, Analistas e Técnicos Previdenciários estão trabalhando na Secretaria da Receita Federal do Brasil desde o dia 2 de maio de 2007, porém ainda integram a Carreira do Seguro Social, quando na verdade deveriam estar na Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, uma vez que essa é a única Carreira existente na Super Receita.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, os servidores redistribuídos, representados pela Associação Nacional dos Servidores da Receita Previdenciária - UNASLAF continuam trabalhando exaustivamente buscando o efetivo cumprimento do artigo 12 da Lei 11457, norma legal que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil e que promoveu a redistribuição para esse órgão, porém até o momento os servidores responsáveis pela arrecadação previdenciária continuam numa situação absolutamente precária e angustiante.

Além da Lei 11457, os servidores pedem ainda o cumprimento da norma prevista na Constituição Federal, em seu Artigo 37, inciso XXII que determina que "atividades próprias da administração tributária, enquanto essenciais ao funcionamento do Estado devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas".

Não resta a menor dúvida de que as atividades exercidas pelos servidores redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil estão enquadradas nesse caso, se não fosse assim suas

atribuições não teriam migrado para a Secretaria da Receita Federal do Brasil e consequentemente não teríamos sido redistribuídos, mas a lei é absolutamente clara e inquestionável, a redistribuição se deu para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Essas foram às razões pelas quais os servidores foram redistribuídos, ou seja, a extinção da Secretaria da Receita Previdenciária, e a migração das atribuições desse órgão e de seus servidores para a Super Receita.

A Lei determinou também que esses servidores redistribuídos perceberão seus respectivos vencimentos e vantagens como se em exercício estivessem no seu órgão de origem até a vigência da Lei que disporá sobre suas carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício.

Ocorre que como já foi dito, eles foram redistribuídos no dia 2 de maio de 2007 e já estão em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil desempenhando suas funções e atividades próprias da administração tributária há quatorze meses, porém continuam fazendo parte da Carreira do Seguro Social que é uma Carreira exclusiva do INSS.

A gestão na Receita Federal do Brasil trabalha com dois pesos e medidas, enquanto os servidores ocupantes dos Cargos de Auditor-Fiscal do Ministério da Previdência já foram redistribuídos plenamente para a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, e os Técnicos da Receita Federal tiveram seus Cargos transformados para Analista Tributário, os Analistas e Técnicos Previdenciários continuam trabalhando no órgão de forma absolutamente precária, desempenhando todas as suas funções voltadas à administração tributária, sem que tenham sido inseridos na única Carreira existente da Secretaria da Receita Federal do Brasil que é a Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Desde a extinção da Secretaria da Receita Previdenciária e a criação da Super Receita não houve nenhuma quebra de continuidade no trabalho desses servidores, todas as atividades técnicas acessórias e preparatórias às competências exclusivas

dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, no tocante a Arrecadação Previdenciária continuam sendo feitas pelos Analistas e Técnicos Previdenciários.

A Constituição Federal, em seu Artigo 37, inciso XXII determina que "atividades próprias da administração tributária, enquanto essenciais ao funcionamento do Estado devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas".

Não resta a menor dúvida de que as atividades exercidas pelos servidores redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil estão enquadradas nesse caso, se não fosse assim suas atribuições não teriam migrado para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Importante ressaltar que essa Lei que alterou a denominação da Secretaria da Receita Federal para Secretaria da Receita Federal do Brasil determina em seu Art. 2º que além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

Todo esse trabalho a que se refere esse parágrafo, excetuados os de competência exclusiva dos Auditores-Fiscais, é executado pelos servidores redistribuídos originários da Secretaria da Receita Previdenciária.

O que está em jogo não é somente uma questão funcional, mas principalmente o futuro da arrecadação previdenciária em nosso país, receita essa responsável pelo pagamento de benefício previdenciários há mais de 20 milhões de aposentados.

Ocorre que se o governo não valorizar e reconhecer esses servidores os mesmo exercerão o seu direito de opção e retornarão ao INSS, e fica a pergunta, quem fará a arrecadação previdenciária em nosso país; uma vez que como já disse, esses servidores exercem essa função absolutamente estratégica e especializada há mais de 20 anos.

O clima entre os servidores é o pior possível, como se não bastasse à discriminação, o assédio moral e os abusos de autoridade, esses servidores são simplesmente ignorados pela administração que não respeita nem mesmo a nomenclatura dos seus Cargos, no mês de abril a Receita Federal do Brasil promoveu alterações nos contracheques e assentamentos funcionais dos servidores fazendo constar a nomenclatura do Cargo como "Agente Administrativo", cargo esse inexistente na Carreira do Seguro Social, da qual os servidores fazem parte.

Esses servidores estão absolutamente desmotivados com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a falta de valorização e reconhecimento ultrapassa os limites toleráveis; acredito Senhor Presidente, que caso não aconteça uma imediata mudança de postura do Governo em relação a esses servidores a grande maioria exercerá o seu direito de opção também assegurado em lei e retornarão em massa para o INSS no próximo dia 31 de julho, o que gerará um verdadeiro caos na Receita Federal do Brasil comprometendo toda a área da Receita Previdenciária e colocando em cheque os objetivos previstos e esperados com a criação da Super-Receita e a unificação das receitas.

Como se não bastasse a omissão no cumprimento das leis o Governo está em vias de encaminhar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei, ou até mesmo uma Medida Provisória criando uma "Carreira Fazendária" ou "Plano Fazendário, e por incrível que possa parecer tenta inserir os servidores originários da Receita Previdenciária nessa Carreira, desconsiderando completamente que os mesmos já integram uma Carreira e que foram redistribuídos para a Receita Federal do Brasil, e não para o Ministério da Fazenda. Como já mencionei, desconsideram também a própria Constituição Federal que em seu Artigo 37, inciso XXII determina que "atividades próprias da administração tributária, enquanto essenciais ao funcionamento do Estado devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas".

O que quero enfatizar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é a necessidade do Governo Federal, e principalmente da cúpula da Receita Federal do Brasil de estudarem com muita atenção essa situação imposta aos servidores originários da Receita Previdenciária, certamente que

o órgão só será harmônico se todos os servidores forem tratados com respeito e dignidade.

Para concluir, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, acredito que devemos tratar a Receita Federal do Brasil como um exemplo de órgão moderno e oxigenado, para isso é necessário que não traga vícios e erros do passado, devemos nos questionar o porque desse tratamento desigual sofrido pelos servidores da Receita Previdenciária que já estão trabalhando efetivamente na Secretaria da Receita Federal do Brasil há 14 meses, eles se dedicaram ao máximo a esse órgão o superaram todas as metas que lhe foram impostas, agora devem ser valorizados, e não desconsiderados, isso é o mínimo que deve ser feito pelo muito que eles já fizeram e certamente ainda farão pela Receita Previdenciária em nosso país.

No último dia 26 de junho foi divulgada uma minuta de "Termo de Acordo" elaborada pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda, e nesse termo, de forma absolutamente equivocada pretendem inserir numa Carreira Fazendária genérica os servidores redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, ora Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, esse Parlamento aprovou e o presidente da república sancionou uma lei que redistribuiu esses servidores para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e não para o Ministério da Fazenda, devemos nos solidarizar com esses servidores exigindo portanto o cumprimento da Lei 11457 e do artigo 37 da Constituição Federal.

Solicito que integre esse meu pronunciamento o documento que trata desse assunto, assinado por nove líderes partidários aqui do Senado Federal e encaminhado ao Secretário da Receita Federal do Brasil.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º, do Regimento Interno)

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos a sua presença com a finalidade de demonstrarmos nossa preocupação com a situação dos 5.000 servidores redistribuídos da Secretaria da Receita Previdenciária para a Receita Federal do Brasil como determinou a Lei 11457 de 16 de março de 2007, aprovada neste Parlamento.

Fomos informados pela UNASLAF, Associação Nacional dos Servidores da Receita Previdenciária que até o presente momento todos os servidores redistribuídos continuam numa situação precária passados mais de 150 dias da aprovação da Lei, e que permanecendo assim os mesmos oporão por retornar ao INSS, comprometendo todo o objetivo da criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil que era a unificação das receitas fiscais e previdenciárias.

Lembramos ao eminente Secretário que os direitos desses servidores foram inseridos em Lei no Congresso Nacional através de emendas aprovadas cujo texto final foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Estamos atentos à situação e solicitamos a V. Exa. que envie seus esforços para que essa situação seja solucionada e a Lei seja cumprida sem prejuízo aos servidores por ela contemplados.

Importante frisar que a redistribuição desses servidores se deu para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, razão pela qual estamos demonstrando nossa preocupação e encaminhando essa solicitação ao colendo Secretário.

Certos de contarmos com a atenção de V.Exa. para o pleito em questão, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tenho a honra de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Expedito Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, enquanto o orador chega à tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que registro, nesta oportunidade, a efetivação da solenidade para instalação, amanhã, dia 4 de julho, da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará, instituída pela Portaria do Ministério da Educação nº 410.

A implantação da referida universidade aumentará os investimentos federais na região, refletindo o seu desenvolvimento social, econômico e cultural, assegurando, inclusive, os mais diversos investimentos em pesquisa, desenvolvimento de novas tecnologias voltadas diretamente para a região amazônica, atendendo diretamente os Municípios de Alenquer, Almeirim, Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, e, com orçamento próprio, a Universidade Federal do Oeste do Pará facilitará a implantação de novas unidades descentralizadas e quem sabe, num futuro próximo, possamos ter uma unidade em cada Município.

Diante da importância do tema e da minha satisfação pessoal por ver esse empreendimento, que era um sonho do Oeste do Pará de muitos e muitos anos, virar realidade, é que eu peço que seja inserido nos Anais desta Casa o meu pronunciamento.

Agradeço ao Senador Expedito Júnior a paciência que teve, por estar na tribuna aguardando, para que eu pudesse expressar a minha satisfação por ter a Universidade do Oeste começando a virar realidade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB. MG) – Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Gostaria de cumprimentar o nobre Senador que

preside a Casa, Senador Eduardo Azeredo. Gostaria também de cumprimentar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores e, mais uma vez, dar as boas vindas aqui ao Senador Marco Antônio Costa, que acaba de assumir o cargo da Senadora Kátia Abreu.

Sr. Presidente, ontem, neste plenário, vivemos um dia histórico, sobretudo em razão de duas matérias aqui aprovadas: a fixação do piso salarial para o professor e a PEC que vai acabar com a DRU na educação. São matérias de grande repercussão positiva para a educação. E quero aplaudir o esforço de todos os Senadores que permitiram o acordo para essa votação.

Mas, Sr. Presidente, muitas vezes, o trabalho nas Comissões é relegado pela grande imprensa, e projetos importantes que lá são aprovados acabam não sendo divulgados adequadamente. Por isso, gostaria de lembrar, desta tribuna, que a Comissão de Educação aprovou na última terça-feira outro grande projeto que considero da maior importância, principalmente na área da educação. Esse projeto foi aprovado em caráter definitivo e agora segue para apreciação na Câmara dos Deputados, onde, com certeza, se for aprovado sem alterações, será sancionado logo, e não tenho dúvida disso!, pelo Presidente da República.

Falo do PLS nº11, de 2008, de nossa autoria, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para que o sistema de ensino favoreça a abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e também nas férias.

O objetivo é que sejam desenvolvidas, em benefício da comunidade, atividades culturais, esportivas e de reforço escolar.

Mas o ponto que considero mais importante dessa proposta é que será oferecida alimentação aos estudantes nesse período. Sr. Presidente, entendo que a escola pública precisa ser levada a ampliar o seu papel social. Ela pode ser estimulada a desenvolver ações mais amplas de integração social e de apoio às populações de baixa renda.

Hoje em dia as escolas ficam fechadas em torno de cento e sessenta e cinco dias no ano e não me parece razoável que, durante todo esse tempo, suas quadras esportivas, auditórios, bibliotecas, laboratórios permaneçam fechados impossibilitando o acesso da nossa comunidade. E é relevante assinalar que, para parcela considerável da população estudantil, as refeições proporcionadas pelos programas de merenda escolar constituem uma das mais importantes fontes de alimentação – senão a principal.

Sr. Presidente, eu não poderia faltar ao debate pela melhoria da educação. Por isso, estou mais uma vez aqui nesta tribuna aplaudindo todas as matérias que aprovamos nesta semana, em especial, no dia

de ontem, esse projeto que permitirá a abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e também nas férias.

Uma das coisas de que mais me orgulho é que foi em Rondônia que me tornei professor. Lecionei matemática na Escola Estadual Pereira da Silva, no Município de Rolim de Moura. E hoje, como Senador da República, tenho a obrigação de levantar a voz pela valorização da carreira do professor em todo o Brasil, mas sobretudo dos professores do Estado de Rondônia, na atividade ou como professores aposentados.

Todos nós políticos reconhecemos a importância da educação para a resolução dos problemas do Brasil. Basta observarmos o horário eleitoral gratuito dos Partidos, por exemplo, e veremos que a educação é apontada sempre como solução pela unanimidade dos Partidos. Quando não é a educação, é a saúde ou a agricultura.

Neste ano de 2008, a escola de samba de São Paulo que conquistou o primeiro lugar, a Vai-Vai, levou para a avenida um tema da importância da educação brasileira para a solução dos problemas do povo brasileiro. Isso significa dizer que, inclusive nas manifestações culturais populares, os brasileiros reconhecem um fato que deveria ser óbvio para os governantes: a falta de qualificação de nossa população constitui hoje o maior entrave ao desenvolvimento do nosso País. E é esta a preocupação que trago hoje, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, desta tribuna: a necessidade da valorização do professor como mola propulsora da educação e do nosso desenvolvimento.

Tenho recebido inúmeras mensagens de professores de Rondônia alertando sobre a total falta de atenção do Governo Federal às condições mínimas para o exercício da profissão. Não é demais lembrar que Rondônia, como ex-Território Federal, possui um quadro de docentes de quase 10 mil profissionais com vínculo funcional no Poder Executivo Estadual. A experiência de países mais desenvolvidos não deixa nenhuma dúvida: uma escola de qualidade está na raiz da qualidade de vida de um povo, porque o impulsiona para frente em uma economia mundial competitiva, na qual o conhecimento é o valor maior.

E é fato: aquelas nações que tiveram mais progresso nas últimas décadas são as que conseguiram estabelecer um ensino público eficiente. E em todas elas a profissão de professor tem grande prestígio social e remuneração condigna.

Apenas para dar um exemplo, no Japão, o professor da escola fundamental é uma referência moral e cultural no bairro, é pessoa prezada e é pessoa respeitada. Quanta diferença em relação a nosso País! Quanta diferença em relação ao Brasil! Hoje, os pais

ficam preocupados se os filhos decidirem seguir a carreira de professor. O professor aposentado não é visto como uma figura nobre que já cumpriu longa trajetória profissional e recebe a gratidão de todos os que orientou e instruiu. Ele é visto como um coitado descartável com quem ninguém se importa mais neste País. Agora mesmo os professores dos ex-Territórios, Sr. Presidente, estão sofrendo uma grande e nova discriminação.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional negociou com o Governo Federal, Senador Jayme Campos, para que os professores dos ex-Territórios e órgãos militares recebessem um tratamento isonômico com as instituições federais de ensino. Mas a Medida Provisória nº 431, deste ano, não contemplou o que havia sido firmado por acordo com a categoria.

Sr. Presidente, meu nobre Líder do Mato Grosso, Senador Jayme Campos, ainda que o Planejamento pretenda uma carreira nova para os professores, o prejuízo será incalculável para as aposentadorias. É inaceitável mais essa injustiça contra os servidores (mais uma!) contra os servidores do meu Estado. E não é a primeira vez que o Governo Federal discrimina os professores dos ex-Territórios. Com muita luta, eles conquistaram, de forma organizada, o legítimo enquadramento no Pucpe, pelas Leis nºs 7.596/87 e 8.270/91. Agora, os assessores do Ministério do Planejamento, que não conhecem sequer a história da criação do Estado de Rondônia e a criação dos ex-Territórios, que não se lembram sequer dos professores do ex-territórios, a cada melhoria que concedem aqui em Brasília aos servidores públicos federais, querem eliminar, extirpando, uma das poucas conquistas que os professores dos ex-territórios tiveram. Hoje, há uma clara percepção de que a assessoria do Ministro do Planejamento não tem o preparo para compreender qual é o problema por que passam os ex-Territórios. E isso dificulta sua negociação.

Por todos os sacrifícios que os professores já fizeram em prol de Rondônia – e eu diria, até em prol do Brasil, pois atenderam ao chamamento do próprio Governo Federal para, com sacrifício próprio, ajudarem no desenvolvimento de mais um Estado da Federação – é justo que sejam atendidos, porque foram os professores (os servidores) que atenderam ao chamamento de ajudar o Estado de Rondônia.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero concluir o meu pronunciamento, fazendo daqui, desta tribuna, um apelo veemente ao Relator da Medida Provisória nº 431, na Câmara dos Deputados, o Deputado Geraldo Magela, no sentido de que acolha as emendas que foram apresentadas em favor dos professores dos ex-Territórios,

em especial a Emenda nº 215, apresentada pelas Deputadas Ângela Portela e Maria Helena, ambas do Estado de Roraima.

Mas, Sr. Presidente, já que ainda tenho cinco minutos, eu gostaria de falar um pouco mais desta tribuna sobre o meu querido Estado de Rondônia. Quando se fala aqui dos ex-Territórios, lembro do que ouvi aqui do Senador Mário Couto, quando falou sobre a discriminação contra os aposentados brasileiros. Não é diferente do que acontece em Rondônia, não é diferente do que acontece com os ex-Territórios. Aprovamos no Senado um aumento para os Servidores Militares do Distrito Federal e, também, para os Bombeiros. Negociamos um acordo com o Líder do Governo, para que, em uma nova medida provisória que fosse enviada a esta Casa, estivesse incluído lá também os servidores dos ex-Territórios (inativos, aposentados e também os da ativa).

Nós tivemos agora a Medida Provisória nº 426, a qual tivemos a felicidade de darmos a ela o nome de Emenda Miro Teixeira, pois ele apresentou uma emenda onde são contemplados os servidores militares dos ex-Territórios.

Então faço um apelo, aqui da tribuna, ao Senador Líder do Governo nesta Casa, Romero Jucá, para que cumpra, pelo amor de Deus, o compromisso feito com a maioria dos Senadores desta Casa. Nós já sabemos, porque ele já disse em uma reunião, que há vício de iniciativa, e o Governo deverá vetar essa Emenda do Deputado Miro Teixeira.

Portanto, apelo ao Senador Romero Jucá. Nós estamos acostumados a quebrar interstício todas as horas, todos os dias nesta Casa. Eu apelo ao Senador Romero Jucá para cumpra o acordo, apesar de o termos feito no dia 1º de abril, dia da mentira. Espero que, pelo menos, esse seja cumprido. Ontem S. Ex^a falou aqui de acordos que estão sendo cumpridos nesta Casa. Palavra bonita. Faço, então, este apelo ao Líder do Governo: que faça justiça aos servidores do ex-Território, que ajudaram tanto no desenvolvimento, no crescimento deste País.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar de abordar. Senador Pedro Simon, tantos gaúchos representam o Estado de Rondônia hoje e fazem a cultura do Rio Grande do Sul estar viva no nosso Estado. Em praticamente todos os Municípios de Rondônia, temos um centro tradicional gaúcho. V. Ex^a sabe que os paranaenses, gaúchos e mineiros principalmente foram os responsáveis pela existência do nosso Estado.

Tudo para o nosso Estado é difícil, Senador, tudo para Rondônia é complicado, é com muita luta, com muita dificuldade. Aprovamos neste Senado uma pro-

posta de emenda à Constituição da Senadora Fátima Cleide, a PEC dos servidores públicos do Estado de Rondônia, a transposição dos servidores, para que o tratamento isonômico que se dá aos ex-Territórios se dê também ao Estado de Rondônia; que se dê o mesmo privilégio. O que fizeram aos ex-Territórios façam também ao Estado de Rondônia.

Eu não sei, Senador, meu querido Senador Jayme Campos, eu não sei por que essa política contra o Estado de Rondônia. Já foi votada no Senado, já foi votada pela Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados. Por que o Presidente Arlindo Chinaglia, que é do mesmo Partido da Senadora Fátima Cleide, não coloca esse processo para ser votado? Qual é a política contra o Estado de Rondônia? É porque é um Estado pequeno? Mas é um Estado pequeno onde moram milhões de brasileiros, que representa o seu Mato Grosso, que representa o Rio Grande do Sul, que representa o Estado do Paraná, do Senador Alvaro Dias...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – ...,que representa o Estado da Bahia. Eu faço esse apelo a esta Casa.

Já tivemos a oportunidade de aprovar aqui a renegociação da dívida do Beron, isso não aconteceu ainda; aprovou-se aqui a transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia. O servidor público do Estado de Rondônia está lá de pires na mão, esperando, não acredita mais em nenhum político que fala sobre transposição dos servidores públicos do nosso Estado. Esta palavra, lá em Rondônia, transposição nós estamos mudando para enganação.

O Presidente da República é do PT, o Presidente da Câmara dos Deputados é do PT, a maior bancada nesta Casa, a maior bancada na Câmara é do PT e do PMDB; eles caminham juntos. Eu já disse: se quiserem, dissolvam o Congresso Nacional! Por que não fazer justiça com os servidores públicos do meu Estado? Por que não fazer justiça com os servidores públicos de Rondônia? Por que essa política perversa contra o meu Estado? O Senador Jayme sabe da dificuldade que estamos vivendo hoje por conta dessas maluquices do meio ambiente, por conta dessa política perversa do meio ambiente. E nós temos aconselhado, nós temos procurado e eu tenho conversado – já por duas vezes – com o Ministro Minc, estou preocupado... Fizemos um acordo, tanto ele nos recebeu quanto o Governador Ivo Cassol, de Rondônia, que disse que tentaria um caminho, pavimentaria um caminho de entendimento, de discussão, de se buscar um diálogo com a cadeia produtiva do meu Estado, com a cadeia

produtiva da Amazônia. Ele disse que criaria políticas concretas para a região amazônica e, de repente, eu estou vendo lá as terras do meu Estado, as propriedades do meu Estado sendo invadidas. Inclusive, Senador Jayme Campos, já há uma fazenda com mais de nove mil cabeças de boi sendo seqüestrada. Aquele tal do boi pirata, que disse o Ministro Minc, ele já começou a colocar em prática.

O Governador Ivo Cassol me ligou hoje muito preocupado, porque sabe de uma operação que está descendo para o Município de Buritis e, se isso for verdadeiro – olhe o que eu vou falar da tribuna desta Casa –, vai haver derramamento de sangue no meu Estado, vai haver derramamento de sangue em Rondônia. E o grande responsável disso vai ser o Presidente da República. O grande responsável disso vai ser o Ministro Minc, e eu não quero que isso caia no colo do Presidente da República.

Nós temos que buscar o diálogo, meu Deus do Céu! O povo que foi para Rondônia, que desmatou em Rondônia o fez em cima de um Código Florestal, que permitia – V. Ex^a conhece muito bem –, na década de 70, desmatar até 50% das suas propriedades. O povo não pode pagar o preço hoje pela inércia do Governo. O povo não pode pagar por isso! Temos de ser chamados para o entendimento, para o diálogo. Nós não podemos pagar esse preço tão alto.

Eu dizia ontem desta tribuna: em vez de fazer uma operação em que se investem quase R\$300 milhões, Senador Jayme, por que não gastar esse dinheiro para enfrentar o problema? Qual é o problema da Amazônia? Em Rondônia, nós não somos donos do que é nosso; o dono é o Governo. Precisamos fazer a regularização fundiária, Senador Pedro Simon. Aí, sim, vamos evitar o desmatamento na região amazônica. Com certeza! O povo de Rondônia, o povo da Amazônia já tem consciência de que não se precisa desmatar mais nada.

Temos projeto para recuperação de áreas degradadas, que, nesta Casa, não se discutiu. O Senador Delcídio conseguiu retirar de pauta e reprovar um projeto de tamanha grandeza. Eu disse isso ao Senador Delcídio Amaral. Era o projeto da lavoura pecuária, que apresentamos. Aliás, o Senador Gilberto disse: “Exedito, este é o meu sonho de consumo. Eu não conhecia esse seu projeto”. E nós não conseguimos discuti-lo, ou melhor, discutimos e o projeto foi reprovado, porque não há vontade do Governo de recuperar as áreas degradadas.

Concedo um aparte a um grande líder do Mato Grosso, o nobre e ilustre Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Expedito Júnior, muito obrigado a V. Ex^a. Pedi o aparte

a V. Ex^a para dizer que a sua fala é muito oportuna, na tarde de hoje. Tenho visto aqui seus pronunciamentos, tenho acompanhado a sua luta incessante para que o seu Estado seja respeitado na sua plenitude. Parece que há um preconceito em relação aos nossos Estados de Mato Grosso e de Rondônia. E dessa feita, acompanhei de perto o projeto em que V. Ex^a foi o autor, pedindo ao Governo Federal que revisse, naturalmente, aquela rolagem da dívida do Beron. Lamentavelmente, hoje, o Estado de Rondônia paga quase R\$10 milhões por mês, tendo em vista uma negociação perversa que fizeram contra as finanças do Estado de Rondônia. Quando V. Ex^a assoma a essa tribuna para falar em relação à política ambiental, de fato, vem constatar uma vez mais o desrespeito que há entre o Governo Federal e nós, que moramos na região amazônica. Lamentavelmente, o que se precisa fazer é ter a presença do Governo Federal no sentido de termos um marco regulatório, de termos uma segurança jurídica, sobretudo políticas públicas que realmente beneficiem o cidadão amazônida. Ninguém pode desconhecer de que, ao longo dos tempos, Rondônia tem sido prejudicada por essa política caolha, diminutiva, que tem o Governo Federal em relação ao nosso Estado. Dessa forma, quero cumprimentá-lo pela sua luta incessante. É bom que o povo de Rondônia saiba que o Senador Expedito Júnior é um dos poucos que têm nesta Casa defendido por inteiro o Estado de Rondônia. E é assim que se faz realmente: é dar-se o respeito ao mandato que o povo de Rondônia deu a V. Ex^a. Tenho absoluta certeza de que vamos vencer essa luta, seja hoje ou seja amanhã, mas não podemos, em hipótese alguma, deixar de estarmos na trincheira para defender o povo de Rondônia e do Mato Grosso. Parabéns, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

Eu gostaria de finalizar o nosso pronunciamento...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a e de fazer um apelo ao meu Líder, Senador César Borges, que fez ontem, aqui, um elogio verdadeiro ao Ministro Alfredo Nascimento, que deixou esta Casa para assumir o Ministério dos Transportes e que presta um grande serviço à Nação brasileira.

Eu estive hoje com o Ministro e lhe fiz um apelo. Nós temos uma BR, a BR-429, que é de responsabilidade do Governo Federal. Ela liga o Município de Alvorada D'Oeste ao Município de Costa Marques, na divisa

com a Bolívia, passando por São Miguel do Guaporé, por Seringueiras, pelo Município de São Francisco do Guaporé, pelo distrito do antigo Setor 58, que é o Setor de São Domingos. Fiz um apelo hoje ao Ministro. Nós não temos...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Nós não temos recursos suficientes para concluir e para entregar essa obra, que já foi licitada pelo Dnit. E o Ministro pediu que nós oficializássemos a ele, pois ele faria um pleito junto ao Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para que nós pudéssemos, então, conseguir os recursos. Por isso eu gostaria de pedir ao grande Líder o apoio nesse sentido, para que nós pudéssemos ter recursos para a BR-429.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senador Expedito, se me concede um aparte, eu quero dizer a V. Ex^a que teria a imensa satisfação de ser Líder de V. Ex^a, seria um prazer e uma honra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Foi o meu Líder na CPMF.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Entretanto, não o sou; o seu Líder é o Senador João Ribeiro. Mas, de qualquer forma, acho que o seu pleito é mais do que justo. Como disse o Senador Jayme Campos, V. Ex^a é um defensor intransigente do Estado de Rondônia, um Estado importante do Norte brasileiro e que tem aqui no Senado um representante como V. Ex^a, que, acima de tudo, coloca sempre os interesses de Rondônia. Sei que V. Ex^a estará satisfeito quando Rondônia estiver bem atendida. Toda sua luta é para que Rondônia seja bem atendida. Nós só podemos parabenizá-lo e dizer que estamos irmanados nessa luta. Cada um de nós representa o seu Estado, o nosso papel é defender o Estado que representamos, coisa que V. Ex^a faz de forma intransigente e permanente. Sou testemunha disso e, portanto, não posso lhe negar o meu apoio, não, é claro, como Líder, mas, sim, como amigo e correligionário do Partido da República, junto ao Ministro Alfredo Nascimento. Espero que haja essa sensibilidade por parte do Governo Federal para atender a esses pleitos mais do que justos que V. Ex^a traz a esta Casa com relação aos problemas do Estado de Rondônia. Parabenizo V. Ex^a e me solidarizo inteiramente com sua luta.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço, Senador César Borges. Agradeço também ao Senador Jayme Campos.

Para finalizar, eu disse ao Ministro que, caso o Governo Federal, caso o Ministro Paulo Bernardo não consiga recursos para a BR-429, ele faça o que fez com a BR-421, que era de responsabilidade do Gover-

no Federal: ele repassou essa obra para o Estado de Rondônia. Hoje, se o asfaltamento está ligando o Município de Ariquemes ao Município de Buritis, é graças à determinação, à garra, à vontade do Governador Ivo Cassol, que faz essa obra com recurso próprio, com recurso do Estado. Se o Governo não tiver compromisso com a BR-429, que ele dê oportunidade para o Governador Ivo Cassol entregar a obra da BR-429 para a comunidade, porque o povo merece.

Sr. Presidente, muito obrigado pelos quase quatorze minutos a mais para o nosso pronunciamento que V. Ex^a me concedeu. Isso é em homenagem ao povo gaúcho que desenvolve o meu querido Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Expedito Júnior, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Só para esclarecer a V. Ex^a: os gaúchos que estão lá são gaúchos e os paranaenses que estão na sua terra são filhos dos gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul, foram para o Paraná colonizar o Estado; depois, saíram do Paraná e foram para a sua terra. Eles também são gaúchos.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para fazer elogios ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso na pessoa do Presidente daquela Corte, Conselheiro Antonio Joaquim, que vem fazendo um trabalho extraordinário frente àquela Corte de Contas do nosso Estado, que está procurando dar maior transparência e, sobretudo, fazer com que o dinheiro público seja mais bem aplicado, uma vez que é o órgão responsável pela fiscalização da aplicação do dinheiro não só do Governo do Estado, mas, principalmente, do dinheiro das Prefeituras e das Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, quanto mais uma nação avança em sua trajetória democrática, maior será sua responsabilidade de exercer um controle eficiente sobre as despesas do aparelho estatal. Fiscalizar os gastos públicos significa dar luz à estrutura moral em que se assentam as instituições nacionais. A sociedade deve ser informada objetivamente das ações governamentais e, conseqüentemente, da utilização dos recursos do Erário.

Um país verdadeiramente civilizado faculta a seus cidadãos um olhar criterioso sobre as contas do

Estado. Examinar o balanço público não é um ato re-
criminatório, mas, sim, uma atitude política reguladora
do princípio da austeridade no emprego do dinheiro do
povo. A própria noção de cidadania já carrega consi-
go o contrapeso jurídico da formatação dos tribunais
auditores das contas públicas. Essa prestação de
serviços à sociedade deve garantir transparência e
respeito com os recursos arrecadados por meio dos
impostos e tributos. As contas públicas são de interes-
se da coletividade e, como tal, possuem a prerrogativa
de símbolo da soberania da sociedade civil sobre a
máquina burocrática.

Infelizmente, o Brasil ainda precisa progredir
muito na luta contra a corrupção. Essa mancha no
caráter cívico nacional ainda envergonha nossa gera-
ção. Temos o dever de limpar a consciência pátria dos
escândalos e denúncias que pululam nas manchetes
cotidianamente.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, novas ferra-
mentas tecnológicas se apresentam no auxílio da seve-
ra e moralizante auditoria da aplicação dos recursos
públicos. Ao longo dos anos, criou-se uma nova ética
científica na avaliação e verificação da correta gestão
do dinheiro do povo. A modernidade age em socorro
do princípio da austeridade e da transparência.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Mato Grosso traz
uma boa notícia neste sentido. O Tribunal de Contas do
Estado acaba de adotar, de forma pioneira, um siste-
ma de fiscalização de obras via satélite, com imagens
simultâneas, permitindo o acompanhamento periódico
do andamento das obras públicas na região. Além da
acuidade técnica aberta pelo novo método de audita-
gem, o programa também permite o livre acesso de
informações pela Internet para promotores públicos,
engenheiros, jornalistas e cidadãos interessados no
tema.

Outra janela que se abre com esse sistema pio-
neiro, inaugurado pelo Tribunal de Contas de Mato
Grosso, é a facilidade para a verificação do desenvolvi-
mento de licitações, medições e pagamentos efetuados
pelos órgãos públicos para cada obra, franqueando,
assim, um controle mais efetivo da sociedade sobre
esse tipo de despesa.

Aliás, o efetivo exercício de fiscalização por parte
da comunidade revitaliza a importância dos preceitos
democráticos, fertilizando a seiva do patriotismo e com-
partilhando a responsabilidade da auditoria entre os
órgãos examinadores de contas e a própria sociedade
civil. Isso quer dizer que as prerrogativas do eleitor não
se resumem apenas ao sufrágio, completando-se com
um olhar atento sobre as atividades públicas.

Por isso mesmo, o sistema empregado pelo Tri-
bunal de Contas Mato-Grossense, chamado de Geo

Obras – TCE-MT, se reveste de tamanha importância
não somente pela simples modernização tecnológica,
mas pelos fundamentos políticos que fortalece, ofere-
cendo um ataque frontal às cidadelas da imoralidade
e da corrupção que vivem à sombra da administração
governamental.

Esse modelo de controle público também estabele-
ceu a perspectiva da interatividade entre o cidadão e
o Tribunal de Contas, por meio da postagem de vídeo
ou foto, denunciando possíveis desmandos no geren-
ciamento das obras públicas. São as novas vias de
comunicação servindo ao propósito da transparência
e da saudável aplicação do dinheiro público.

Portanto, eu gostaria de elogiar a corajosa inicia-
tiva do Conselheiro Antonio Joaquim, Presidente da
Corte de Contas do Estado de Mato Grosso, que utiliza
os modernos recursos da ciência para fiscalizar a exe-
cução das obras das Prefeituras e do próprio Governo
Estadual. Trata-se de um avanço, de um pioneirismo
sem precedentes na história administrativa regional.

A mera operação do sistema elimina por comple-
to a possibilidade da existência de obras fantasmas,
permitindo ainda que haja uma fiscalização preventiva
na construção de edificações públicas.

Fica aqui, desta tribuna, portanto, o registro de
uma decisão proativa na defesa dos interesses da
sociedade brasileira, uma atitude louvável que coloca
o TCE de Mato Grosso na vanguarda da fiscalização
responsável e conseqüente, fato que se coaduna com
a bela história daquela Corte, por onde passaram as
figuras mais probas e honradas da vida regional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadores
César Borges e Alvaro Dias, meu caro Governador,
acho que Mato Grosso sai na vanguarda em relação
a esse trabalho de fiscalização e auditoria das obras
públicas.

Quero crer que também seria de bom alvitre que
o Governo Federal usasse desses recursos tecnoló-
gicos para serem aplicados exatamente agora, neste
País, neste momento sério e grave de denúncias de
obras que vêm sendo realizadas por órgãos do Governo
Federal. É fundamental que esse recurso tecnológico
também seja aplicado no Governo Federal.

Tenho a plena convicção de que nossa geração
está seguindo a linha do tempo não como simples ex-
pectador dos acontecimentos, mas como agente de
transformações que farão do nosso País uma demo-
cracia solidária e participativa, onde cada cidadão seja
uma verdadeira célula de um Estado humano e justo.

Confio no futuro, porque acredito no Brasil. Acre-
dito no Brasil, porque confio na dignidade e no civismo
do povo brasileiro.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para não só cumprimentar o ilustre Conselheiro Antonio Joaquim, como os demais Pares, os ilustres Conselheiros Valter Albano, Ary Leite de Campos, Alencar Soares e os companheiros Waldir Teis, Humberto Bosaipo e José Carlos Novelli, que estão fazendo um trabalho exemplar no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Que sirvam de exemplo, com certeza, esses avanços tecnológicos para que, sobretudo, dêem melhor transparência na aplicação do dinheiro público também nos demais Estados da Federação.

Acho que Mato Grosso contribui, neste exato momento, com esses recursos tecnológicos, que certamente vão dar a dimensão da importância que tem essa modernidade que está sendo aplicada no Tribunal de Contas do nosso Estado.

Aos demais Senadores, quero agradecer a oportunidade e dizer que, só assim, poderemos dar mais transparência naquilo que mais desejamos: na aplicação do dinheiro público neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra o Senador e nobre Líder Alvaro Dias, que devia estar presidindo aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tivemos um depoimento, na sequência de vários outros, prestado pelo Sr. Marco Antonio Audi à Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, brilhantemente presidida pelo Senador Marconi Perillo, do Estado de Goiás.

Preliminarmente, devo dizer que o que mais irrita nessas ocasiões é a farsa. Subestimam a inteligência não apenas dos Senadores, mas de toda a população brasileira, ao se apresentarem nesse palco como verdadeiros farsantes, utilizando-se da mentira como arma de autodefesa. Isso tem sido rotina nas comissões parlamentares de inquérito e nessas audiências públicas que existem com o objetivo de investigar aqueles que são denunciados em razão de escândalos que ocorrem no País constantemente.

Esse escândalo da Varig está, a cada momento, a cada passo, revelando com nitidez tratar-se de uma organização criminosa que operou protegida por autoridades governamentais. Eu não posso definir de outra maneira.

Juridicamente, se utiliza a expressão “formação de quadrilha e organização criminosa” quando pessoas se reúnem para aplicar determinado golpe de corrupção. Isso ocorreu quando da denúncia formulada

pelo Procurador-Geral da República contra 40 pessoas acusadas de participarem do escândalo de corrupção denominado “Mensalão”. O Procurador da República utilizou-se destas expressões: organização criminosa e formação de quadrilha.

Nós estamos diante de outro episódio que justifica a utilização dessas expressões. O depoimento do empresário, hoje, robustece a convicção de ter havido tráfico de influência, favorecimento ilícito, enriquecimento ilícito, formação de quadrilha.

No depoimento de hoje, nós ouvimos, por exemplo, que o Sr. Roberto Teixeira, que foi o operador e que está, portanto, no epicentro dessa crise – ou desse escândalo –, conduziu empresários até o Presidente da República e à Ministra-Chefe da Casa Civil por diversas vezes, certamente em nome dessa transação. Aliás, foi o que afirmou hoje, taxativamente, o Sr. Marco Antonio Audi, que foi conduzido pelo Dr. Roberto Teixeira, em duas oportunidades, ao Presidente da República e à Ministra-Chefe da Casa Civil, para ser apresentado como empresário interessado em adquirir a Varig. É evidente que, se essa transação não estivesse sendo oficialmente conduzida a partir do Palácio do Planalto, não haveria necessidade de se fazer esse tipo de apresentação.

As denúncias, portanto, da Dr^a Denise Abreu ganham força. Os depoimentos que se sucedem vão se somando a indícios já selecionados e, é claro, a documentos que se constituem em prova material, já entregues ao Ministério Público.

Houve um contrato de gaveta, Senador Pedro Simon, celebrado entre o fundo norte-americano, o chinês Lap Chan e três empresários brasileiros. Esse contrato de gaveta proclama a existência de uma operação de ficção. Esses empresários brasileiros, na verdade, foram usados como laranjas – essa é a expressão popular – ou como testas-de-ferro. Na verdade, esse contrato possibilitava ao chinês, a esse grupo norte-americano romper o contrato assim que desejasse, ou seja, romper a sociedade assim que quisessem. E isso foi feito.

Eles foram utilizados para conferir característica legal à operação, uma vez que só é permitido 20% de capital estrangeiro em uma operação dessa natureza. Indaguei do Sr. Marco Antonio Audi de onde vieram os recursos – segundo informações da CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, US\$6 milhões cada sócio –, já que, segundo Denise Abreu, a Casa Civil impediu que a Anac exigisse comprovação da origem desses recursos. Portanto, foram recursos sem origem. O Sr. Marco Antonio Audi hoje esclareceu que esses recursos são originários de empréstimos contraídos

com bancos no exterior. Indaguei do avalista. Informou: “Não houve avalista.”

É muito fácil obter empréstimo no exterior. O sistema financeiro internacional está aberto a qualquer aventureiro do Brasil. É preciso ter muito boa fé para acreditar na malandragem explícita dessas pessoas que se enriquecem ilicitamente, utilizando-se inclusive da estrutura do Estado brasileiro.

Fica visível que esses recursos são do fundo norte-americano. É uma operação que tem como modelo aquela que investigamos aqui, na CPMI dos Correios, que abastecia o valerioduto. Uma operação de crédito junto ao Banco Rural, contábil. Apenas contábil. Isso se verificou durante as investigações da CPMI dos Correios. Parece-me tratar-se de modelo semelhante.

Tivemos, no passado, outras operações suspeitas com outras denominações – não vou voltar a elas agora. Mas essa me lembra aquela que conhecemos a menos tempo: operações do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural, para abastecer o caixa do Partido dos Trabalhadores.

Enfim, não há como ignorar a realidade dessa relação de promiscuidade do Poder Público com o setor privado. A Comissão de Infra-Estrutura quer ouvir agora, Senador Heráclito Fortes, o Dr. Roberto Teixeira, que foi acusado, mais uma vez, no dia de hoje, de ser o principal operador dessa transação nebulosa; eu diria o maior traficante de influências da atual safra de traficantes, valendo-se da condição de amigo e compadre do Presidente da República.

É evidente que são fatos que estarrecem e que justificam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos constrangidos em apresentar requerimento, propondo a instalação de CPI no Senado ou no Congresso Nacional, porque esse instituto foi desmoralizado pelo Governo. O Governo mudou a estratégia: antes, impedia a instalação de CPI e foi derrotado no Supremo Tribunal Federal, inclusive em função da iniciativa de V. Ex^a, do Senador Jefferson Péres, que buscaram jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assegurando à minoria o direito de instalar CPI no Poder Legislativo. Com essa derrota, o Governo mudou a estratégia e passou a dominar as CPIs, impondo maioria rolo compressor, escolhendo os mais fiéis, para não diminuí-los em excesso, os obedientes de sempre, para impedir que se investigue.

Por isso, estamos sem autoridade política, neste momento, para propor CPI, mas é o caso de se pensar. Temos que refletir sobre isso, se não devemos instalar agora uma CPI no segundo semestre para investigar essa negociata, porque mesmo que a CPI não consi-

ga investigar, por imposição da maioria, mesmo que ela não revele nenhum fato fantástico, relevante, ela mantém o escândalo na mídia, ou seja, ela coloca o mal à luz, para que ele possa ser investigado, denunciado, combatido e, eventualmente, condenado no Poder Judiciário.

A autoridade judiciária se sentirá permanentemente convocada à responsabilidade durante os trabalhos da CPI, porque ela confere transparência aos fatos. Por isso, não estou propondo, não quero sofrer decepções. É inevitável sofrer decepções, mas não devo buscá-las pelo menos. Elas que venham, mas não devo buscá-las. Mas estou propondo uma reflexão sobre a conveniência de instalarmos uma CPI sobre esse assunto, especialmente se não comparecer para depor o Dr. Roberto Teixeira, que, hoje, outra vez, repito, foi acusado duramente.

Senador Heráclito Fortes, concedo a V. Ex^a o aparte, que aguarda, com muita satisfação.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias, infelizmente, tive outras tarefas na Comissão de Relações Exteriores, juntamente com o Senador Pedro Simon, e não pude comparecer, como era do meu desejo, à oitiva. V. Ex^a há de convir que quem tem um amigo como o Sr. Roberto Teixeira não precisa de inimigo. O que esse cidadão tem exposto o Presidente Lula! É lamentável esse tráfico de influência permanente, constante. Estamos falando da VarigLog, mas é preciso relembrar também a influência dele na questão da Transbrasil.

A Transbrasil está aí numa situação jurídica indefinida, e os funcionários daquela empresa com as suas questões jurídicas não resolvidas, porque ele tem prestígio, usa o prestígio, e tem o escudo das ligações palacianas. Mas o pior mal que o Dr. Roberto Teixeira fez ao Presidente Lula – e, se se concretizar, V. Ex^a vai ver – é se negar a comparecer, a convite, à Comissão de Infra-estrutura. Aí, sem sombra de dúvida, merece e cabe a CPI, porque é o único instrumento para trazê-lo aqui. Afinal de contas, o Sr. Teixeira não se lembrava que tinha recebido nada do tal consórcio. Depois, chegou a US\$300 mil, cifra que advogado nenhum esquece, e, aos poucos, chegou a cinco milhões. Parece aquele episódio do dólar na cueca, dos alopados, do Waldomiro. Não tem diferença alguma, e, olhe, vamos e venhamos: é um advogado, me parece, de um escritório movimentado. Ou será que essa movimentação toda é só por conta do compadrio? Acho que esse caso Varig é um mar de lama. A cada dia, fatos novos estão aparecendo, e, enquanto isso, a empresa está afundando, Senador Simon. É um absurdo! É

um absurdo que precisa ser visto. Eu não sei até que ponto o Presidente Lula vai usar a sua blindagem e a sua popularidade para proteger uma situação dessa natureza. Se o Sr. Teixeira não tem nenhuma culpa, a melhor coisa que ele faria seria vir ao Senado e esclarecer logo. Não é essa história de mandar por escrito, não. Ele precisa ser ouvido, precisa ser contestado nas informações. O papel não permite esse tipo de coisa. Aliás, ele não tem privilégio com relação aos outros. Os outros foram, por que ele não? Só porque ele é compadre do Lula vai funcionar também? Vai-se botar um bloqueio para proteger o compadre? Eu acho essa situação muito grave e acho que o melhor que o Sr. Teixeira poderia fazer, inteligente que deve ser, esperto que é, seria vir prestar esse esclarecimento. Caso contrário, eu me comprometo com V. Ex^a a ser o segundo signatário nesse pedido de CPI, nem que ela não dure, nem que a Base do Governo boicote, como vem boicotando todas as outras. O importante é que a gente tenha cumprido o nosso papel. A Oposição tem que mostrar à Nação que está cumprindo o papel, que está fazendo o dever de casa e que o Governo, infelizmente, usa de uma Maioria, de um rolo compressor para colocar em baixo do tapete todo esse lamaçal. Paciência. Existe aí uma denúncia da venda de um terreno da Transbrasil para o escritório também da família do Sr. Teixeira. São vários fatos que precisam ser esclarecidos, daí por que me congratulo com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que deverá assumir a presidência da outra CPI, a CPI das ONGs, e terá uma grande responsabilidade pela frente.

Agora, o que se vê é um festival de mentiras. Hoje, mais algumas mentiras foram descobertas. A cada depoimento, como mentira não se sustenta ao longo do tempo, há o desmentido.

Há poucos dias, divulgou-se que a Ministra-Chefe da Casa Civil havia recebido o Sr. Roberto Teixeira em duas oportunidades: em dezembro de 2006 e em março de 2007. Hoje, o Sr. Marco Antonio Audi revela que esteve na companhia do Dr. Roberto Teixeira em junho de 2006, às portas do leilão da Varig – portanto, o tráfico de influência, do começo ao fim da operação, coordenado pelo Sr. Dr. Roberto Teixeira.

São tantas as mentiras que se transformam num verdadeiro festival, e nós só podemos lamentar. O Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Marconi Perillo, está convidando, mais uma vez, o Sr. Roberto Teixeira para que ele compareça. Se ele se recusar a comparecer, teremos de definir qual provi-

dência o Senado Federal pode adotar diante desses fatos. O que não devemos é ser coniventes, omissos, para não nos tornarmos cúmplices de operações nebulosas, que são executadas à sombra do poder durante o mandato do Presidente Lula.

Sr. Presidente, vou concluir, agradecendo a V. Ex^a o tempo conferido e dizendo que esperamos, sim, na próxima semana, quem sabe, que venha aqui o Dr. Roberto Teixeira. Ele tem essa responsabilidade, embora não tenhamos o poder de obrigá-lo a comparecer, pois não é uma comissão parlamentar de inquérito e, legalmente, não há como forçá-lo a vir; mas ele tem essa responsabilidade e deve comparecer para esclarecer fatos que não podem ficar sem esclarecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao Senador César Borges e peço ao Senador Alvaro Dias, Vice-Presidente, que venha ocupar o seu lugar.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita preocupação que acompanho o recente surto inflacionário do País.

O Brasil vivia momentos excelentes, sob o ponto de vista dos fundamentos da macroeconomia, a Bolsa de Valores batia recordes sucessivos, a inflação estava sob controle e o País, crescendo a índices que, se não eram aqueles que poderiam ser comparáveis a de países emergentes como China e Índia, estavam em um nível satisfatório, razoável, de 5,5%.

Entretanto, recentemente, a população brasileira tem visto a alta dos preços, o que tem trazido inquietação à população trabalhadora, aos consumidores brasileiros e ao próprio Governo.

Este é o assunto que me traz, hoje, a esta tribuna, Sr. Presidente, porque acho que tratar da economia brasileira significa tratar da poupança da população, da economia popular, significa tratar do dia-a-dia, do presente e do futuro do povo brasileiro.

Com muita preocupação, vi a aprovação dos brasileiros com relação ao combate da inflação cair dez pontos percentuais, conforme pesquisa CNI/Ibope divulgada nessa última segunda-feira. O fato é que o recrudescimento inflacionário já não representa mais uma ameaça, mas vai-se transformando em uma realidade que já está reduzindo o poder aquisitivo do nosso povo.

A confirmação veio na última sexta-feira, com a divulgação do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M). Foi divulgado pela Fundação Getúlio Vargas que ele

aumentou 1,98% em junho, ficando acima das expectativas de mercado e representando o maior valor do índice nos últimos cinco anos. Nos últimos 12 meses, o IGP-M registra um aumento de mais de 13%.

Esse índice é representativo do que está acontecendo com um conjunto de preços da nossa economia, já que uma média dos preços do atacado, dos preços ao consumidor e da construção civil. Isso significa que a aceleração de preços no atacado, que representa 60% do IGP-M, será repassada para o varejo nos próximos meses.

Além disso, esse índice serve de base para reajustar os aluguéis, as tarifas de energia elétrica e os contratos de prestação de serviços. Então, não é exagero afirmar que o País enfrenta atualmente o início do ciclo de uma inércia inflacionária.

A recente escalada inflacionária enfrentada pelo País, a meu ver, tem duas explicações: uma de origem externa, e a outra de caráter eminentemente doméstico. A primeira reside no aumento internacional dos preços dos alimentos e das **commodities**, especialmente o petróleo. Infelizmente, essa pressão de aumento deve persistir em razão do aumento de consumo de populações emergentes, como as de países como China, Índia, Rússia e o próprio Brasil, e também o elevado custo de insumos, adubos e fertilizantes agrícolas, que são influenciados pelo preço do petróleo, que bate também, a cada dia, novos recordes no mercado internacional, já chegou a US\$143 o barril, e parece-me que dificilmente vão baixar para níveis aceitáveis.

A segunda origem desse surto inflacionário vivido pelo País reside no descompasso entre o aumento da demanda interna e o crescimento da capacidade produtiva, ou seja, o consumo das famílias e os gastos públicos nas três esferas de Poder – Municipal, Estadual e Federal – têm crescido acima da oferta da economia, a despeito do aumento das importações e dos investimentos das empresas, que têm aumentado, mas, lamentavelmente, ainda de forma insuficiente.

O Governo tem agido corretamente, Sr. Presidente, com algumas medidas e utilizando os instrumentos disponíveis existentes no curto prazo. No âmbito da política monetária, o Banco Central elevou, por duas vezes, a taxa de juros. Na política fiscal, o Governo suspendeu, até o final do ano, a cobrança do PIS-Cofins sobre a venda de trigo, farinha de trigo e pão francês, esperando impacto de R\$500 milhões a menos. Além disso, a desoneração da gasolina também vem surtindo efeito com o preço desse combustível, pelo menos, no âmbito interno, mantido sobre controle.

No entanto, medidas de contenção de demanda, como o aumento de juros, tem baixa eficácia quando a inflação se concentra em itens de consumo essencial. É preocupante o fato de que a inflação na cesta básica, nos últimos 12 meses, nas capitais brasileiras, subiu em média 38%, com casos de aumento que chegam, em algumas capitais – poucas, felizmente – de até 52%, o que exige ações que promovam aumento da oferta de alimentos e, assim, combatam a inflação de forma complementar à política de juros. Ou seja, não é apenas a política de juros que vai combater esse lamentável surto inflacionário que vive hoje o nosso País.

Nesse sentido, vale mencionar algumas medidas recentes de incentivos à agricultura, patrocinadas pelo Governo Federal. Por exemplo, Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 432, de 2008, que propõe a renegociação de R\$75 bilhões do saldo devedor dos produtores agropecuários, que é da ordem de R\$87,5 bilhões, facilitando a liquidação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90. A proposta deve atingir a renegociação de até 2,8 milhões de contratos. Além disso, a Medida Provisória concede descontos para a liquidação antecipada e reduz os saldos devedores, com a retirada de encargos por falta de pagamento. Sem dúvida, foi uma vitória do setor agropecuário brasileiro, e representa um justo alívio para os produtores rurais, já tão penalizados com a situação que viveram recentemente.

O Presidente Lula também anunciou, ontem, a liberação de R\$78 bilhões em crédito agropecuário para a safra 2008/2009. Desse valor, R\$65 bilhões serão destinados à agricultura empresarial, enquanto os outros R\$13 bilhões vão reforçar a agricultura familiar.

Além disso, o Governo está lançando hoje, 03 de julho, o Plano Safra Mais Alimentos, que visa a fortalecer a agricultura familiar, responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Para reforçar o setor, o Governo criará linha de crédito de até R\$100 mil, com prazo de até 10 anos de pagamento, com três anos de carência e juros de 2% ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvidas são medidas positivas que vão na direção correta do combate ao atual cenário inflacionário. No entanto, defendo ainda que o Governo adote uma política mais ousada na concessão do crédito rural, de forma a tentar promover, nos próximos anos, um choque na oferta dos alimentos. Especialistas sugerem, inclusive, que o crédito oferecido frente ao tamanho da safra brasileira é muito pequeno, embora existam alguns

avanços na redução das taxas de juros e no alongamento dos prazos.

Se, por um lado, os preços mais elevados dos alimentos representam um estímulo à produção, por outro, é muito caro plantar no Brasil em razão da dependência das importações de adubos. Os gastos com adubos representam quase 40% do custo da produção agrícola. Assim, outros instrumentos devem ser utilizados, como o aumento do seguro agrícola e a adoção de um preço de garantia. São por meio desses estímulos à produção que é possível garantir maior oferta de alimentos nos próximos anos e, assim, evitar maiores pressões inflacionárias, que certamente atingirão mais fortemente a população mais pobre, que gasta grande parte do seu orçamento com alimentação.

Do ponto de vista macroeconômico, para que se evite o chamado “vão de galinha”, ou seja, a interrupção da trajetória de crescimento econômico sustentado, em recente audiência pública, inquiri o presidente do Banco Central dizendo-lhe que uma forma de evitar um excessivo e duradouro aumento da taxa de juros seria necessário um maior grau de harmonização entre a política monetária e a política fiscal, de forma a contribuir para a política antiinflacionária.

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acedeu, achou que era uma observação correta, entretanto se colocou apenas como responsável pela política monetária, sendo a política fiscal uma responsabilidade do Governo e do Ministério da Fazenda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, na verdade, o tempo de tolerância é de dois minutos, mas eu tenho a certeza de que V. Ex^a vai me conceder, para eu concluir meu discurso rapidamente.

Existem restrições na atuação isolada da política monetária: o aumento da taxa de juros para controlar a inflação e a condição alcançada pelo País de *investment grade* promoverão a entrada de recursos externos, que tenderão a manter o Real em alta e aumentar o déficit das transações externas. Além disso, a falta de ação dos bancos centrais de outros países, a exemplo dos Estados Unidos, do FED, no combate à inflação obriga o Brasil a aumentar os juros de forma mais drástica do que seria necessário se houvesse – e seria ideal que houvesse – uma articulação internacional para conter as elevações dos preços.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental atuar na política fiscal com um aumento expressivo do superávit fiscal. Não se deve descartar a idéia de se perseguir, inclusive, numa situação como essa que vivemos, for-

çados aí a enfrentar uma nova crise inflacionária, que a meta do déficit nominal pudesse ter a tendência de zero, preferencialmente reduzindo preferencialmente reduzindo as despesas públicas que apresentam baixo impacto produtivo, aquelas chamadas de gastos de custeio. São os gastos de atividade-meio, sem diminuir os investimentos em infra-estrutura, tão necessários ao País e, caso não sejam feitos, terão também impacto inflacionário. Um choque nos dispêndios com custeio deve fazer parte da agenda da política econômica para os três níveis de poder: União, Estados e Municípios.

Quando fui Governador, Sr. Presidente, consegui reduzir com relativa rapidez esse tipo de gasto, que deteriorava as contas públicas. É preciso esforço, determinação, vontade. Mas reduzir despesas de custeio é importante para os Estados, para o ente federativo ter mais capacidade de investimento e colaborar também com a redução do déficit. Esse aumento da poupança pública gera expectativas positivas junto ao mercado, na direção do controle inflacionário e permitiria ao Banco Central um alívio no aumento da taxa de juros. E receio que o aumento continuado da taxa de juros faça com que cheguemos ao momento de sustar o recente crescimento econômico, que é muito recente, coisa de dois anos para cá.

Portanto, Sr. Presidente, para finalizar, a minha preocupação que me trouxe hoje a esta tribuna é que haja continuidade do ciclo de crescimento econômico que deve ser conjugado com a estabilidade de preços. Ninguém deseja a volta da inflação, que corrói, acima de tudo, o poder aquisitivo da população de baixa renda, do trabalhador brasileiro.

Confio na competência e quero confiar na equipe econômica do Presidente Lula, e espero que as sugestões aqui apresentadas e essa discussão possam ser objeto de reflexão no seio do próprio Governo.

Sei da preocupação do Presidente Lula e do seu Governo. E não há por que não se preocupar. Essa é uma questão grave e temos que nos dedicar a ela.

Desta tribuna, Sr. Presidente, cumpro o meu papel, que é de observar esses problemas econômicos que afligem o País e que atingem a todos os brasileiros, incluindo aí o meu querido Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso que eu queria dizer.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, e José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Muito obrigado, Senador César Borges, pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, do PT do Acre, para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador José Nery, Srs. Senadores, trago uma homenagem ao Ministério da Saúde pelo programa intitulado Brasil Sorridente, uma das mais belas experiências da história da saúde pública brasileira, considerando que até o ano de 2003 tínhamos 28 milhões de indivíduos que nunca tinham ido ao dentista neste País. Tínhamos 40 milhões de desdentados, segundo estudos da Unicamp. Então, tivemos uma evolução excepcional, havendo ainda uma escala de crescimento necessária de atendimento, de cobertura da saúde odontológica, para que possamos assegurar um indicador de dignidade, que é exatamente a dentição, bem como assegurar o direito à funcionalidade da primeira porção do aparelho digestivo, que está estreitamente vinculado à saúde humana.

Trago aqui dados do Ministério da Saúde, que julgo muito relevantes.

Lançado em 2004, o programa Brasil Sorridente, do Ministério da Saúde, teve um crescimento ímpar nos últimos anos. Desde 2002 até maio de 2008 foram implantadas 12.495 novas equipes de saúde bucal na estratégia de saúde da família, o que corresponde a um aumento de 284% nos últimos cinco anos. As equipes já atuam em 4.488 municípios brasileiros.

“É a primeira vez que o Brasil tem uma política estruturada de assistência e prevenção. Até então, a saúde bucal era uma questão de luxo, apenas quem podia pagar tinha acesso. Ter dentes é uma questão de cidadania”, afirma o coordenador do programa, Dr. Gilberto Pucca.

Para apoiar as atividades desenvolvidas pelo Programa de Saúde Bucal, o Ministério da Saúde forneceu 1.159 consultórios odontológicos completos. Com todas essas medidas, a cobertura passou de 58 milhões de indivíduos em 2002, para 79 milhões de indivíduos em 2008, o que corresponde à ampliação de 36% nesse índice. “Se pensarmos que até 2003, 28 milhões de indivíduos nunca tinham ido ao dentista, é um crescimento considerável”, reforça Pucca.

Também foram implantados, até o mês de maio deste ano, 661 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) no País. Em dezembro de 2004, havia apenas cem dessas unidades, ou seja, tivemos um

aumento de 660%. Essas unidades oferecem tratamento endodôntico, atendimento a pacientes com necessidades especiais, cirurgia oral, periodontia e diagnóstico bucal em caso de câncer. Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, foram realizados mais de 12 milhões de procedimentos odontológicos nesses centros. Outros 226 CEO já foram credenciados para receber o recurso antecipadamente.

Preocupado com os pacientes que não tinham dentes, o programa passou a oferecer também próteses aos cidadãos. Esses serviços não existiam em 2003, quando foi criado o programa. Desde então foram construídos 295 Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias, sendo que essas unidades recebem até R\$16,94 mil por mês para a produção próteses totais ou parciais removíveis.

“Realizamos um levantamento no país todo que mostrou que a população que chega até os 60 anos sem nenhum dente na boca, chega a 75% e desses 36% não têm próteses; por isso resolvemos investir nessa área”, afirma o Dr. Gilberto Pucca, Coordenador do Programa Nacional do Ministério da Saúde.

Outra frente de atuação do Brasil Sorridente é na prevenção. Para isso, o programa incentiva a adição de flúor nas águas. Entre 2005 e março de 2008, foram implantados, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e com as Secretarias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação em 434 Municípios.

Os investimentos aumentaram para mais de R\$1,2 bilhão. No ano passado foram investidos mais de R\$600 milhões, valor dez vezes superior ao de 2002. A idéia é ampliar cada vez mais o acesso à saúde bucal.

Eu entendo que os números dão, por si só, uma referência muito elogiosa ao Ministério da Saúde, ao Ministro José Gomes Temporão, à sua equipe, a uma área que foi esquecida ao longo da história do sanitarismo brasileiro. É como se a saúde oral não tivesse valor na qualidade de vida das pessoas, no funcionamento do aparelho digestivo, no aproveitamento dos alimentos, das vitaminas, dos produtos da digestão.

Então, eu trago aqui um elogio consistente, sincero ao Ministro José Gomes Temporão e à equipe de saúde bucal.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, um breve aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tião Viana, também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e ser companheiro nesse elogio ao Ministro Temporão e ao Presidente Lula também. Lá em Roraima, sempre houve procedimentos de restaurações mais

simples nos consultórios odontológicos, mas o tratamento de canal começou a ser feito pelo SUS, agora, por causa dessa ação dos CEOs, essa nova forma de convênio do programa Saúde da Família. Então, em Roraima, embora não tenhamos tratamento de canal, assim, à vontade, já se pode tratar canal de dente de pobre. Esse que é o grande diferencial. Antigamente, o pobre ia ao dentista para extrair o dente; hoje, quando ele vai extrair dente, o dentista propõe um tratamento de canal e a restauração. Então gostaria de dizer a V. Ex^a que também acho que esse é o caminho certo: dar chance às pessoas que não têm recursos de manter e resguardar a sua saúde bucal.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e ao Sr. Presidente, lembrando, Senador Augusto, mais uma vez, este índice: 28 milhões de brasileiros, até 2003, nunca tinham ido a um dentista. Imagine o drama que isso representa! Eram 40 milhões de desdentados; e hoje temos 72 milhões de brasileiros com cobertura plena. Dos casos de câncer, 75% só recebiam diagnóstico na fase final da doença dos pacientes. Então, é um ato de elogio e de consideração à política de saúde pública do nosso País, ao Ministério da Saúde e ao Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do DEM do Piauí, por 10 minutos, como orador inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o mundo amanheceu aliviado e mais leve com a notícia esperada há tanto tempo: a libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt. Tivemos imagens emocionantes da franco-colombiana sendo resgatada pelo Exército colombiano, como também, hoje, da chegada de seus filhos a Bogotá.

Meu caro Senador João Pedro, o Governo brasileiro, infelizmente, podia ter sido mais firme nessa questão. Senador José Agripino, a demora entre uma manifestação de solidariedade e uma posição sobre o episódio envolvendo a libertação da Senadora Ingrid Betancourt demorou mais de quatro horas, e, mesmo assim, não foi nada firme como o caso merecia.

Temos que ter uma posição bem mais clara e mais definida com relação ao terrorismo, à violência, a esse expediente que felizmente o Brasil dele está livre, pelo menos por ora. Com a soltura de quinze prisioneiros, estamos dando início, quem sabe, a uma possibilidade

concreta de se pôr fim às ações praticadas pelas Farc no campo do terror na Colômbia.

Senador José Nery, penso até que as Farc podem continuar existindo, mas fazendo do seu campo de luta o debate, a defesa de suas convicções. Em um regime democrático, tudo bem, não é possível a manutenção da guerrilha como instrumento.

O que vimos ontem, principalmente por parte dos franceses e colombianos, foi um gesto de alívio, de “até que enfim” e, acima de tudo, de recomeço.

Meu caro Presidente Garibaldi, o impressionante em tudo isso foi a fortaleza que a Sr^a Ingrid demonstrou.

Eu, sinceramente, esperava ver uma mulher cambaleante, com dificuldade de locomoção e totalmente estraçalhada pelos momentos que passou ao longo desses seis anos. Mas vi, muito pelo contrário, uma mulher forte. E a impressão que me deixou, e que a manteve durante todo aquele tempo, foi que se sustentou na fé.

Chamou-me muito a atenção o fato de que, em todas as afirmações que fazia, ela sempre invocava o nome de Deus e, acima de tudo, sua fé. Parece-me que, nas horas de solidão, que devem ser terríveis, aquela solidão que você não sabe quanto tempo dura, se ela não tivesse um equilíbrio psicológico muito forte e não tivesse ao seu lado um sentimento de fé, talvez não estivesse ali ontem para contar agora ao mundo o que viveu nesses anos todos.

Eu me congratulo com o Governo da Colômbia, principalmente com o Exército Nacional da Colômbia, pela maneira da operação. É evidente que ainda precisamos saber detalhes, porque foi uma operação espetacular, sem vítimas, em que, milagrosamente, todos saíram sem ferimentos, todos saíram ilesos.

Espero que, agora, a ex-Senadora Ingrid, depois de um bom descanso, de uma avaliação médica e, acima de tudo, da convivência de alguns dias com a família, volte à Colômbia com a mesma coragem de sempre para cumprir seu papel, se assim o desejar, muito embora reconheça que ela tem o direito, se quiser, de se recolher e, já que tem dupla nacionalidade, de optar até por residir na França. Depois do que passou, ela está completamente livre para decidir seu destino, embora torça, embora espere que, com a experiência adquirida ao longo desse tempo, ela não só mostre à Colômbia e ao mundo o que passou, as lições que aprendeu, mas, acima de tudo, que violência gera violência, e que não é, de maneira nenhuma, com práticas como essa que iremos construir a paz mundial, tão desejada por todos.

Senador João Pedro, com o maior prazer escuto V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, meu caro amigo, ainda ontem, V. Ex^a, salvo engano, foi o primeiro a registrar aqui no Senado a libertação da Senadora Ingrid. Em seguida, parece que o Senador Arthur Virgílio. E eu participei das manifestações, até porque já havia assinado pelo menos uns três requerimentos no Senado no sentido da busca da paz na Colômbia.

Precisamos fazer todo um movimento para construir esse ambiente na Colômbia. Mas gostaria de fazer uma reflexão sobre alguns elementos que V. Ex^a aborda. Em primeiro lugar, contraditar V. Ex^a acerca da postura do Governo brasileiro, que penso que foi firme, emitiu uma nota, manifestou-se na hora. O Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, imediatamente concedeu entrevista coletiva reafirmando, primeiro, a respeito do processo interno da Colômbia, mas levantando a importância da busca pela paz naquele país, que tem reflexo em toda América Latina. A Colômbia é um país especial para nós, porque faz fronteira com o Brasil. Por sinal, faz fronteira com o meu Estado, o Amazonas. Portanto, gostaria de contraditar V. Ex^a, com muita tranquilidade, em relação à firmeza do Governo nesse processo, na tarde de ontem. E destaco a entrevista coletiva do Ministro Celso Amorim. Em segundo lugar – chegamos a discutir aqui –, a mídia internacional dizia que a Senadora tinha poucos dias de vida. Chegou a ser colocado dessa forma. Houve muitos movimentos, muitos apelos por sua libertação em razão de sua saúde. E, ontem, ela mostrou uma postura física muito boa. Ainda bem que ela...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, serei rápido. Pelo menos fisicamente – evidentemente, ninguém está bem, psicologicamente, depois de seis anos de prisão, nas condições em que a Senadora ficou, no meio da selva. Agora, não posso deixar de criticar o exagero e o despropósito da operação, pois os membros estavam vestidos com a camisa de Che Guevara. Não sei V. Ex^a, mas tenho uma grande admiração por Che Guevara, e os membros do Exército que estavam na operação vestiam a camisa de um símbolo que lutou pela libertação e que fez guerrilha – não podemos esconder isso. Lá estavam eles com a foto de Ernesto Che Guevara. Ernesto Che Guevara, com certeza, não merece essa deferência, principalmente numa operação conflituosa. Quero registrar isso por conta da história de Ernesto Che Guevara, esse argentino-cubano, esse homem do mundo que lutou

por liberdades. Tinha um método, mas lutou por liberdades. E quero, mais uma vez, neste aparte, dizer que a Colômbia precisa dar passos importantes. As Farc precisam libertar, sim, todos os presos, mas o governo colombiano precisa também libertar todos os presos desse processo de 40 anos, que começou, inclusive, com o Partido Liberal, em 1964. As Farc começaram... É interessante esse processo lá, porque a guerrilha, na América Latina, começou com dissidências de partidos comunistas, com partidos comunistas, mas as Farc, em 1964, depois de uma eleição, começou com o Partido Liberal colombiano. É impressionante isso. Bem, ela tem toda uma história, e espero que a libertação da Senadora seja um processo que culmine, verdadeiramente, com a paz entre as correntes políticas; a paz, que, há muito, está ameaçada na Colômbia. Eu penso que, na sociedade brasileira, neste Parlamento e no mundo...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador João Pedro, para concluir...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ... a expectativa é neste sentido: de a Colômbia encontrar caminhos sólidos de uma convivência pacífica entre o seu povo. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador João Pedro, admiro muito a inteligência de V. Ex^a e, principalmente, a garra com que defende as suas convicções. Quero dizer a V. Ex^a que o fato de os libertadores de Ingrid estarem usando a camisa do Che Guevara não desmerece, de maneira nenhuma, a imagem do Sr. Che Guevara. Muito pelo contrário, eles estavam numa ação de selva, fazendo um resgate, salvando uma vida – quinze vidas, aliás. A não ser que seja preconceituosa pelo fato, Senador, de serem militares, fora isso, não vejo nenhum sentido negativo para a imagem de Che Guevara.

V. Ex^a há de convir que eles não podiam ir com camisa do exército colombiano, tampouco do Sr. Uribe. Vai ver que os militares que participaram daquela operação são fãs do Sr. Ernesto Che Guevara, um detalhe que não desmerece, de maneira nenhuma, o perfil, a biografia do guerrilheiro argentino-cubano. Mas, quando falo do Governo, refiro-me exatamente ao Presidente Lula, que imediatamente tinha de ter se manifestado. A manifestação do Presidente Lula ocorreu quatro horas depois. Aliás, o Senador Suplicy justificou hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que foi porque ele estava recebendo uma comitiva da China. Mas não durante tanto tempo... Aliás, poderia ter interrompido a audiência com os chineses, que o

compreenderiam diante desse fato. Na outra tentativa, aquela de libertação...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, peço a V. Ex^a que conclua em um minuto, para que possamos conceder a palavra a outro orador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Confinio na generosidade amazônica de V. Ex^a, até porque estamos com pouco fluxo de oradores na Casa.

Se V. Ex^a for generoso, gostaria de concluir. Até na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, acho importante que essa reflexão seja feita.

Mas, Senador, na outra operação, mandou-se o Sr. Marco Aurélio Garcia num jato da Presidência da República lá para a selva, para aguardar o Sr. Chávez, e o resgate não aconteceu.

Digo isso, porque fiquei muito enciumado e entristecido, quando vi o Presidente da República francesa agradecer aos países que ajudaram no processo de libertação e esquecer o Brasil; a Sr^a Ingrid agradeceu e esqueceu o Brasil.

Não tivemos, nesse episódio, a importância e o papel que o Brasil deveria ter tido. Eu me refiro a esse fato – aliás, houve posições dúbias, uns dizendo uma coisa, outros dizendo outra coisa; houve, inclusive, aqui defesa do modelo de atuação das Farc. V. Ex^a, por sinal, mostrou-se um conhecedor da história das Farc. Cumprimento V. Ex^a. V. Ex^a é do Estado vizinho, tem obrigação, até por questão de defesa, de conhecer, mas o que conhecemos é exatamente o que está aí: o envolvimento de membros das Farc com o narcotráfico e por aí afora.

De forma que este momento é de paz, não é de conflito, e o objetivo do meu pronunciamento é enaltecer. Faço o registro porque a história tem de marcar determinadas posições, e espero, sinceramente, que se consiga banir essa prática do continente sul-americano.

Será de fundamental importância...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concluindo...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que se acabe, de uma vez por todas, com essa prática, e que passemos a ter lutas no campo das idéias, do debate, usando o instrumento que temos, que é o diálogo e a palavra.

Portanto, Sr. Presidente, peço que as congratulações que aqui proponho sejam encaminhadas às autoridades da Colômbia por meio da Embaixada da Colômbia no Brasil, na certeza de que a América do Sul vive hoje aliviada, como o mundo todo, que comemora a liberdade de uma senhora que não tinha, por hipótese nenhuma, de passar os momentos que passou por conta da incompreensão e da violência de grupos que atuam de maneira ilegal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes. A solicitação de V. Ex^a será encaminhada na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, anteriormente foi lido o **Requerimento nº 876, de 2008**, do Senador José Maranhão e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 447, de 2008**, que a sessão especial destinada a homenagear o ex-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, seja realizada em data a ser oportunamente marcada.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e o Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Para falar como Líder, concedo a palavra ao Senador José Agripino, do DEM do Rio Grande do Norte.

Em seguida, conforme a ordem de inscrição e obedecendo rigorosamente o critério de alternância entre os oradores inscritos e os Líderes, falará o Senador João Pedro.

Senador José Agripino, com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou procurar ser bastante rápido. O que me traz à tribuna hoje é uma questão estadual com conotação nacional.

Quero voltar ao assunto das enchentes que vitimaram os Estados do Nordeste: Piauí, Ceará, com certeza, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e o meu Rio Grande do Norte. Eu sei o que é enchente. A seca avisa, e os governantes tomam providências, se preparem para acolher a precisão dos mais pobres. A cheia vem de repente e destrói tudo. Eu já fui vítima disso como governador e sei os momentos de angústia que vivi em Mossoró, no Vale do Apodi. E são sempre os mais pobres os mais atingidos, são os que moram nas áreas mais desprotegidas os primeiros a serem enxotados de

suas casas, na beira dos rios; ficam entregues à própria sorte, perdem tudo o que tinham, e tinham pouco, tinham muito pouco: uma casinha de taipa, tamborete, que geladeira nada, que fogão nada. E daí a angústia do governante, como eu vivi angústias, em recuperar os prejuízos decorrentes das enchentes.

Em 85, era governador e, em Mossoró, vivi um drama: tive que construir, com recursos próprios, depois reembolsados pela União, 900 casas em três meses. Naquela época, em 82, isso era tarefa hercúlea. Não esperei que ninguém – ninguém – chegasse com adjuvório financeiro para que eu pudesse acudir a necessidade dos que estavam precisando do Governador.

Muito bem! Aconteceu, este ano – decorridos vinte e poucos anos de 1985 para cá –, uma nova enchente, menor do que a de 1985, mas de grandes proporções, que, além de vitimar pequenos agricultores e a atividade produtiva – a fruticultura, indústria salineira, a carcinicultura, que é o cultivo de camarão, que emprega milhares de pessoas –, muitas estradas foram danificadas.

O meu Estado fez um relatório e solicitou R\$95 milhões de apoio financeiro para a recuperação dos prejuízos. Nós já votamos uma medida provisória. Com o meu voto, essa matéria foi aprovada, abrindo um crédito extraordinário, neste caso procedente, porque se trata de atender uma urgência, uma calamidade, uma coisa não prevista. Já foi aprovada a medida provisória. E, em vez dos R\$95 milhões pleiteados pelo meu Estado, foram anunciados R\$15 milhões, que reputo um óbolo. Um óbolo!

Mas pior do que o óbolo é o que está acontecendo no meu Estado. Romperam algumas estradas, mas romperam... E eu falei, ainda ontem, com o Deputado da minha região, região do Alto Oeste, Deputado Getúlio Rêgo, sobre a interrupção das rodovias que ligam Apodi a Caraúbas e que ligam Riacho da Cruz a Itaú. São rodovias estaduais que ligam o Vale do Açu ao Vale do Apodi, no caso de Caraúbas-Apodí, trecho feito quando fui Governador e que se conecta a outro trecho, feito quando fui Governador em outro mandato, de Caraúbas a Açu, ligando o Vale ao Açu ao Vale do Apodi. De Caraúbas a Apodi, a estrada foi seccionada e o trânsito está sendo feito precariamente, por uma iniciativa da prefeitura local, por meio de um desvio.

O trânsito na estrada que liga Riacho da Cruz a Itaú está precário porque ocorreram três interrupções em três pontos diferentes por lavagem da estrada ou por destruição de encostos de pontes ou de grandes bueiros. O que está ocorrendo? Além do trânsito precário, está ocorrendo um problema ligado à insegu-

rança. Os caminhões carregados descem a estrada para seguir o caminho do desvio em baixa velocidade e estão sendo vítimas do banditismo. Além da queda, o coice! Carga roubada, trânsito prejudicado e vidas ameaçadas.

Gostaria de solicitar ao Governo Federal urgência na liberação desses malfadados R\$15 milhões. É pouco, mas é ao menos a remessa de um dinheiro que não dará ao Governo do Estado desculpa nenhuma para que deixe de fazer a sua parte: a recuperação urgente...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador José Agripino, concedo mais um minuto para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Concluo em um minuto.

Urgência para que esses recursos cheguem e o Governo do Estado faça sua parte, que é a sua obrigação.

Ainda mais, que o Estado do Rio Grande do Norte faça como fiz no passado e não fique esperando nem 1 milhão, nem 2 milhões, nem 15 milhões. O Estado dispõe de recursos para fazer a recuperação da interrupção das estradas. Isso não custa o dinheiro do mundo todo. Esse problema está levando vidas à perspectiva da insegurança, cargas à perspectiva do roubo e prejuízo ao trânsito de quem vai e quem vem dentro do nosso Estado.

Eu quero, portanto, manifestar a minha preocupação e o meu protesto pela demora na liberação dos recursos para a emergência das enchentes e pela inação do Governo do Estado, que assiste passivamente às estradas interrompidas sem uma providência efetiva em favor do povo potiguar.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador José Agripino, Líder do DEM, que acaba de se pronunciar a respeito das consequências da seca e da situação de insegurança nas estradas do Estado do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, que representa tão bem o Estado do Amazonas, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar que, nesta manhã, foi lançado o Plano Safra 2008/2009. Merece destaque no Plano Safra deste ano – estou falando aqui da agricultura familiar, dos trabalhadores, das trabalhadoras rurais deste País – o Programa Mais Alimentos.

A agricultura familiar no Brasil, no nosso Governo, no Governo do Presidente Lula, vem merecendo uma atenção especial – os movimentos sociais ligados ao campo, ligados aos trabalhadores, às trabalhadoras rurais. E eu comecei o dia hoje por um café a convite da Contag, da diretoria da Contag, e vários Deputados Federais e Senadores estavam na Câmara, hoje pela manhã; depois, fomos para o lançamento, e a discussão não foi diferente senão a importância da reforma agrária no Brasil, a importância da construção de políticas públicas para o campo, a importância de nós continuarmos mobilizados. Eu falo do movimento social, eu estou falando da Contag, do MST, da Via Campesina, da Fetraf, dos movimentos que representam esses brasileiros que lutam por justiça social, que lutam por créditos, pela assistência técnica, e do Plano Safra 2008/2009, que é um plano coordenado, dirigido, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como Ministro o Dr. Guilherme Cassel.

É importante destacar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a agricultura familiar no Brasil é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro. Vejam V. Ex^{as}: 70% dos alimentos vêm da agricultura familiar!

A agricultura familiar tem a mão-de-obra do marido, da esposa, dos filhos. A agricultura familiar é praticada sem que haja nenhum assalariado na família. Como ela é importante para a economia brasileira: além de gerar renda, a agricultura familiar gera empregos e gera os produtos que nós conhecemos, que vemos nas feiras, que chegam às residências do povo brasileiro, da sociedade brasileira diariamente.

Quero destacar que 44% da batata consumida vêm da economia familiar; 49% do milho vêm da agricultura familiar; 49% do tomate vêm da agricultura familiar; 52% do abacaxi são oriundos também dessa economia; 55% da melancia. Chama a atenção também o fato de 56% da produção do leite no Brasil ter origem em empresas familiares; 60% da carne suína vêm da agricultura familiar; 61% do caju; 62% da uva; 67% do feijão; 69% da alface; 70% dos frangos; 75% da cebola; 89% da mandioca, alimento da unidade nacional, vêm da agricultura familiar.

Esses números mostram como a produção familiar de alimentos é importante para a sociedade brasileira, principalmente no atual contexto internacional de crise alimentar. Vivemos na economia interna um bom momento, Sr. Presidente, e a produção oriunda da economia familiar tem papel importante nesse cenário.

Quero, a propósito, destacar que o Presidente Lula esteve num evento, ao lado de lideranças do mo-

vimento rural brasileiro, e anunciou crédito de R\$13 bilhões para a agricultura. Repito, Sr. Presidente: R\$13 bilhões para a safra 2008/2009.

Quero, portanto, dizer da minha alegria pelo fato de o Governo brasileiro disponibilizar esses recursos. Espero que as casas bancárias, as instituições bancárias, como o Banco do Brasil, como o Banco do Nordeste, como o Banco da Amazônia, possam viabilizar os projetos para garantir que se perpetue este importante momento da agricultura familiar. Que essas instituições façam com que esse crédito saia dentro dos prazos preestabelecidos pelo campo para que possa servir para alavancar ainda mais a produção dos alimentos, a produção de produtos tão importantes para a alimentação do povo brasileiro e, evidentemente, para a exportação.

O mundo está vivendo essa angústia da crise alimentar, e o Brasil, com suas terras, com regiões estratégicas, importantes, pode, e deve, não só atender o mercado interno, não só alimentar os trabalhadores, as crianças, a juventude do Brasil, mas também exportar para os países vizinhos, talvez até exportar para a África, para países que precisam de uma boa alimentação urgentemente.

Há poucos dias, junto com um grupo de Senadores, visitamos vários países da África.

Lideranças de países como Guiné Bissau, Nigéria e Senegal salientaram a importância de o Brasil exportar arroz para os países africanos. Angola também levantou a necessidade da importação de arroz por parte de países africanos.

É evidente que, neste contexto, eu não posso deixar de fazer uma crítica aos países europeus que subsidiam a sua agricultura e, com isso, impedem que países importantes possam melhorar sua economia interna por meio da produção de alimentos, de grãos, para atender seu mercado interno e para exportar para a Europa, um mercado importante. No entanto, há uma barreira no sentido de estrangular, de impedir que haja essa comercialização, e isso ocorre neste momento tão dramático por que passa o mundo por conta da crise alimentar.

Então, Sr. Presidente, hoje é um dia de festa para o campo brasileiro, pelo crédito. Estive nesse lançamento do Plano Safra e pude registrar, com muita satisfação, pude vivenciar, naquele momento do lançamento do Plano Safra, a confiança das lideranças dos vários movimentos sociais. Mostraram que acreditam no crédito, que acreditam em suas organizações, nos avanços que podem acontecer no Brasil no sentido

de ampliarmos a produção de alimentos, a produção de grãos no Brasil.

Quero dizer da minha confiança no Incra, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e nos vários organismos estaduais responsáveis pelo oferecimento de assistência técnica. Aliás, é importante frisar que a assistência técnica, neste exato momento, se faz necessária, se faz urgente para que possamos dar ainda mais força a esse segmento da economia nacional, a esse segmento da produção nacional, a esse segmento que, evidentemente, necessita de justiça social.

Portanto, Sr. Presidente, foi um dia importante para o campo, para os trabalhadores e para as trabalhadoras do Brasil: fez-se o lançamento do Plano Safra com o anúncio de um crédito histórico de R\$13 bilhões para o financiamento da agricultura familiar no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. José Nery, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. A seguir, fará o uso da palavra o Senador Zambiasi, que falará pela Liderança do PTB. (Pausa.)

Por inversão com o Senador Cristovam Buarque, concedo a palavra ao Senador Zambiasi para falar pela Liderança do PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Augusto Botelho. Obrigado pela gentileza, Senador Cristovam Buarque.

Estivemos, agora há pouco, no Palácio do Planalto, juntamente com o Presidente Lula, que sancionou a lei que nasce sob a inspiração do maior ícone da educação nesta Casa, que é nosso Senador Cristovam Buarque. A lei estabelece piso salarial para os professores, fato que me impressionou muito, quando ouvi o Presidente Arlindo Chinaglia comentar que, desde 1827, não havia regulamentação do salário dos professores no Brasil.

Mais um ato que fica para o sempre, para o todo. Uma página histórica da qual tivemos a oportunidade privilegiada de participar durante toda a discussão, todo o processo da discussão até hoje, com a sanção presidencial desse projeto.

Na realidade, Presidente Botelho, aproveito este momento para fazer alguns comentários sobre um tema de altíssima relevância para o Rio Grande do Sul, que

foi, finalmente, a autorização, pelo Senado, do empréstimo no valor de US\$1,1 bilhão junto ao Banco Mundial, para o serviço da dívida do Rio Grande do Sul, para os juros que estavam entre 12% e 18%.

Esse dinheiro não vai para os cofres do Estado do Rio Grande do Sul; vai amortizar os juros, que, agora, reduzem-se para 3%. Esta sobra, sim, é que será investida na educação, na segurança, em obras; enfim, em ações para o Estado que são extremamente importantes. O Estado vive um momento econômico difícil, mas, com essa iniciativa, com esse gesto, que é fruto de uma grande articulação, serão possíveis algumas ações.

O Governo do Estado, com sua equipe econômica, equipe que a Governadora Yeda Crusius convocou com tanta sensibilidade, o Secretário Aod Cunha, da Secretaria da Fazenda, com sua equipe técnica, construiu uma proposta que pôde ser apresentada ao Governo Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional, onde está um gaúcho, o Secretário Arno Augustin, que conduziu, com todo o cuidado necessário, esse processo, para que pudéssemos chegar até aqui.

Acompanhamos toda essa caminhada, dessa tribuna, com o Senador Simon, com o Senador Heráclito, com o Senador Gim Argelo, naquela grande sexta-feira. Logo em seguida, na segunda, o Senador Paim, também desta tribuna, evitou, com sua lucidez, que fosse lida medida provisória, o que trancaria a pauta e dificultaria a aprovação do projeto. Em seguida, todas as articulações que trouxeram ao plenário levaram a Comissão de Economia à aprovação dos projetos. E não foi só o projeto do Rio Grande do Sul. Foi projeto de Teresina, no Piauí; projeto da Prefeitura de Ipatinga, em Minas Gerais, do Governo de Minas Gerais e projeto do Estado do Amazonas, Senador Augusto Botelho. Então, coincidentemente, à exceção do Centro-Oeste, todas as demais Regiões do Brasil estavam representadas: o Sul, o Sudeste, o Nordeste e o Norte. Essa unidade nacional permeou as representações dos Estados aqui, no Senado, e teve mobilização solidária de praticamente todos os gabinetes.

Semana passada, em princípio, não se previam grandes eventos nesta Casa, e houve dois eventos absolutamente marcantes: a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com convocação espontânea, uma autoconvocação dos seus membros, e a aprovação de todos os projetos e também aquela belíssima homenagem feita aos campeões da Copa de 1958, cuja participação do Senado foi muito importante e teve altíssima repercussão, exatamente a homenagem que a Comissão de Educação do nosso Senador Cristovam

Buarque, da qual sou privilegiadamente um membro, pôde organizar.

Aliás, apenas para fazer um pequeno adendo em relação à homenagem aos campeões, essa homenagem, Senador Augusto Botelho, não se encerrou com os eventos, não se encerrou com as solenidades e com as cerimônias na Comissão de Educação; no Ministério das Relações Exteriores, na nossa Chancelaria; no gabinete do Presidente Lula; na Embaixada da Suécia. Não ficou apenas ali. Nós, o Senado, ao fazermos aquele ato público, transmitido para todo o Brasil, oferecemos a possibilidade de um reencontro também. E tive o privilégio de, tangencialmente, participar desse reencontro.

Na sexta-feira, à tardinha, Senador Suplicy, recebo um *e-mail* em que me consultavam sobre o hotel onde os homenageados estavam hospedados. O *e-mail* era da família do jogador Moacir, que não vive no Brasil; vive no Equador. Ali, relatavam que se tratava de um familiar, que fazia algum tempo que não se viam e que gostaria de estabelecer contato com ele. Imediatamente, respondemos. Enviamos o nome do hotel em que estavam hospedados e o telefone. E, para nossa grande emoção, eis que, nesta semana, na segunda-feira, soubemos que Moacir estava afastado de alguns filhos há 40 anos. Foi uma emoção que, seguramente, comoveu todos aqueles que assistiam, em cadeia nacional, ao reencontro dessa família. Ele explicou que temia o reencontro pela reação que o filho mais velho, especialmente, por ter 50 anos, poderia ter – ele tinha 10, quando houve a separação.

Então, foi mais um momento muito bonito da homenagem aos campeões da Copa de 58, quando, pela publicidade que o evento ganhou, houve possibilidade de uma família se reencontrar 40 anos depois. São esses os momentos muito ricos que a vida nos oferece.

Eu estava falando desse evento extremamente importante que o Senado promoveu, autorizando empréstimos junto ao Banco Mundial para diversos Estados e diversos entes da Federação, capitais de Estado, Municípios, Estados, como é o caso do Rio Grande do Sul. Havia uma expectativa, Senador, nesse ato. Não há gaúcho ou gaúcha que, nas últimas semanas, não cobrava de nós três, Senadores – do Paim, do Simon e de mim –, se, finalmente, autorizaríamos esse financiamento.

Todas essas ações estavam sendo acompanhadas como um desafio de vida ou morte econômica para o Estado do Rio Grande do Sul. Paralelamente a isso, estivemos acompanhando também todas as lutas dos demais Estados: Minas Gerais, o Estado do Amazonas,

a preocupação do Senador Arthur Virgílio, para que tudo ocorresse de forma legal, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma preocupação.

E registro aqui, pela parte do Rio Grande do Sul – e citei isto aqui –, que, no dia da votação e durante o acompanhamento, o Rio Grande do Sul não tinha apenas três Senadores. O Rio Grande do Sul estava com seis Senadores: três nativos e eleitos pelo Estado; e os outros três, nativos do Rio Grande do Sul, porém eleitos pelos Estados nos quais escolheram viver e trabalhar. O Senador Casildo Maldaner, que é da cidade de Carazinho, lá do nosso Brizola, e foi eleito por Santa Catarina; o Senador Neuto De Conto, da minha cidade, meu conterrâneo, de Encantado, no Vale do Taquari, também eleito por Santa Catarina; e a Senadora Serys Slhessarenko, da cidade de Cruz Alta, eleita pelo Estado de Mato Grosso. Então, havia uma bancada de seis Senadores pelo Rio Grande do Sul, acompanhando esse movimento todo.

Não posso deixar de registrar também a questão do Estado do Amazonas, porque o Estado do Amazonas foi o último projeto a ser votado. Foi votado ontem à noite. Também havia uma grande expectativa, em função das dúvidas legais que haviam sido colocadas pelo Senador Arthur Virgílio, que, inclusive, proporcionou que esse tipo de empréstimo, a partir da votação de ontem, tenha um rigor ainda maior no seu acompanhamento, pelo Tribunal de Contas da União. Essa é a importância da transparência dos debates – dos debates! E vi, aqui, o Senador João Pedro presente defendendo, arduamente, a importância desse financiamento para o Estado do Amazonas.

Eu quero dar esse testemunho porque, então, nós encontramos, praticamente, todo o continente brasileiro ligado, desde o Sul, que foi o último projeto da terça-feira votado, até o Norte, o extremo norte brasileiro, o Estado do Amazonas, e seus Senadores, aqui, defendendo-o, como fizeram o Senador Arthur Virgílio e o Senador João Pedro.

Eu não posso deixar de registrar que, se o Rio Grande do Sul está com seis Senadores, o Estado do Amazonas está com quatro Senadores: o Senador Jefferson Praia, que ocupa, hoje, a cadeira do nosso saudoso e sempre lembrado, admirado e respeitado Senador Jefferson Péres; o Senador João Pedro, que aqui está conosco e esteve, agora há pouco, com o Presidente Lula, também celebrando o piso salarial dos professores; o Senador Arthur Virgílio; e, também, outro grande Senador pelo Estado do Amazonas, que é o Senador Alfredo Nascimento, nosso Ministro dos Transportes, que, num gesto de admiração, de respeito

e de contribuição com o Governo brasileiro primeiro abdicou da Prefeitura de Manaus para ser Ministro. Quer dizer, ele poderia ter uma reeleição tranqüila, garantida, com o Governo do Estado à sua disposição, mas se dedicou ao exercício do Ministério dos Transportes no primeiro mandato do Governo Lula. Candidato a Senador, eleito, apresentou-se ao Plenário do Senado e retornou ao Ministério dos Transportes.

Quero fazer esse registro porque não sou do Amazonas, mas o admiro. Acho que não há brasileiro, não há cidadão do mundo que não tenha uma admiração e um olhar para a Amazônia, e a gente ter o privilégio de conviver com o povo do Estado do Amazonas é algo muito especial. Então, acompanhei a preocupação do Ministro Alfredo Nascimento. Este depoimento eu faço pela TV Senado, que é assistida em Manaus e em tantas outras cidades do Estado do Amazonas. Com a sua preocupação, mesmo no Ministério dos Transportes, mesmo conduzindo esses grandes desafios do Brasil, acompanhou e monitorou, ligando para todos nós. Ligou para mim inúmeras vezes, fazendo esse acompanhamento e preocupado com que seu Estado também fosse beneficiado pela aprovação do projeto de financiamento do Banco Mundial.

Acho que são momentos de uma grande maturidade política que a gente vive. É um registro que eu acho muito justo que se faça e um agradecimento a todos aqueles que se envolveram nessas mobilizações de maneira que, ao final, conseguimos cumprir todos os prazos legais exigidos, permitindo, assim, que cada Estado, que cada prefeitura beneficiada pelos projetos pudesse andar os processos todos. Com isso, suas regiões serão beneficiadas por obras importantes, melhorando a qualidade de vida, melhorando o desenvolvimento e melhorando o seu progresso.

Então, eram esses registros que eu queria fazer e, acima de tudo, deixar, aqui, o agradecimento do Rio Grande do Sul ao apoio e à solidariedade que recebeu de todos para que mais essa difícil etapa fosse superada, desenhando perspectiva melhor para o desenvolvimento e para o progresso do meu Estado, do Rio Grande do Sul, e também para os demais Estados beneficiados por essa mobilização. Senador João Pedro, V. Ex^a participou tão ativamente também, conosco, nesses últimos dias, celebrando, ontem, finalmente também, a liberação do financiamento para o seu Estado, como fizeram os demais colegas Parlamentares em plenário. O nosso Ministro Nascimento estava monitorando, do seu gabinete, com a sua assessoria, com o nosso querido Wilson Wolter e outros assessores; estavam

naquela torcida para que tudo terminasse como realmente terminou, com os projetos aprovados.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer um requerimento de voto de pesar para a família do Sr. Manuel Mendes Silva, Sr. Manchão, um cidadão dos mais antigos de Roraima. Ele começou como garimpeiro, foi um dos pioneiros e chegou lá junto com o meu pai. Nos últimos anos de sua vida, virou diamantário, pessoa que compra diamante e revende, mas já vinha doente há algum tempo e faleceu hoje à tarde.

Eu gostaria de requerer um voto de pesar e encaminhamento o requerimento por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O requerimento de V. Ex^a será acatado, e a Mesa se associa ao gesto de solidariedade de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, por dez minutos. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 878, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor Manoel Mendes Silva, o Seu Manchão, que ajudou a fundar várias lojas da maçonaria em Roraima, sendo pessoa conhecida por importantes contribuições ao nosso estado.

Sala das sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Houve permuta. Concedo a palavra ao Senador José Nery, por dez minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Pedro, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, a imprensa brasileira pautou o debate da

soberania nacional. Os alvos seriam a presença de ONG estrangeiras, a compra de terras por estrangeiros na Amazônia e o conflito indígena na reserva Raposa Serra do Sol, entre outros. Tenho a opinião de que temas tão delicados mereceriam tratamento mais equilibrado e democrático dos meios de comunicação do nosso País.

É angustiante que um fato mais grave que representa um verdadeiro ataque à soberania de nosso País e que, potencialmente, representa uma ameaça à paz na região não esteja despertando a devida atenção dos parlamentos e dos governos dos países latino-americanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 4^a Frota de Intervenção dos Estados Unidos da América foi criada em 1943 para combater os submarinos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1950, foi desativada por ser desnecessária, mas, 50 anos depois, acaba de renascer, e não é preciso esforço para mostrar seus fins intervencionistas. Os próprios chefes militares os divulgam em suas declarações de forma natural, espontânea e até direta. O chefe do Comando Sul, o Almirante James Stavridis, afirmou que o aparato militar ajuda, no mercado de idéias, a ganhar corações e mentes das populações da região. Já o diretor de Operações Navais, Almirante Gary Roughead, informou que o objetivo da 4^a Frota é “combater o terrorismo e as atividades ilícitas no continente”. A 4^a Frota acaba de entrar em operação e tem sob sua responsabilidade mais de 30 países do continente, cobrindo 16,6 milhões de milhas.

Os Estados Unidos da América têm, hoje, dez porta-aviões do tipo Nimitz, com capacidade de deslocamento de 101 mil a 104 mil toneladas de carga, incluindo 90 aviões e dois reatores nucleares. Os Estados Unidos têm, hoje, esse arsenal e, ao colocá-lo em operação, devem causar preocupação e estranheza por parte dos países latino-americanos. É bom lembrar que o último porta-aviões construído leva o nome de George W. Bush, pai do atual Presidente, e entrará em operação em dois meses.

A recriação da 4^a Frota, destinada a realizar missões navais agressivas nas regiões do Caribe, da América Central e da América do Sul, é uma grave ameaça à paz, à segurança e à soberania dos povos da nossa região e se inspira em doutrina que devemos combater: o suposto direito dos Estados Unidos de intervir, preventivamente, em outros países, a partir da avaliação de que esses ameaçam seu território potencialmente.

Com o restabelecimento da 4^a Frota, os Estados Unidos fomentam a militarização do continente, a corrida armamentista e a ameaça nuclear, já que ela é equipada com porta-aviões nucleares. O Brasil deve se posicionar de maneira contundente contra essa ação americana. Não aceitamos ser vigiados pela 4^a Frota. O alvo dos Estados Unidos é a crescente força que governos de esquerda vêm conseguindo democraticamente no continente. A América Latina não pertence aos Estados Unidos. O povo latino-americano não aceita ser tutelado pelo “grande irmão do norte”.

Concedo aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Nery, ainda hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Pedro Simon externou preocupação que guarda relação com o pronunciamento de V. Ex^a, ao afirmar não ver razão para, a esta altura, com o continente americano vivendo em condição normal em sua maior parte, haver operações dessa 4^a Frota. Recordou o Senador Pedro Simon que, quando do Golpe Militar de 1964, havia frotas do governo dos Estados Unidos nos mares do Atlântico, diante do Brasil. Recordou o Senador Pedro Simon que as Forças Armadas dos Estados Unidos, a sua Marinha, intervieram e ocuparam a República Dominicana há algum tempo. Mas, desde então, inclusive no tempo das ditaduras militares, não apenas aqui no Brasil, mas também no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Peru e assim por diante, esse tempo foi superado. Em todas as nações da América do Sul, há hoje governos democraticamente eleitos. Aliás, os Estados Unidos da América, que têm seu governo eleito pelo seu povo, sempre professam isso como algo muito importante. Assim como V. Ex^a, o Senador Pedro Simon expressou que será importante debatermos esse ponto, para, inclusive, transmitirmos nossa preocupação aos Estados Unidos da América. Foi, então, que o Senador Cristovam Buarque fez a sugestão, que avalio como muito positiva, de que nós, Senadores, constituindo um grupo, pudéssemos dialogar com o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o Embaixador Clifford Sobel, para externarmos nossa preocupação e o ouvirmos também. Ficamos encarregados – o Senador Cristovam Buarque, o Senador Pedro Simon e eu – de procurar o Embaixador. Há pouco, eu conversava com o Senador Cristovam Buarque, para dizer-lhe que telefonei, nesta tarde, para o Embaixador Clifford Sobel, talvez em horário em que S. Ex^a não estivesse mais atendendo à Embaixada, mas lhe deixei um recado. Mas, amanhã, vou procurá-lo novamente, para marcarmos, para a próxima semana, a visita desses

Senadores, inclusive V. Ex^a, para, em conversa com o Embaixador Clifford Sobel, expressarmos nossas preocupações e também ouvirmos às dele.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy o aparte. Desde já, concordo com a proposta apresentada pelo Senador Cristovam no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que o Senado Federal, por intermédio dessa comissão de Senadores, busque informações precisas e objetivas, a fim de manifestarmos, de forma clara, as preocupações que aqui estou elencando.

Sr. Presidente, Senador João Pedro, espero que V. Ex^a me conceda um pouco mais de tempo, para que eu possa ouvir o Senador Cristovam Buarque e ainda tratar, num segundo momento, em curtas palavras, acerca dos acontecimentos no Estado do Pará, que merecem também toda a nossa atenção.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery, o senhor traz um ponto importante para esta Casa. Para isto existe o Senado: para se preocupar com o futuro, com todos os problemas que temos, inclusive com o problema da soberania. Hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fiz a recomendação de procurar o Embaixador por que, sinceramente, do ponto de vista da segurança, não vejo que essa esquadra possa nos ameaçar, pelo menos agora, nem nos próximos meses ou anos. Mas, do ponto de vista diplomático, é que eu acho que é importante alertarmos que cometem um erro os Estados Unidos ao enviarem essa esquadra para cá. Nos últimos anos, sobretudo nos últimos meses, tem caminhado muito pela Internet, nos meios de opinião, a idéia de internacionalização da Amazônia. E falo aqui diante de dois representantes da Amazônia. Há um clima de receio, sobretudo na juventude brasileira, de que a Amazônia está sob ameaça. Nem vou discutir se está ou não sob ameaça, mas há um clima de preocupação. Dizem que há um livro de Geografia nos Estados Unidos que não põe a área da Amazônia como sendo território brasileiro. Devo dizer aqui que já fiz tudo para encontrar esse livro e que nunca o encontrei. Já coloquei pessoas, bibliotecários e bibliotecárias em busca desse livro, mas nunca confirmei isso. Mas isso chega bonitinho pela Internet, como uma página de livro. Há um clima no Brasil de medo em relação à soberania brasileira na Amazônia. E uma esquadra como essa só faz acirrar o clima de temor. Podem até dizer alguns que se trata de um clima de paranóia, se quiserem. Não considero paranóia. Não considero que haja nada concreto, mas

não diria que é paranóia, até porque não seria a primeira vez que países englobam outras áreas. Os próprios Estados Unidos já incorporaram um pedaço grande do México, já compraram o Alasca. Não seria a primeira vez que aconteceria uma coisa dessas. Devo até dizer que recebi um *e-mail* um dia desses de um cidadão, sugerindo que o Senado discutisse a venda da Amazônia, que seria melhor vender a Amazônia e aplicar esse dinheiro em educação, em saúde etc. Respondi a ele, perguntando se ele sabia o que hoje na Rússia dizem do Czar que vendeu o Alasca: é horror, ódio. É com isso que ficariam as gerações futuras em relação à nossa. Mesmo que a gente aplicasse bem o dinheiro, mesmo que não houvesse desvio, seria uma traição à Nação, à Pátria. Então, há um clima ruim nas relações entre Estados Unidos e Brasil, não entre os governos – é interessante que os governos vão muito bem –, mas entre a opinião pública brasileira. E acho também que há um clima ruim da opinião pública americana com relação a nós, com razão, porque estamos queimando a Amazônia. Estamos tocando fogo na Amazônia, e os americanos têm razão também de ficarem descontentes conosco. Como tenho dito sempre, a Amazônia é nossa, mas a Terra é um imenso condomínio em que cada país tem de respeitar os vizinhos. Por isso, tive a idéia de falar com o Embaixador, do ponto de vista diplomático, no sentido de que não é, a meu ver, um gesto que agrada e acalme o imaginário brasileiro, que está temeroso de perder a Amazônia. Espero que esse encontro seja possível, que o Embaixador nos receba. Aliás, é um homem muito afável, muito cooperativo. Os encontros que tive com ele foram sempre muito bons. E que ele entenda que não faz bem, nas relações mútuas, na simpatia mútua, queimarmos a Amazônia, nem eles mandarem para cá, na mesma época, uma esquadra com todo esse poder bélico, que tem a 4^a Frota!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque as recomendações e orientações que foram discutidas no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Creio que esse é uma passo importante para obtermos explicações e para manifestarmos diretamente ao Embaixador dos Estados Unidos nossa apreensão e, de fato, inconformidade com essas manobras e operações militares em águas dos continentes da América Central e da América do Sul. Porém, essa nossa compreensão se dá por que houve comentários indignados feitos pelo Presidente da Venezuela, e, por isso, é importante que o Senado demonstre publicamente sua indignação com essa atitude dos Estados Unidos, porque, para alguns, talvez,

seja mais fácil bradar contra ONGs e tribos indígenas do que contra o império norte-americano.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador José Nery?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Deime conta agora de que, provavelmente, a razão de a Embaixada dos Estados Unidos não ter respondido à minha ligação seja o fato de amanhã ser feriado naquele país. É o Dia da Independência dos Estados Unidos o dia 4 de julho. Assim, provavelmente, somente na segunda-feira, conseguiremos o diálogo com o Embaixador Clifford Sobel, mas fica aqui nossa solicitação para que ele receba uma comissão de Senadores, entre os quais V. Ex^a, Cristovam Buarque, eu próprio, o Senador Pedro Simon e todos os que assim desejarem, quem sabe na próxima semana, se o Embaixador puder. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Seguiremos, então, esse caminho do diálogo mais direto com o Embaixador dos Estados Unidos.

Como eu falava antes, fiquei bastante preocupado com informações que circulam na imprensa brasileira, fazendo algumas afirmações em relação ao monitoramento permanente que os Estados Unidos realizam em todas as regiões do planeta. Os comentários justamente faziam alusão ao roubo de informações privilegiadas da Petrobras, recentemente, logo após a descoberta do campo petrolífero de Tupi. Os jornais falam que a empresa que faz a segurança na Petrobras teria a participação de empresas norte-americanas que, inclusive, seriam ligadas ao atual Vice-Presidente dos Estados Unidos.

É bom lembrar que, com base nesse argumento de combate ao terrorismo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais três minutos somente, para que eu possa concluir, após sua extrema condescendência para com o tempo aqui utilizado.

Eu gostaria de dizer que, com base no argumento de combater o terrorismo, os Estados Unidos invadiram o Iraque, mataram Saddam e, agora, operam um plano para obter o mais absoluto controle sobre as reservas petrolíferas, sobre a exploração, a distribuição e a comercialização do petróleo iraquiano.

Portanto, é bom que tenhamos muita firmeza...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a já falou dez minutos a mais. Vou conceder-lhe mais dois minutos, porque nosso querido Senador Augusto Botelho está precisando sair. V. Ex^a vai ter mais dois minutos, num total de doze minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador João Pedro.

Estão manifestadas nossas preocupações, e esperamos respostas adequadas, para que essas preocupações sejam eliminadas. Porém, é importante estarmos muito vigilantes e manifestarmos, juntamente com os outros países, muito claramente, que não aceitamos intervenção de quem quer que seja. Somos um país e um povo soberano e assim pretendemos continuar.

Sr. Presidente, uma palavra para saudar a libertação de Ingrid Betancourt, ex-Senadora e ex-candidata à Presidência da Colômbia, seqüestrada durante seis anos e ontem libertada.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentamos voto de congratulações pela libertação de Ingrid Betancourt, dizendo, claramente, que esse gesto deveria significar a retomada verdadeira de um processo de negociação para o estabelecimento da paz no país irmão, de povo irmão, o povo colombiano.

Esperamos que, com a experiência e com o sofrimento desse seqüestro, bem como com o sofrimento dos outros reféns que ainda se encontram seqüestrados, consigamos criar as condições para obtermos uma negociação satisfatória entre as partes, negociação que, de um lado, represente a libertação de todos os reféns e, de outro, a libertação dos presos políticos que estão nos cárceres colombianos. Essa é uma fórmula que, acredito, será capaz de pôr fim a quarenta anos de uma guerra que tem significado para ambos os lados, com perda de vidas e com sofrimento. Precisamos, com certeza, encontrar um caminho para a paz na Colômbia.

Por último, Sr. Presidente, queria solicitar que constasse dos Anais da Casa um artigo da jornalista Paula Sampaio, que trata das mortes dos bebês em maternidade da Santa Casa em Belém, no Pará, para que ficasse registrado um relato minucioso e comovente de como são tratados os pobres em circunstâncias como essa.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador José Nery, por favor, a Mesa terá de interrompê-lo a fim de cumprir as normas regimentais.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2008

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para prever novo critério de delimitação dos crimes passíveis de interceptação telefônica, além de prever o recurso de ofício da decisão judicial que autoriza a realização do referido procedimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 5º da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
III – o fato investigado constituir infração penal cuja pena privativa de liberdade máxima cominada seja inferior a cinco anos, salvo nos casos de crimes contra a administração pública previstos no Título XI da Parte Especial do Código Penal brasileiro.

..... (NR)”

“Art. 5º

Parágrafo único. O juiz recorrerá, de ofício, da decisão que autorizar a realização da interceptação telefônica. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

.JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretender limitar o expediente da interceptação telefônica a casos de indiscutível gravidade. Almejamos evitar, assim, a banalização do referido meio de prova, que, de exceção, começa a virar a regra do *modus operandi* policial.

Hoje, o critério utilizado é o da espécie da pena privativa de liberdade cominada, não se admitindo a interceptação telefônica para investigação de fatos punidos com a pena de detenção (*vide* o art. 2º, III, da Lei nº 9.296, de 1998). Tal critério nos parece insuficiente, pois muitos crimes punidos com reclusão não apresentam a necessária gravidade objetiva que justifique uma medida tão invasiva como a interceptação das conversas telefônicas.

O nosso receio é que a legislação vigente acabe consagrando um modelo de Estado Policial, onde toda e qualquer denúncia de crime resulte numa escuta telefônica. Essa não é uma previsão catastrofista, pois, como apontam os trabalhos da “CPI do grampo telefônico” da Câmara dos Deputados, o número estimado de pessoas atingidas pelas escutas telefônicas realizadas apenas pela Polícia Federal pode chegar a 64.000. Vejamos a matéria publicada no Jornal *Folha de São Paulo* do dia 10 de junho de 2008:

“Principal meio de investigação das cerca de 480 grandes operações desencadeadas pela Polícia Federal entre 2003 e 2007, a interceptação telefônica com ordem judicial atingia, no início de maio, pelo menos 5.813 aparelhos fixos e celulares no país, segundo números entregues pela PF à CPI do Grampo, no Congresso.

Levando em conta a estimativa feita pelo relator da CPI, Nelson Pellegrino (PT-BA) – de que uma pessoa conversa rotineiramente por telefone com dez pessoas –, o cálculo é que as conversas de 64 mil pessoas podem estar sendo gravadas apenas pela PF. O número seria suficiente para praticamente lotar o estádio do Morumbi, em São Paulo.”

Temos, pois, motivos relevantes para circunscrever a utilização de grampos telefônicos aos crimes mais graves. Do contrário, corremos o risco de surgimento de uma verdadeira “indústria dos grampos”, que, menos do que investigar, está interessada em intimidar pessoas seletivamente escolhidas.

Outra medida que, a nosso ver, pode tornar mais cuidadosa a análise pelo juiz do pedido de interceptação telefônica é a previsão de recurso de ofício para o tribunal competente. Assim, toda vez que o juiz autorizar a realização do mencionado procedimento, sua decisão será automaticamente remetida à revisão por parte da instância superior, como já ocorre em relação à sentença concessiva de habeas corpus e da absolvição sumária nos crimes de competência do tribunal do júri, nos termos do art. 574 do Código de Processo Penal.

Submetemos, pois, a presente proposição à análise dos nossos ilustres Pares, não com o objetivo de inviabilizar as escutas telefônicas como meio de obtenção de prova, senão de valorizar tal expediente probatório, eliminando os excessos que começam a ser sentidos por toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, **em 03 de julho de 2008.**



Senador GERSON CAMATA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.

art. 5º, inciso XII da Constituição Federal

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Art. 5º A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

Brasília, 24 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Nelson A. Jobim

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.1996

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 879, DE 2008

Requer o desapensamento e atramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência o desapensamento e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, de

minha autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 210, de 2003; 75 e 323 de 2004; 87 de 2005.

Justificação

A presente proposição baseia-se no fato de que os projetos de lei do Senado acima enumerados tratam de isenção tributária de diversos bens e o PLS nº 167/03 trata especificamente da isenção de IPI incidente sobre automóveis adquiridos por corretores imobiliários.

Também deve ser considerado o objetivo do PLS nº 167/03, que é criar melhores condições de trabalho para categoria profissional, melhorando sua principal ferramenta de trabalho, sendo essencial para o bom funcionamento do mercado imobiliário.

Assim, tendo em vista a densidade do tema e da amplitude de todas as matérias apensadas, solicito a tramitação em separado do PLS nº 167/03 das outras matérias, para fins de dar agilidade ao trato da proposição, que já tramita nesta Casa há cinco anos.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 618 , DE 200

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.230, de 2007. Solicitando da Senadora Serys Slhessarenko *voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

A Senadora SERYS SLHESSARENKO, com fundamento no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.230, de 2007, encaminhado a esta Comissão, referente a voto de censura *ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê a utilização do instrumento do voto de censura (arts. 222 e 223), no que diz respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. Proposto o voto de censura, deve ser ouvida esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ou, quando for o caso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) e, em seguida, submetida a matéria à votação do Plenário.

No que se refere ao alcance nacional do ato ou acontecimento, exigência regimental para prolação do voto de censura, parece-nos que, de fato, a conduta do referido magistrado, ao proferir, no exercício de suas funções judicantes, idéias frontalmente contrárias ao ordenamento jurídico pátrio, preencheu o requisito regimental, gerando indignação na mídia, nas famílias e, por que não dizê-lo, na sociedade brasileira como um todo.

Referimo-nos ao arrazoado expendido por ocasião de decisão interlocutória no processo nº 222.942-8/06, da comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, proferido em 12 de fevereiro deste ano. Para ilustrar a gravidade do caso aqui tratado, permitimo-nos, com a devida vênia de todos que nos ouvem, citar trechos de sua odiosa argumentação:

Esta “Lei Maria da Penha” — como posta ou editada — é portanto de uma heresia manifesta. Herética porque é anti-ética; herética porque fere a lógica de Deus; herética porque é inconstitucional e por tudo isso flagrantemente injusta.

Ora! A desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher — todos nós sabemos — mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem.

Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher, disse:

‘(...) o teu desejo será para o teu marido e ele te dominará (...)’

(...)

Por isso — e na esteira destes raciocínios — dou-me o direito de ir mais longe, e em definitivo! O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi Homem! À própria Maria — inobstante a sua santidade, o respeito ao seu sofrimento (que inclusive a credenciou como “advogada” nossa diante do Tribunal Divino) — Jesus ainda assim a advertiu, para que também as coisas fossem postas cada uma em seu devido lugar: “que tenho contigo, mulher!?”.

E certamente por isto a mulher guarda em seus arquétipos inconscientes sua disposição com o homem tolo e emocionalmente frágil, porque foi muito também por isso que tudo isso começou.

A mulher moderna — dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser dos espermatozóides — assim só o é porque se frustrou como mulher, como ser feminino. Tanto isto é verdade — respeitosamente — que aquela que encontrar o homem de sua vida, aquele que a complete por inteiro, que a satisfaça como ser e principalmente como ser sensual, esta mulher tenderá a abrir mão de tudo (ou de muito), no sentido dessa “igualdade” que hipocritamente e demagogicamente se está a lhe conferir. Isto porque a mulher quer ser amada. Só isso. Nada mais. (...)

Ora! Para não se ver eventualmente envolvido nas armadilhas desta lei absurda o homem terá de se manter tolo, mole — no sentido de se ver na contingência de ter de ceder facilmente às pressões — dependente, longe portanto de ser um homem de verdade, másculo (contudo gentil), como certamente toda mulher quer que seja o homem que escolheu amar.

(...)

Porque a vingar este conjunto normativo de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras — porque sem pais; o homem subjugado; sem preconceito, como vimos, não significa sem ética — a adoção por homossexuais e o “casamento” deles,

como mais um exemplo. Tudo em nome de uma igualdade cujo conceito tem sido substituído em nome de uma “sociedade igualitária”.

Não! O mundo é e deve continuar sendo masculino, ou de prevalência masculina, afinal. Pois se os direitos são iguais — porque são — cada um, contudo, em seu ser, pois as funções são, naturalmente diferentes. Se se substitui a essência, os frutos também serão. Se o ser for conspurcado, suas funções também o serão. E instalar-se-á o caos.

É portanto por tudo isso que de nossa parte concluímos que do ponto de vista ético, moral, filosófico, religioso e até histórico a chamada “Lei Maria da Penha” é um monstrengo tihoso. E essas digressões, não as faço à toa — este texto normativo que nos obrigou inexoravelmente a tanto. Mas quanto aos seus aspectos jurídico-constitucionais, o “estrage” não é menos flagrante.

É evidente que os juízes têm ampla liberdade para manifestar-se nos autos. No entanto, não confundamos essa liberdade com a possibilidade de lançar mão de um discurso sexista para fundamentar decisões de cunho oficial com argumentos pessoais, negando validade a uma lei federal aprovada por este Parlamento.

Nem se compare, assim, a livre apreciação dos autos com a liberdade do parlamentar ao pronunciar-se na tribuna. A liberdade do parlamentar, justamente porque ungida pelo mandato popular, é protegida pelo texto constitucional com o manto da imunidade. O que possui o juiz, por sua vez, é o direito de apreciar a prova com amparo na lei e não o de deformar a lei conforme suas deturpadas convicções pessoais.

Por outro lado, assim como o parlamentar responde em seu respectivo Conselho de Ética pelos excessos cometidos, também deve o juiz ser submetido a processo disciplinar pelo tribunal competente, quando extrapolar os limites que lhe foram concedidos pela lei para seus pronunciamentos nos autos.

Por esse motivo é que entendemos que o presente voto de censura, que nos parece adequado e oportuno, deve ser encaminhado, nos termos solicitados, não só ao próprio destinatário do repúdio senatorial, mas também à Presidência do Conselho Nacional de Justiça, com vistas a instruir os autos do processo a ser instaurado pelo Corregedor Nacional de Justiça.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.230 de 2007, com a conseqüente prolação de voto de censura ao juiz da 1ª Vara Criminal de Menores de Sete lagoas – MG, Sr. Edilson Rumbelsperger Rodrigues, devendo o referido voto ser encaminhado ao interessado e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, para integrar os autos do respectivo processo em fase de instrução.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.

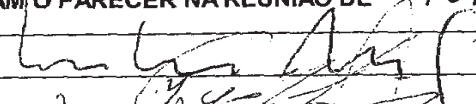

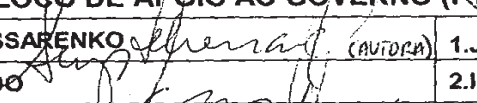
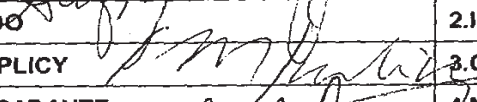
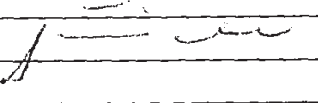
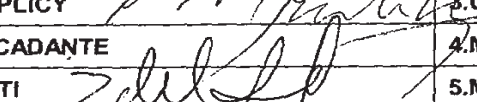
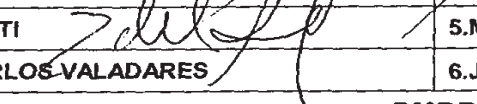
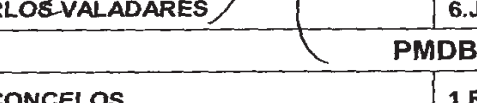
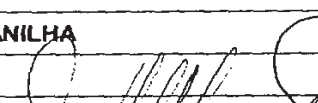


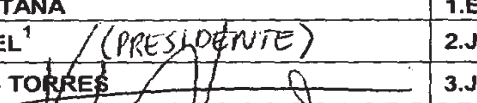
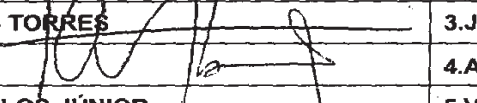
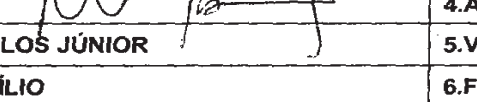
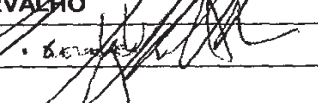
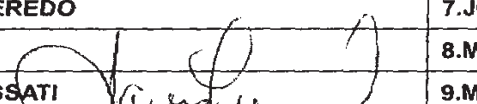
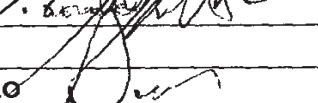
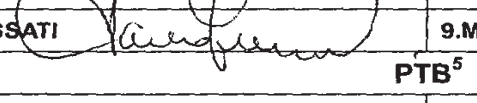



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA¹**PROPOSIÇÃO: RQS Nº 1.230 DE 2007****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <i>Sen. Pedro Simon</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO  (AUTORA)	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO 	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE 	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI 	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL)³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON (RELATOR)	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP 
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GEOVANI BORGES⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL¹ (PRESIDENTE) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO 
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES 	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;⁴ Vaga cedida pelo Democratas;⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (DSF 112/08 e 113/08).

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com referência ao **Parecer nº 618, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Requerimento nº 1.230, de 2007**, a Presidência informa que a matéria figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que transcorre hoje o primeiro dia em que constam da pauta os Projetos de Lei de Conversão nºs 16 e 17, de 2008, e as Medidas Provisórias nºs 424 e 425, de 2008, ficando, conforme acordo de Lideranças, as matérias constantes da pauta de hoje transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 422, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2008, que dá nova redação ao inciso II do §2º – B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que *regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública (proveniente da Medida Provisória nº 422, de 2008).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
10.5.2008)

Prazo final (prorrogado): 06.08.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 424, DE 2008

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 424, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos ór-*

gãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
1.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.08.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 425, DE 2008

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 425, de 2008, que *altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas auferidas na venda de álcool.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
14.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 10.09.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 426, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2008, que altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do *Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e o § 2º do art. 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e revoga o art. 2º e o Anexo I da Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 426, de 2008).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
23.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 19.09.2008

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008*.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores*

de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

22

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que *dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001* (igualiza a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nºs 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Se-

nador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa, quando teve sua apreciação sobrestada em virtude da não deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo*.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça*.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que*

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do

Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certifi-*

cada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

53

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

54

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos

Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

55

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

56

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Está encerrada a Ordem do Dia.

A Presidência prorroga por mais uma hora os trabalhos do dia de hoje.

V. Exª terá mais dois minutos, perfazendo quinze minutos no total, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço-lhe apenas mais um minuto.

Solicito a V. Exª que considere como lido pronunciamento sobre a situação da saúde em Belém e que autorize a publicação nos Anais da Casa do artigo da jornalista Paula Sampaio, publicado no *blog* do jornalista Bermerguy, que relata de forma comovente como os pobres são tratados nos hospitais. Trata também do enterro de doze bebês no cemitério do Tapanã, em Belém. É um relato comovente, que nos inspira a lutar

por mais justiça social, por mais recursos para a saúde e por respeito aos direitos do nosso povo.

Agradeço enormemente a V. Exª a condescendência para com meu pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores:

O CAOS DA SAÚDE EM BELÉM CONTINUA

Na semana passada relatei o caos da saúde na capital de todos os paraenses e apresentei meu juízo de valor sobre a desastrosa administração do Prefeito Ducimar Costa. Esta semana voltei a esta Tribuna, de maneira muito indignada, para protestar contra a resposta do governo estadual diante de dezenas de crianças recém-nascidas que morreram na Santa Casa de Misericórdia.

Hoje, os jornais paraenses confirmam minhas denúncias em relação ao Pronto Socorro Municipal de Belém. Matéria publicada no jornal **Diário do Pará**, intitulada “Falta alimento a pacientes no PSM” denuncia a falta de alimentos para os pacientes ali internados, obrigando os funcionários e retirarem dos seus próprios salários os recursos necessários para comprar até leite em pó. Além disso, o desprezo do atual prefeito com a saúde obriga os parentes dos pacientes a garantirem a alimentação de pacientes, conduta totalmente inadequada e perigosa.

Quero falar também novamente da Santa Casa, administrada pelo Governo do Estado. Quero que conste nos Anais desta Casa o comovente artigo da Jornalista e Fotógrafa paraense Paula Sampaio, que acompanhou o enterro dos doze recém-nascidos mortos na UTI Neonatal no Cemitério do Tapanã. É um relato que deixa claro que o desrespeito à vida humana é, infelizmente, uma rotina encenada pelas autoridades estaduais e municipais.

Esta Casa aprovou a ida de uma Comissão na semana que vem. Estarei lá. Porém, mais do que comissões, precisamos de providências que tornem a saúde pública digna do povo brasileiro. É dever do governo federal, do governo estadual e das prefeituras paraenses, especialmente a da capital, adotarem urgentes providências para que este quadro não continue.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ARTIGO

A morte nossa de todos os dias

Paula Sampaio *

Surge um embrulho. Sim, um pacote branco, que vai sendo aberto lentamente pelo homem do martelo. Um rostinho aparece, como uma flor, emoldurado pelo papel branco com o qual fora embalado.

Naquela terça-feira, 24 de junho, no cemitério do Tapanã [foto acima, da própria autora], periferia de Belém, algumas famílias esperavam desde cedo por seus mortos - recém-nascidos que haviam falecido na Santa Casa de Misericórdia do Estado, no final de semana. Nove, treze? Afinal, quantos foram ao todo?

A notícia "vazou" para a Imprensa na noite da segunda-feira. O "Jornal da Globo" deu manchete... Aí, pronto, estava feito o escândalo. Indagada sobre aquele alto índice de mortalidade na única UTI neonatal pública do Estado, a secretária de Saúde, Laura Rosseti, disse em entrevista à TV: "Essa taxa de mortalidade é normal, está dentro das estatísticas aceitáveis."

Enquanto isso, no cemitério, naquela manhã, o movimento era intenso: cinco enterros em menos de uma hora. Cerimônias rápidas e com pouco choro. Aos poucos, a Imprensa foi chegando, curiosos vinham perguntar o que estava acontecendo. Todos esperavam pela chegada dos corpos dos bebês. Mas o carro com as crianças não chegava. Quase 11h da manhã, e as famílias começavam a se impacientar. Um dos porteiros do cemitério comentou ser costume a Santa Casa oferecer o transporte, a cova no "cemitério dos pobres",

como é conhecido o do Tapanã, além da "embalagem" para os mortos das famílias carentes.

Num dos bancos de cimento do lugar, um jovem chorava copiosamente e enxugava as lágrimas numa fralda, cercado pela família. Perdeu seu primeiro filho. Sua companheira deu à luz na Santa Casa: o parto foi feito por uma tia que a acompanhava, porque nenhum médico apareceu para prestar-lhe o socorro na hora. A criança não resistiu. O pequeno Nicolau, ia ser esse o nome dele, morreu.

Do outro lado do grande salão aberto onde os caixões são recepcionados, mais uma família. O pai de outro dos bebês mortos pergunta para a repórter: "Será que ainda vai demorar? Sabe, eu tô aqui desde cedo. Tenho plantão no serviço, preciso trabalhar, não posso ficar aqui o dia todo."

Sabe-se, pouco depois, que o carro disponibilizado pela instituição para levar os corpos havia quebrado no caminho. Mais espera, mais dor, desrespeito, exaustão.

Quase ao meio-dia, sol escaldante chega a Kombi branca e enferrujada, com os bebês amontoados em caixas de madeira. Silêncio. O carro estaciona na entrada do salão dos mortos. Dois funcionários descem e abrem as portas. As pequenas caixas e três "caixõezinhos de anjo" são retirados rapidamente e dispostos, lado a lado, em um canto do salão. Na tampa de cada um deles, a identificação: um número e o nome da mãe. E as crianças não têm nome? Não, só Nicolau, o filho daquele jovem que chorava muito, desde o início.

As famílias se aproximam lentamente. Um funcionário grita: "Essa caixa, não! Tira isso daí, é só uma perna!" Perna? Sim, um pedaço de perna encaixotado para descarte. Na tampa da caixa está escrito: "PERNA", assim, em letras

graúdas. Será que o hospital aproveita a ida ao cemitério para se livrar de pedaços humanos que não podem ser levados para o lixo hospitalar?

Um dos parentes dos bebês retira da sacola um martelo e começa a abrir uma das caixas, com a perícia de quem já fez isso muitas vezes. Surge um embrulho. Sim, um pacote branco, que vai sendo aberto lentamente pelo homem do martelo. Um rostinho aparece, como uma flor, emoldurado pelo papel branco com o qual fora embalado. O homem olha, respira fundo... Logo outras pessoas lhe pedem o martelo emprestado e, aos poucos, as caixinhas começam a ser abertas, uma a uma. Um jardim de pequeninos rostos inertes povoa o grande salão dos mortos. Todos, como em uma orquestra, começam a enfeitar seus filhos com flores azuis, algumas brancas, tudo igual.

Um burburinho toma conta do lugar. Outro pai abre uma caixa maior e deixa à mostra dois bebês siameses nus. Curiosos se aproximam. Um dos funcionários do cemitério tenta afastar as pessoas, mas o pai das crianças esbraveja: "Nada disso! Deixa eles verem, são meus filhos, meus! Eu faço o que quiser com eles. Pode olhar, gente, pode olhar. Vocês, da Imprensa, podem gravar, podem gravar". Enquanto isso, ele mesmo toma uma certa distância dos corpos e fotografa os filhos com seu celular.

Em seguida, todas as caixas são reunidas em um carro de mão. Um funcionário grita: "Vamos, gente, vamos. Todo mundo já achou o seu? Então, vamos logo, temos que enterrar". E toma a frente, empurrando o carro com as caixas de bebês empilhadas.

O cortejo segue pela alameda principal do cemitério. Depois de uns 15 minutos andando sob o sol escaldante, chega-se ao local onde as covas rasas já estão abertas. Uma grande fileira de buracos. Apressados, os coveiros vão

retirando as caixas do carro de mão e colocando-as nos buracos, em sequência: número 1, 2, 3... Epa! Alguém alerta: "Calma, calma, esse não é o 4 é o 5, é o meu filho!"

O pai de Nicolau, meio afastado de tudo, olha perdido para a fileira de covas, não pode esquecer o rosto do filho morto, a quem viu, pela primeira vez, minutos atrás. O homem do martelo se aproxima devagar, coloca-se ao lado dele, num gesto mudo de solidariedade. Ficam em silêncio.

Uma nuvem imensa faz sombra no Tapanã, alívio para o calor infernal. Um cidadão sai falando alto: "Aquela Santa Casa? Aquilo, sim, é um cemitério, um inferno, um cemitério, gente!". E vai embora.

As famílias começam a se dispersar lentamente. No descampado do "cemitério dos pobres" ficam as novas cruzes, algumas flores de plástico e um sentimento estranho, fruto dessa precária condição humana.

No dia 28, sábado, a Santa Casa de Misericórdia do Pará admite a morte de mais oito bebês. Foram 20 em sete dias? É isso mesmo? Reconhece também as péssimas condições de atendimento e o déficit de quase 70 médicos. A clientela do hospital é formada pelos "excluídos socialmente". Gente pobre, meninas que engravidam e não têm nenhum acompanhamento médico, mulheres com saúde frágil em função das limitadas condições de vida: miséria gerando mais miséria e morte. No jornal O LIBERAL de 29 de junho, domingo, há um histórico da Santa Casa, criada em 1650, onde glória e decadência se alternam.

Lá nasceram personalidades da História do Pará: Almir Gabriel, ex-governador do Estado, a cantora Fafá de Belém... Parece que a própria Laura Rossetti, atual Secretária de Saúde do Estado, também nasceu lá. Eles

sobreviveram, Nicolau, não. Ele e mais 19 pequenos seres, pobres, parecem não ter nascido para fazer história, são apenas "estatística", números cravados em caixas de madeira e nas planilhas da burocracia.

Segunda-feira, 30 de junho, uma semana depois das primeiras mortes anunciadas, os jornais estampam a notícia da morte de mais dois bebês gêmeos e uma foto grotesca de uma câmara frigorífica com 14 pequenos corpos. Na mesma matéria, o governo do Estado informa que já foi nomeada uma comissão de intervenção na Santa Casa, o diretor foi afastado e o governo federal já mandou auditores. Pronto! Foi instalada uma CPI. E agora?

O certo é que por enquanto, o movimento deve continuar a ser grande no cemitério do Tapanã, para onde vai todo mundo que não tem chance de construir sua própria história, o cemitério dos pobres, como dizem. E esta vai continuar sendo a morte nossa de todos os dias. Um jardim de perdas, cultivado em covas rasas. Nada mais.

Paula Sampaio jornalista e fotógrafa profissional Belém - Junho de 2008

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a merece.

Com relação à matéria a que V. Ex^a se referiu, V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, com a permissão do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Peço a V. Ex^a que seja breve, porque a Presidência já havia concedido a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com certeza. Mas sei que S. Ex^a é generoso e bondoso.

Sr. Presidente, quero fazer um reparo com relação ao pronunciamento que proferi na tarde de hoje, pois esqueci, em meu relato, de inserir a fala do Conselheiro Humberto Bosaipo, extraordinário cidadão mato-grossense, que hoje participa também da Corte do Tribunal de Contas e que foi Deputado Estadual por cinco mandatos e Presidente da Assembléia Legislativa. Gostaria que fosse incluído seu nome em meu pronunciamento da tarde de hoje. A pessoa de

Humberto Bosaipo merece todo meu respeito e minha consideração.

Peço que sejam incluídos também os nomes dos Srs. Antônio Joaquim, José Carlos Novelli, Valter Albano, Ary Leite de Campos, Waldir Teis e Alencar Soares.

Era o reparo que gostaria de fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa acata a propositura de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, por dez minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer aos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy por permitirem que eu falasse antes de pegar meu avião.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais têm dado grande destaque para os primeiros efeitos da nova legislação, que entrou em vigor dia 20 de junho e proíbe totalmente o consumo de bebidas alcoólicas antes de dirigir.

O medo da fiscalização, que ficou mais rigorosa, penalizando com multa, apreensão do carro e prisão, levou muitos motoristas a buscarem alternativas na hora de voltarem para casa após consumirem álcool em bares e festas.

Mas os reflexos da nova lei não param por aí. O consumo de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes já diminuiu 25% em algumas cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo.

Lamentavelmente, no entanto, algumas tragédias que poderiam ter sido evitadas caso o motorista não tivesse ingerido álcool antes de pegar o volante, continuam acontecendo. É o caso do caminhoneiro que bateu de frente com um carro de passeio aqui em Brasília e matou três pessoas.

Felizmente, a nova legislação, que entrou em vigor há treze dias, faz com que o motorista flagrado com qualquer quantidade de álcool no organismo seja punido. Vou enfatizar: qualquer quantidade de bebida alcoólica no organismo é passível de punição.

Além da multa de R\$957,00, o motorista que dirigir embriagado estará cometendo uma infração gravíssima e pode ter suspenso o direito de dirigir por um ano, Senador Cristovam Buarque.

Quem for pego dirigindo com teor alcoólico no sangue maior do que 0,3 miligramas por litro, o que equivale a 6 decigramas de álcool por litro de sangue, além de responder administrativamente, está sujeito a sanções penais. Ou seja, estará cometendo um crime.

O motorista é levado para a delegacia, mesmo que ainda não tenha causado acidente algum. Ele será

atuado em flagrante e indiciado pelo crime de dirigir embriagado, que tem pena de seis meses a três anos de prisão.

O delegado está obrigado a estipular o valor de uma fiança, que varia entre R\$650,00 e R\$2,5 mil, e, depois de pagá-la, o condutor poderá responder ao processo em liberdade. A multa e o processo para a suspensão da habilitação também são punições previstas para esse motorista.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos treze primeiros dias de validade da lei que aumentou a restrição do consumo de álcool antes de dirigir, a Polícia Rodoviária Federal prendeu 296 motoristas e multou 369.

O balanço da Polícia Rodoviária Federal mostra que 189 motoristas foram presos e multados só no último final de semana, entre as 21 horas de sexta-feira e as 6 horas de domingo, após serem flagrados com um índice de álcool acima da tolerância permitida, que é abaixo de 0,2 miligramas. Tem que haver essa tolerância, porque algumas doenças dão resultado positivo no teste. Algumas pessoas tomam medicamentos que podem dar resultado positivo no teste, mas sempre abaixo de 0,2 miligramas.

Outros 255, que apresentaram nível menor de álcool, foram apenas multados – mas menor acima de 0,2 miligramas. Porém, tenho certeza que esse motorista que bebeu antes de dirigir irá pensar duas vezes antes de repetir essa imprudência.

Antes da nova lei, que entrou em vigor na semana passada, a média diária de prisões nas rodovias federais por consumo de álcool era de apenas dez pessoas por dia, segundo a Polícia Rodoviária Federal.

Sr. Presidente, desde o início da guerra no Iraque, morreram, naquele país, cerca de 230 mil pessoas, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde. Só para enfatizar: 230 mil pessoas morreram na guerra naquele país.

No Brasil, Senador Jayme Campos, nos últimos oito anos, os acidentes de trânsito mataram 254 mil pessoas. Duzentas e cinquenta e quatro mil, quase 25 mil pessoas a mais do que nos oito anos de guerra no Iraque. Muitas dessas mortes tiveram como causa direta o consumo de álcool antes de dirigir.

Além disso, trago outros números alarmantes: o Brasil gasta R\$28 bilhões com acidentados no trânsito. Esse número é da Associação Nacional de Transportes Públicos.

Senador Cristovam Buarque, o Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, revela que 35% das pessoas que se envolveram em acidente de trânsito no País tinham entre 18 e 20 anos; mais de 186 mil

jovens se acidentaram nas ruas e estradas brasileiras nos últimos oito anos.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Augusto Botelho, não quero tomar seu tempo, até porque também estou com pressa para falar, mas quero lhe parabenizar por ter vindo aqui falar desse assunto. Não tem jeito, a não ser agir de forma muito rigorosa contra qualquer uso de álcool na direção. A gente tem que ser muito, muito, muito duro. Ontem, vi na televisão alguém dizendo que isso vai contra a liberdade da pessoa. Paciência. E a liberdade de quem quer andar na calçada sem medo de que um carro suba na calçada porque foi dirigido por uma pessoa bêbada? A pessoa tem toda liberdade de não beber. Agora, se bebe, não pode ter liberdade de dirigir. Essa lei tem que ser dura mesmo, o mais rígida possível. Quanto a dizer que 0,1 é pouco demais, porque tem remédio, procuremos saber quais são os remédios que a gente toma para saber se tem álcool; procuremos saber qual é o bombom que a gente come para saber se tem álcool, e não comamos esse bombom se somos motoristas.

Creio que essa lei é uma das coisas boas que aconteceram no Brasil. Tem de ser dura mesmo. E vai haver alguns impactos muito positivos, um deles é melhorar a vida dos taxistas, uma categoria muito sofrida neste País, que vai ver aumentado o movimento. Usemos mais táxis, mais ônibus ou bebamos menos. Então, parabéns por trazer esse assunto com a firmeza com que está trazendo. E, por favor, que ninguém venha por aí, outra vez, dizer essa besteira que ouvi ontem, de que a lei está tirando a liberdade de as pessoas beberem. A pessoa tem toda a liberdade de beber; não tem de dirigir com álcool no sangue.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Cristovam, muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a. E pergunto a essa pessoa que falou isso: e as 254 mil pessoas que morreram nos últimos oito anos? Isso, sem contar as que ficaram com seqüelas. E a liberdade dessas pessoas? Então, não podemos considerar. O direito de um começa onde termina o do outro, e o direito de ninguém pode ofender outra pessoa. Ele acaba, quando passa a ofender, a ferir outra pessoa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a nova lei vai ajudar a reverter essa trágica realidade. Quem bebe e depois dirige coloca em risco não só a sua vida, mas a de muitas outras pessoas. Por isso, quero comemorar, daqui da tribuna do Senado, a entrada em vigor da Lei Seca, da lei de tolerância zero contra quem bebe e pega o volante.

Quem bebe e depois dirige pode ser comparado a alguém que sai na rua com uma arma em punho,

atirando. O carro dirigido por um motorista embriagado é uma arma pior do que um revólver, porque mata muito mais pessoas. Precisamos punir essas pessoas. É preciso cumprir a lei.

Falei mais de quem morre num acidente de trânsito, mas ficam outras milhares de pessoas com seqüelas, Sr. Presidente. Ficam pessoas paráliticas da cintura para baixo, paráliticas dos quatro membros; pessoas perdem a visão ou um membro... Tenho colega enfermeira, em Roraima, que perdeu um membro em acidente de trânsito. Ia saindo numa moto, o carro bateu e amputou a perna dela. Ela parou de trabalhar por causa disso.

Então, essas pessoas também estão ouvindo e estão aí para reclamar. Tenho certeza de que elas aprovam essa lei, assim como suas famílias. Toda pessoa que tem bom senso e um pouquinho de humanismo sabe que não se pode beber e dirigir.

A nossa lei era muito tolerante. Essa mudança que conseguimos agora vai modificar essa estatística mórbida no Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância, e, Senador Cristovam Buarque, pela sua gentileza. Obrigado ao Senador Suplicy também.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito bem, Senador Augusto. V. Ex^a aqui falou precisamente nos dez minutos.

O próximo orador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero informar que, sem pressa, estou inscrito para falar, e agradeço ao Senador Cristovam Buarque, se me permite dar uma informação relativa a uma decisão, hoje, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando o Senador Presidente Heráclito Fortes avaliou, diante da comoção relativa à libertação da Sr^a Ingrid Betancourt, ex-Senadora, que seria interessante que uma comissão de Senadores fizesse uma visita a ela, para transmitir o convite, aprovado ontem, aqui, pelo Plenário, para que venha ao Senado.

Nesse entusiasmo, diversos Senadores dispuseram-se a ir, em número de cinco, mas ponderamos um pouco. Conversei com o Senador Heráclito Fortes sobre que, apenas para essa finalidade, não precisamos ir necessariamente, ainda mais em número de cinco Senadores, à Colômbia, porque afinal isso custa recurso ao Senado.

Então, ponderamos: vamos dialogar com o Embaixador da Colômbia – já o fizemos – e verificar a possibilidade de esse convite ser transmitido, eventualmente, sem a necessidade de nos deslocarmos. Se

houvesse a oportunidade de um diálogo com as autoridades da Colômbia, com o Governo Álvaro Uribe, com o Parlamento e com a Senadora Ingrid Betancourt, quando isso estivesse estabelecido, seria outra coisa. Portanto o Senador Heráclito Fortes, como Presidente e autor até... Mas resolvi transmitir essa informação, até para que, como as agências a estavam veiculando... Agradeço muito se o Senador Heráclito Fortes precisar melhor sua intenção, a melhor maneira de realizarmos a intenção que entusiasmou a todos nós de convidarmos a ex-Senadora Ingrid Betancourt.

Senador Heráclito Fortes, se o Senador Cristovam Buarque, que estava presente à reunião permitir...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Um momento. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é o Senador inscrito pela ordem dos oradores inscritos nesta sessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas esse é outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mas V. Ex^a está sendo chamado, para falar por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas depois.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Depois, por quê?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque agora o Senador na tribuna é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mas V. Ex^a fez permuta com... Perdão, perdão. Então, V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só um esclarecimento do Presidente da CRE.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

O Senador Eduardo Suplicy está coberto de razões. Hoje, uma forte emoção moveu alguns minutos daquela reunião, porque ela se realizava no exato momento do reencontro da ex-Senadora Ingrid Betancourt com seus filhos, com sua mãe, com a família.

Propus, como ato da Presidência, a ida de dois Parlamentares. Indiquei o Senador Romeu Tuma e a Senadora Rosalba Ciarlini, para que fossem à Colômbia num gesto de solidariedade parlamentar, a fim de cumprimentar o Governo da Colômbia, as Forças Armadas,

o Congresso e visitar a Senadora Ingrid Betancourt. Um gesto, uma ação parlamentar aprovada por todos os companheiros. Posteriormente, houve a solicitação de que incluíssemos na delegação o Senador Eduardo Suplicy e, logo em seguida, uma manifestação para inclusão da Senadora Serys.

Ora, é muito difícil para o Presidente vetar. Agora, quero dizer, a bem da verdade, que, logo em seguida, após a reunião, resolvemos discutir novamente a delegação, porque, na realidade, era uma missão do Senado, para a qual eu pediria respaldo ao Presidente da Casa. Tratava-se de um gesto de solidariedade, uma vez que acompanhamos o episódio, durante todo o período, no Senado da República, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e em outras horas, por meio de ações do próprio Senador Suplicy, o episódio.

Isso é verdade, tanto que, ontem, no exato momento em que foi confirmada a liberação da Senadora Ingrid, recebemos uma comunicação aqui, em primeiríssima mão – daí pedi a palavra –, de autoridades colombianas, contando o fato e agradecendo a participação e a solidariedade dos companheiros.

Aliás, Senador Suplicy, na semana que vem, uma comissão de Senadores da Colômbia virá a Brasília, para nos visitar. Evidentemente, pode até não haver mais necessidade de essa comissão vir ao Brasil, uma vez que o assunto da Senadora Betancourt está solucionado.

Eu queria fazer esses esclarecimentos e dizer que a comissão realmente foi aprovada no Plenário: era muito desagradável, naquele momento, o Presidente da Casa simplesmente dizer que não concordava. E solicitei que houvesse uma conversa posterior, com o objetivo, inclusive, de manter a lista original.

Dessa forma, presto esses esclarecimentos, para que não reste nenhuma dúvida com relação aos objetivos e ao que foi discutido.

Assumo a responsabilidade. A atitude foi minha, respaldada exatamente na luta, que tivemos aqui, de solidariedade, acima de tudo, no acompanhamento, mantendo, durante todo esse período, contatos permanentes.

Agradeço, Senador Cristovam, que, inclusive, estava na Comissão, na hora, e participou da reunião. Que não fique nenhuma dúvida sobre como esses fatos procederam naquela hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Feito o esclarecimento pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, passo a palavra ao Senador Cristovam, por dez minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, quase meia-noite, esta Casa viveu um momento de emoção ao aprovar o piso salarial do professor, o final da DRU e a contratação de professores. Mas não vim falar disso; vim falar de uma inimiga mortal do piso salarial. Conquistamos o piso salarial, que pode morrer rapidamente por causa da inflação. Se a inflação voltar, o piso de R\$950,00 desaparecerá. A inflação é a inimiga. Inclusive, Senador Paim, V. Ex^a que é o grande defensor do salário mínimo, com a inflação, teremos problemas. Por isso, vim falar aqui de inflação. Vim falar de inflação motivado por aquilo que tento fazer aqui, que é um debate entre nós, Senadores, como se cada um fosse um pré-candidato à Presidência da República. Que cada um venha dizer aqui o que deveria fazer.

O Senador Suplicy – espero daqui a pouco contar com o tempo de S. Ex^a –, o Senador Paulo Paim e cada um dos Senadores aqui são exemplos. O Senador Suplicy já foi pré-candidato à Presidência. Não entendo por que não se lançou ainda pré-candidato a 2010. Não tenho a menor dúvida de que o nome dele, aparecendo na lista de candidatos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É uma hipótese encorajadora. V. Ex^a, obviamente, coloca-se como candidato. É bom para a democracia. Felizmente, o PT tem um número muito significativo de bons candidatos, a começar pela própria Ministra Dilma Rousseff. Poderia citar, pelo menos, dez ou quinze.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu citaria dezesseis com o seu nome. Isso ajudaria o processo. O Senador Paim também seria um pré-candidato. Vamos falar com franqueza: nenhum de nós provavelmente será escolhido, nem eu, inclusive, no meu Partido.

Mas vamos provocar o debate. E eu quero debater hoje a inflação. Quero debater essa inimiga mortal do piso salarial que é a inflação. E aí o Senador Suplicy, inclusive como economista, talvez não hoje, mas em outro momento, e outros pré-candidatos, deveríamos discutir o que fazer com a inflação. E a minha proposta, Senador Suplicy, é um pacto pela estabilidade monetária neste País. Um pacto de consumidores, inclusive, de empresários e dos agentes públicos deste País, porque nós temos seis pressões inflacionárias no Brasil hoje: duas, importadas, as outras, não. As duas importadas são: o preço do petróleo e o preço dos alimentos. São duas forças tremendas que tentam aumentar os preços internos dos nossos produtos. A gente sabe que tanto os alimentos quanto o petróleo entram em todos os produtos. Entra em todos os produtos o alimento por causa do salário do trabalhador.

Entra em todos os produtos o petróleo pelo combustível do transporte e pela matéria-prima de grande parte do que a gente usa.

Como vencer isso? Como impedir que esse aumento de preços importados chegue aqui? Só vejo uma maneira, Senador, é fazermos um pacto, por exemplo, no que se refere ao petróleo. Um pacto para que a Petrobrás não aumente os preços aqui dentro dos combustíveis na mesma proporção do petróleo aumentando lá fora. Alguns vão dizer: “Mas isso é querer controlar o mercado”. Não, isso é querer fazer um pacto respeitando o mercado. Mas com o pacto.

Eu não proponho o tabelamento em nenhuma hipótese, porque tabelamento já mostrou que não funciona na luta contra a inflação; e está mostrando agora, na Venezuela; provavelmente vai mostrar na Argentina. Nada de tabelamento, mas um pacto que diga que nós não vamos aumentar o preço do petróleo aqui dentro apenas porque, com uma *commodity* internacional, que é o petróleo, a gente tenha que ter aqui para a Petrobras o mesmo lucro que lá fora. Trata-se de pacto que permita fazer com que a Petrobras reduza o seu lucro – não perder o lucro, porque precisa de dinheiro para fazer os seus reinvestimentos; sem lucro na Petrobras, a gente não teria descoberto as novas reservas nem teria como explorá-las. Mas com a inflação, a Petrobras também não vai para frente.

Então, um pacto de a gente não importar totalmente o aumento de preço do petróleo aqui para dentro. Felizmente, isso hoje é possível, porque o Brasil conseguiu atingir a autonomia do petróleo. Se fosse alguns anos atrás, era impossível: o preço do petróleo ao aumentar lá fora aumentaria imediatamente aqui dentro e se espalharia sobre tudo, aumentando todos os preços. Hoje, como temos autonomia de produção de petróleo suficiente praticamente, não inteiramente, por causa dos subprodutos, mas como temos uma autonomia razoável, é possível, sim, não importar totalmente o aumento dos preços do petróleo. Isso já daria um fôlego para reduzir a pressão inflacionária aqui dentro.

No caso dos alimentos, é o contrário: é um pacto para que os produtores de alimento de dentro do Brasil não aumentem os produtos que vão ser vendidos aqui dentro na mesma proporção que eles aumentarão para vender o produto lá fora.

Mais uma vez, não é controle de preço. É um pacto acordado, acertado entre os agentes econômicos. Se lá fora aumenta a soja, não precisa aqui aumentar na mesma proporção. Pode até aumentar, mas não mesma proporção. Que haja um pacto em que o aumento aqui dentro dos produtos não refletirá a totalidade do

aumento dos nossos produtos como *commodities* internacionais.

Agora não basta fazer isso com os produtores. É preciso fazer com que os distribuidores participem desse pacto. É preciso fazer com que os distribuidores aceitem trabalhar numa margem de lucro ainda menor, embora se saiba que eles trabalham com uma taxa de lucro muito pequena. Mas aí pode entrar outro agente no pacto: o Governo dando alguns incentivos, de tal maneira que seja possível não repassar aqui dentro o aumento do preço dos alimentos que vêm de fora.

Esses são os dois primeiros pactos, os pactos para impedir a importação total – talvez tenha alguma parte que ser importada – do aumento dos preços no exterior. O segundo pacto é o tratamento a ser dado à taxa de juros. E aqui há um ponto chave. Eu sempre defendi – e o Senador Paulo Paim foi testemunha, em reuniões dentro do Partido dos Trabalhadores, em que me opus a muitos dos companheiros do Partido – que a taxa de juros tem que ser algo determinado pelo Banco Central, e eu defendo um Banco Central independente. Não podemos deixar que a taxa de juros seja manipulada politicamente.

Mas hoje temos uma inflação que vem de dois lados. Nós temos a inflação de demanda, porque houve um aumento substancial do poder de compra que está demandando produtos, e aí sobe o preço. Mas temos uma inflação que se chama de custos, porque o produtor está tendo aumento dos custos. Quando a inflação é de demanda, aí o aumento da taxa de juros é excelente para controlar a inflação. Aumentam-se os juros, a demanda cai, o comerciante tem que baixar seus preços.

Mas, quando a inflação vem dos custos, o aumento da taxa de juros agrava a inflação em vez de reduzi-la, porque os juros são também um custo de produção.

Então, no que se refere à taxa de juros, o que a gente pode é pedir, com toda independência do Banco Central, que reflitam com mais cuidado até que ponto a manipulação, a determinação, a fixação das taxas básicas de juros que o Banco Central determina terá um efeito positivo ou negativo na inflação.

No momento atual, o aumento da taxa de juros não significa necessariamente menor inflação, porque temos uma inflação de custos. Nós não temos apenas inflação de demanda.

Aí é preciso haver, dentro desse pacto, o escutar de outros agentes produtivos. Só o Banco Central, com toda autonomia que ele deve ter, se não consulta outros agentes, corre o risco de servir para insuflar a inflação em vez de diminuí-la.

Outro ponto onde a gente vai precisar ter um processo de reflexão, que é uma maneira diferente de chamar de pacto, é na taxa de câmbio. Como está, a taxa de câmbio hoje serve de âncora da inflação, porque ela puxa para baixo os preços dos produtos importados.

Peço mais alguns minutos, Sr. Presidente.

Hoje, a taxa de câmbio serve como uma âncora, como serviu no começo do Plano Real: puxa para baixo os preços dos bens importados e força o produtor nacional a abaixar o seu preço. Mas isso gera o que estamos vendo: um déficit na balança comercial. Esse déficit na balança comercial, mais dia, menos dia, vai provocar uma crise de divisas neste País e, quando essa crise vier, vai haver a necessidade de uma desvalorização cambial espontânea, pelo mercado. E aí a gente vai ver fenômeno como o que vimos em janeiro de 1999. Por isso, é preciso que a taxa de câmbio seja administrada com mais cuidado. Ela não pode subir muito, porque gerará inflação, mas também não pode continuar tão baixa, porque gerará uma profunda crise nas reservas, o que terminará provocando desequilíbrio profundo.

É preciso, portanto, que a taxa de câmbio seja objeto de um processo de pacto para que se chegue a uma taxa de câmbio que não insufla a inflação nem adie o estouro da inflação, que é o que acontece. Se você provoca uma desvalorização, você insufla a inflação, mas se você deixa a taxa de câmbio como ela está, cria as condições para que, em alguns anos, ela sofra explosão pela crise cambial que a gente vai viver.

Outro ponto que a gente precisa colocar no pacto é a eleição. A eleição é um vetor que agrava a inflação, porque, num momento de inflação, faz com que aumentem muito os gastos, faz com que aumentem muito as contratações de pessoas – e essas contratações aumentam a demanda, e essa demanda gera uma pressão sobre os preços – e, além disso, assusta os governantes quando se trata de tomar medidas impopulares.

Não há como controlar a inflação com medidas populares: temos que ter um pacto, de tal maneira que é preciso que nós, que disputamos eleição, assumamos que, se as medidas a serem tomadas serão fruto de um pacto de todas as forças, ninguém vai poder usá-las politicamente.

Finalmente, Sr. Presidente, o último ponto, o que eu considero o mais grave: os gastos públicos. Nós temos, sim, como parte do processo inflacionário, o aumento dos gastos no País.

Ontem eu votei aqui algo que aumenta os gastos: o piso salarial aumenta os gastos, assim como a contratação de 31 mil professores e funcionários

aumenta os gastos. Eu votei a favor dessas medidas. Por isso, a gente tem que descobrir de onde tirar esse dinheiro. A gente tem que descobrir como fazer esses gastos acontecerem sem que o conjunto dos gastos brasileiros aumente. Isso, porque o aumento de gastos públicos é a principal causa do processo inflacionário. E aí entra mais uma vez a idéia do pacto: onde é que vamos cortar os gastos públicos?

Precisamos cortar os gastos públicos para, entre outras coisas, aumentá-los em determinados casos, como para aumentar a Bolsa-Família, que é uma necessidade – claro, porque essas pessoas precisam comer –, como o aumento do salário mínimo, que a gente vai precisar fazer, porque ele contempla uma população que precisa comer. Onde é que a gente pode cortar?

E aí temos que trabalhar nos três níveis: no Poder Legislativo, no Poder Judiciário e no Poder Executivo. Como é que esses três níveis de governo vão poder colaborar na redução dos gastos?

Sr. Presidente, vim aqui para comemorar o piso salarial dos professores e, ao mesmo tempo, para falar sobre como evitar essa inimiga ferrenha do piso salarial que é a inflação, que comerá, em poucos meses, tudo aquilo que for dado de aumento.

Trouxe uma proposta, uma proposta ampla e genérica, para ser debatida, discutida em seus detalhes: a idéia de um pacto nacional pela estabilidade monetária que faça com que ninguém aja como se fosse de um partido ou como se fosse candidato, mas como se fossem patriotas em busca de manter o poder de compra da nossa moeda.

Deixo isso aqui, Sr. Presidente, na tentativa de provocar esta Casa, para que alguns subam aqui e digam que tudo isso está errado, que o caminho é outro, que basta aumentar a taxa de juros ou, como já ouvi dizerem alguns, que basta baixar a taxa de juros. Mas eu insisto: não há nenhuma saída simples do ponto de vista da economia; a saída virá de uma reflexão profunda e do ponto de encontro dos agentes políticos, desde que tenham o objetivo claro de manter a estabilidade monetária como compromisso da nação brasileira. Esse é o debate que gostaria de propor. E para fazer isso, é preciso que aqui apareçam pré-candidatos à Presidência para dizerem o que fariam e o que farão se, um dia, estiverem no Poder Executivo da República brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço o tempo que me foi concedido.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque por seu oportuno pronunciamento sobre a preocupação de todos os brasileiros com a volta da inflação, que é o CA da economia brasileira e de qualquer economia do mundo. Tenho certeza de que vamos conseguir domar esse monstro, que é a inflação, e colocar o Brasil, sobretudo os Estados produtivos, em condições de produzir muito mais para a agricultura e para a pecuária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 5 de novembro do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos. S. Ex^a nos honra, mais uma vez, com o seu pronunciamento nesta Casa.

Após o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, terá a palavra, pela ordem, o brilhante Senador da República Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Srs. Senadores, eu gostaria de tratar de um assunto bastante técnico que surgiu hoje em um artigo de César Benjamin, editor da Editora Contraponto, doutor **honoris causa** da Universidade Bicentenária de Aragua, na Venezuela, autor do **Bom Combate**, pela Contraponto, e colunista do Caderno Dinheiro da **Folha**, mas que, desta vez, publicou artigo que teve chamada de primeira página na **Folha de S Paulo**, artigo este denominado “Tenebrosas transações”.

Vou salientar alguns pontos desse artigo:

O Banco Central (BC) vem realizando operações heterodoxas e desnecessárias que resultam em prejuízos reiterados de bilhões de reais repassados ao Tesouro Nacional. É o chamado “**swap**” cambial. A tecnicidade dos procedimentos e a blindagem nos meios de comunicação têm garantido a impunidade.

Economistas e jornalistas, implacáveis com qualquer aumento nos gastos públicos, ignoram a suspeitíssima sangria.

Na linguagem do sistema financeiro, agentes privados fazem uma operação de “**swap**” quando trocam ativos com diferentes rentabilidades e prazos de vencimento. Problema deles. O “swap” cambial é uma aposta nas variações das taxas de câmbio e de juros:

ganha quem acerta no comportamento futuro dessas duas variáveis.

É uma operação puramente especulativa: um lado ganha exatamente o que o outro perde. No Brasil, porém – e só no Brasil –, quem oferece o negócio é o BC. É, pois, problema nosso. Estranha operação. Pois o próprio BC, numa ponta, fixa a taxa básica de juros; na outra, como gestor das reservas cambiais, interfere decisivamente na taxa de câmbio. É como se, em um jogo qualquer, um dos times pudesse escalar também o juiz. Os especuladores aceitam uma aposta contra um adversário que controla as regras do jogo. Incrivelmente, ganham!

Essas operações foram introduzidas por Armínio Fraga, então Presidente do Banco Central, em pleno curso da campanha em 2002. Com a crescente possibilidade de vitória de Lula, temia-se uma corrida para o dólar.

Fraga decidiu inaugurar uma operação heterodoxa em que o Banco Central arbitraria suas perdas, garantindo aos especuladores o reembolso de prejuízos com a desvalorização do real, de modo a induzi-los a permanecer na moeda nacional. Lançou operações de “**swap**” em que o Banco Central ganharia se houvesse valorização do real, cabendo aos especuladores a posição oposta.

Quando a pressão dos credores internos paralisou o refinanciamento da dívida pública a partir de maio daquele ano, a cotação do dólar disparou, como se previa, subindo de R\$2,50 em abril para R\$3,63 em novembro. Quem tinha contratos de “**swap**” cambial ganhou com essa diferença, dando um prejuízo de R\$10,9 bilhões ao Banco Central.

Nos dois primeiros meses do governo Lula [segundo César Benjamin], o prejuízo com essas operações foi de 4,6 bilhões. Porém, as condições mudaram. A rápida recuperação da balança comercial e dos saldos externos induziu à valorização do real. Como os contratos de “**swap**” cambial haviam sido estabelecidos no regime anterior, quando o real se desvalorizava, os especuladores começaram a perder.

Já sob o comando de Henrique Merelles, o Banco Central alterou gentilmente as condições dos contratos, oferecendo o chamado “**swap**” reverso. O Banco Central e os especuladores trocaram de posição, e o Banco Central começou a perder. Estamos diante

do único caso, no mundo [disse César Benjamin], em que um banco central aposta contra a sua própria moeda.

Operações de “**swap**” realizadas por bancos centrais são uma heterodoxia brasileira. Já não existem mais, há muito tempo, os motivos alegados por Fraga para justificar a invenção, mas ela continua a existir e a fazer milionários. Em 2006 e 2007, nessas operações, o Banco Central repassou aos especuladores R\$14,3 bilhões. De janeiro a maio de 2008, já havia entregue mais R\$4 bilhões. As perdas são crescentes, pois as taxas de juros voltaram a subir, e o real continua a se valorizar.

Na contabilidade do Banco Central, esses resultados têm sido escondidos no meio de números que tratam da contração ou expansão da base monetária, de um modo que ninguém consegue entendê-los.

A política atual do Banco Central só aumenta essas doações. Com o pretexto, agora, de conter a inflação. O papel dos juros no controle da inflação é controverso, para dizer o menos. E a valorização continuada do real, como todos sabem, é o suicídio do país em médio prazo. Quem ganha, com certeza, são os apostadores no “**swap**”.

[Segundo César Benjamim], o Banco Central propõe uma aposta viciada, em que ele mesmo pode manipular as variáveis decisivas.

Os especuladores aceitam. E o Banco Central perde a aposta! Joga porque quer – pois isso nada tem a ver com política monetária – e perde porque quer.

O prejuízo – cerca de R\$18 bilhões em pouco mais de dois anos – é repassado ao Tesouro Nacional.

Nos jornais, sob aplausos dos defensores da responsabilidade fiscal, os dirigentes do Banco Central criticam o aumento dos gastos públicos e solicitam um superávit primário maior. Precisam de mais recursos, retirados da sociedade, para cobrir as bondades que fazem à turma da especulação.”

[E conclui César Benjamin que] se diretores de bancos centrais dos Estados Unidos ou da Europa, formalmente independentes, agissem assim, sairiam algemados dos seus escritórios, no mínimo, por gestão temerária. Aqui, provavelmente nada acontecerá.

Sabíamos, há muito tempo, que o Banco Central brasileiro está acima dos Poderes

da República. Agora sabemos que também está acima da lei. O Ministério Público deveria agir.

Sr. Presidente, avaliei que, diante desse artigo, seria importante solicitar esclarecimento do Banco Central.

Hoje, pela manhã, como o Senador Flávio Arns, acompanhado de inúmeros Parlamentares, Deputados Federais do Paraná, tinha um encontro com o Presidente Henrique Meirelles sobre o Bamerindus – há mais de dez anos, eu já havia colaborado com os acionistas minoritários do Bamerindus, para que tivessem seus direitos assegurados – e como essa reunião daria continuidade a esse diálogo, eu, então, estive lá e conversei brevemente com os representantes dos acionistas minoritários. Felizmente, acho que é possível que haja solução, porque a direção do Banco Central está em entendimento para realizá-la.

Dada a relevância desse assunto, eu disse ao Presidente Henrique Meirelles que seria próprio que pudéssemos esclarecer o assunto, e a direção do Banco Central encaminhou-me nota sobre os contratos de “swap” do Banco Central, que avalio como muito relevante. Eu pediria a tolerância de V. Ex^a e a do Senador Paulo Paim para que eu possa ler esse esclarecimento da direção do Banco Central, pois, como V. Ex^a pôde perceber, trata-se de um assunto muito complexo, e nem todas as pessoas que não estejam familiarizadas com o mercado brasileiro compreendem exatamente o que são esses contratos de **swap** e de **swap** reverso, que estariam, ou não, causando preocupação.

Então, eis os esclarecimentos do Banco Central.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Eu pediria a V. Ex^a a gentileza de me conceder tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Com certeza, V. Ex^a terá tempo suficiente para ler o expediente encaminhado pelo Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Nota da direção do Banco Central:

As operações de compra de dólares no mercado futuro (apelidadas pelo mercado como **swap** cambial reverso), assim como outras ações para aumentar a resistência do Brasil às crises internacionais, ajudaram o país a reduzir a sua vulnerabilidade externa. Dependendo das condições do mercado, o Banco Central compra dólares no mercado à vista

para formação das reservas internacionais ou no mercado futuro. Estas operações devem ser incluídas e analisadas no âmbito da política de Governo para tomar a posição financeira do Estado estruturalmente mais forte...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

...diante de possíveis cenários de deterioração do meio ambiente internacional. A ação do Banco Central é totalmente transparente, tendo sido autorizada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.939, de 26/3/2002, e as operações são contratadas por meio de leilão público, no mesmo sistema utilizado pelo Tesouro Nacional em seus leilões de títulos da dívida mobiliária interna.

O processo que antecedeu a emissão de swaps contou com intensa discussão interna, envolvendo as áreas técnica e jurídica, e externa, inclusive com o Tribunal de Contas da União (TCU), que tomou conhecimento da linha de ação pretendida pelo Banco Central antes mesmo que os instrumentos fossem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Tribunal de Contas da União conduziu, de 2003 a 2007, extensa auditoria dessas operações, concluindo por sua absoluta correção.

De 2002 a 2004, período de forte demanda por dólares, o Banco Central atuava como comprador desses contratos (o equivalente a vender dólar no futuro). Era um período de fraqueza do Real e de forte demanda por dólares e, portanto, o Banco Central vendeu reservas no mercado à vista e no mercado futuro. A partir de 2005, com a estratégia de acelerar a redução da exposição cambial do país, o Banco Central passou a fazer essas operações, que são o equivalente a comprar dólares para entrega futura. Quando promove leilões no mercado à vista, o Banco Central adquire dólares com disponibilidade imediata. Quando promove leilões de swaps cambiais reversos, o Banco Central adquire o direito de receber montantes equivalentes à determinada quantidade de dólares para entrega futura. Em ambos os casos, o Banco Central não estaria apostando contra o real, e sim trabalhando para aumentar a resistência da economia a choques externos.

Em 2002, em conjuntura econômica absolutamente distinta da atual, o Banco Central chegou a ficar passivo em câmbio nas operações de swaps em valor superior a US\$26 bilhões, o que representava quase 70% das reservas internacionais. Naquela situação, qualquer desvalorização do câmbio implicava aumento da dívida pública e gerava incertezas sobre a solvência do País. Hoje, a situação é inversa, e o Banco Central está ativo em câmbio em cerca de US\$23 bilhões, o que representa pouco mais das 11% das reservas internacionais. Além disso, uma eventual desvalorização do câmbio, no novo contexto, ajuda a reduzir a dívida pública e não a aumentar. Ou seja, esta política permite que dúvidas sobre a solvência do país sejam reduzidas e não elevadas como era comum até passado recente.

Vou precisar de mais quatro minutos, Sr. Presidente.

O custo das operações de swap cambial reverso – basicamente o diferencial entre os juros interno e externo – é equivalente ao das compras de dólares feitas no mercado à vista para as reservas internacionais. Ambas as formas de atuação do Banco Central têm benefícios, que podem ser exemplificados com a recente obtenção do grau de investimento por duas das mais importantes agências de classificação de risco (Standard&Poors e Fitch). A melhora na avaliação de risco, entre outros fatores positivos, reduz os custos de captação de recursos no exterior tanto para o setor público quanto para o setor privado, beneficiando todos os segmentos da economia.

O Banco Central não impõe pisos ou limites no câmbio. Sua atuação se pauta exclusivamente por condições de mercado, buscando não influenciar as taxas, e busca, unicamente, reduzir vulnerabilidades externas. Em relação à taxa de juros, o Banco Central apenas controla a liquidez bancária, de forma que a taxa de curtíssimo prazo, a taxa Selic, fique em torno da meta estabelecida pelo Copom. Portanto, o Banco Central somente exerce controle direto sobre a taxa de juros de curtíssimo prazo (overnight); as taxas para os demais prazos não são controladas.

As atuações do Banco Central no mercado de câmbio (e de juros) não buscam lucros ou prejuízos. Ainda assim, a aferição dos

resultados financeiros das intervenções do Banco Central no mercado de derivativos varia conforme o horizonte de tempo considerado. O Banco Central obteve resultado positivo nestas mesmas operações de swap cambial por três anos consecutivos (2003, 2004 e 2005). O resultado acumulado desde a criação do instrumento em 2002 só passou a ser negativo no final do ano passado (2007), tendo sido positivo, por exemplo, nos meses de janeiro e março do corrente ano. O resultado pode inverter-se novamente, conforme o desenrolar do cenário econômico.

A posição do Banco Central nesses contratos é explicitada nas notas para a imprensa sobre dívida mobiliária interna e sobre política fiscal. A mesma transparência é igualmente franqueada nas demonstrações financeiras do Banco Central. Todas as informações podem ser obtidas na página do Banco Central na Internet e também no sítio da Bolsa de Mercadorias & Futuros, BM&F. Ademais, em cumprimento ao disposto no art. 2º da mencionada Resolução 2.939, o Banco Central informa trimestralmente ao Conselho Monetário Nacional suas posições líquidas em aberto nesses contratos.

É importante salientar que além de terem sido autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, as operações foram analisadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Além disso, não procede a informação de que apenas o Banco Central do Brasil atuaria no mercado de derivativos de câmbio. Outros bancos centrais, como, por exemplo, o do México, também fazem ou fizeram uso de instrumentos derivativos nos momentos em que isso foi julgado apropriado.

Sr. Presidente, considero importante que o Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, tenha encaminhado esses esclarecimentos, porque tenho o maior respeito por César Benjamim. Havia, já, o jornalista José Carlos de Assis chamado a atenção para esse assunto, que, inclusive, foi objeto de notícias no **Monitor Mercantil** de São Paulo, em 4-6-2008, quando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Mais um minuto, Senador Suplicy, para concluir. O Senador Paulo Paim vai falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (...) quando o Diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas havia chamado atenção para esses fatos que saíram no **Monitor Mercantil**.

Como se trata de assunto de grande complexidade, acredito que, por ocasião do próximo comparecimento do Presidente Henrique Meirelles à Comissão de Assuntos Econômicos – e ele tem vindo trimestralmente à nossa Comissão –, certamente, ele terá a oportunidade, pessoalmente, de esclarecer ainda melhor esse assunto. Mas quero dizer que, de pronto, ele determinou à direção do Banco Central que encaminhasse esses esclarecimentos. Dada a complexidade desse assunto, certamente, vamos solicitar, ainda, esclarecimentos com maiores detalhes.

Pude perceber a boa-fé do Presidente Henrique Meirelles ao, de pronto, se colocar à disposição para esclarecer, inteiramente, essas operações de *swap* e de *swap* reverso, que estão sendo consideradas adequadas, inclusive pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MG) – Cumprimento o Senador Eduardo Suplicy pela oportuna fala na tarde de hoje nesta Casa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador do Estado do Rio Grande do Sul, valoroso Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comentar, hoje, uma campanha internacional chamada Campanha por um Trabalho Decente.

Sr. Presidente, nós falamos muito sobre trabalho escravo no Brasil e que temos de aprofundar cada vez mais esse debate. Hoje, quero falar sobre essa questão que julgo fundamental na linha da decência e da solidariedade entre os seres humanos.

A Organização Internacional do Trabalho define as quatro formas mais comuns de se cercear a liberdade do trabalhador: servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença, na área, de guardas armados. Essas características são frequentemente acompanhadas de condições subumanas de vida e de trabalho, e de absoluto desrespeito à dignidade de uma pessoa.

O Código Penal Brasileiro estabelece, em seu art. 149, “pena de dois a oito anos de reclusão e multa para quem reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer

meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Senador Eduardo Suplicy, a luta que vem sendo travada, hoje, contra o trabalho escravo está diretamente ligada à campanha internacional pelo Trabalho Decente.

A agenda do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho conceitua trabalho decente como “trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade, segurança e capaz de garantir uma vida digna” a cada cidadão.

Sr. Presidente, ao olhar um pouco para as condições de trabalho dos canavieiros no Brasil, o Ministério do Trabalho revela que 50% dos casos de trabalho escravo, em 2007, foram na área da cana. De acordo com o Ministério do Trabalho, o Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste, que aconteceu no final de 2005, demonstrou que, entre o trabalhador assalariado, morador da usina, “fichado”, isto é, com carteira do trabalho assinada, contrato de trabalho por prazo indeterminado, com direitos trabalhistas e previdenciários, e o trabalho forçado, em condições análogas ao escravo, sem nenhum direito, existem vários outros tipos de trabalhadores nos canaviais nordestinos. Grande parte deles são chamados “clandestinos” (sem carteira de trabalho), trabalhadores moradores de localidades próximas ou distantes, arregimentados por intermediários, os chamados “gatos”, ou até firmas empreiteiras, que mantêm com eles relações informais de trabalho; há também os safristas, que têm contratos direto com as usinas, mas de curta duração.

Em todo o Brasil, nós temos duas formas de pagamentos para os trabalhadores canavieiros: uma delas é baseada no tempo (diária), e a outra leva em conta a produção. No corte de cana, a forma de pagamento é baseada na produção, isto é, o pagamento é relacionado à quantidade de cana fornecida por cada trabalhador e depende do seu esforço. Dá para imaginar os conflitos que isso gera entre trabalhador e empregador, pois a forma de se medir a quantidade de cana cortada é um ponto central nesse sistema.

Assim, como não há transparência na apuração da produção do trabalhador, o sistema possibilita que aconteçam fraudes, porque não há uma forma exata de quantificar a tarefa.

As convenções coletivas de trabalho contêm tabelas, mais ou menos detalhadas, com os valores pagos pelo corte de vários tipos de cana, que pode ser pelo comprimento (braças cortadas), por área cortada (cubos), por toneladas ou por feixes (no caso da cana

amarrada). Contêm também especificações sobre as unidades de medição de comprimento e de área, os instrumentos de medição e as definições de várias tarefas como, por exemplo, o número de “carreiras” e a distância entre as mesmas.

Apesar dessas tabelas, Senador Suplicy, acontecem muitas irregularidades, que me chegam como denúncia à Comissão de Direitos Humanos, que provocam grandes perdas salariais e muito acidente no trabalho, como perda de mão, de braço, de perna e até mesmo da vida.

Vários trabalhadores já declararam que “normalmente ganham metade do que cortam”. Se considerarmos que o trabalho é pago por produção e o salário é baixo, os trabalhadores se esforçam ao máximo durante as jornadas, trabalhando sem parar, o que leva a um aumento maior de acidente nessa área – refiro-me ao setor de corte de cana. Sob diversas formas, Sr. Presidente, os empregadores pressionam os empregados na produção e controlam a produtividade deles, usando estratégias como a ampliação das tarefas exigidas aos trabalhadores canavieiros, o rigor no acompanhamento do desempenho dos trabalhadores, a seleção dos mais produtivos, a não-contratação de mulheres, a não-contratação de idosos, e assim por diante.

A disciplina e a subserviência são supervalorizados e, infelizmente, esses trabalhadores ainda não alcançaram um sistema forte de organização, não sendo, assim, uma ameaça aos usineiros. E, por isso mesmo, não poderiam ser tratados de forma desumana. Repito: não são todos, mas infelizmente acontece muito, e por isso teremos mais uma audiência pública para discutirmos a situação dos trabalhadores nos canaviais.

Sr. Presidente, infelizmente, o sistema de trabalho escravo empregado na atividade canavieira perdura no decorrer da sua própria história, desde a sua implantação. E para subjugar os trabalhadores muitas vezes é usada a própria violência. E isso faz com que a gente se recorde do tempo da escravidão.

As condições dos alojamentos e a retenção das carteiras de trabalho são irregularidades facilmente encontradas.

Em alguns lugares, Sr. Presidente, as condições são absolutamente precárias: quartos superlotados, escuros, sem janela, sem armários ou lençóis e em péssimas condições de higiene, banheiros sujos, quebrados, cozinhas improvisadas a céu aberto, comida preparada em panelas no chão. Os trabalhadores reclamam da comida, sendo que alguns afirmam encontrar moscas, larvas e até rãs na marmita, sem falar da falta de higiene quanto aos sanitários.

Na lavoura, os equipamentos são velhos, os ônibus quebrados, os caminhões inadequados para o transporte. E, ao final de cada jornada, ninguém sabe quando irá receber ou como vai se deslocar do canavial para o tal de alojamento.

Os canavieiros reclamam, Sr. Presidente, de câimbras, dores no corpo, nos braços e nas pernas, que são constantes.

Em 2006, a Comissão Pastoral da Terra lançou um documentário chamado “Tabuleiro de Cana, Xadrez de Cativo”. Esse documentário foi feito para promover a denúncia do aliciamento das condições degradantes de trabalho e da escravidão nas usinas de açúcar e álcool. Foram realizadas, Sr. Presidente, 25 horas de depoimento dos canavieiros superexplorados.

Vou dar aqui o exemplo de dois depoimentos, em que fica clara a relação entre a exigência pela produção e as doenças causadas. Um deles disse: “Sinto muita dormência nos braços sempre que consigo atingir a produção de 14 toneladas de cana por dia”. Quatorze toneladas de cana por dia! O outro afirmou que: “Após 22 toneladas de cana por dia, desmaiei e fui para o hospital, onde passei o dia todo tomando soro para me recuperar”.

Os acidentes de trabalho, como comentava antes, Sr. Presidente, são freqüentes. Os facões atingem mãos, dedos e pernas. Quedas e torções são constantes. Picadas de cobra e acidentes nos olhos também.

Dados da Comissão Pastoral da Terra Nordeste informa que “no dia 28 de março, José Pereira Martins, de 58 anos, morreu de infarto após o trabalho no corte da cana, na cidade de Guariba. Ele havia migrado do Município de Araçuaí, em Minas Gerais. Dia 24 de abril, Lourenço Paulino de Souza, de 20 anos, que migrara do Tocantins, foi também encontrado morto em uma usina, em Barretos”.

E eles citam outros exemplos.

Só nos últimos cinco anos, segundo dados do Ministério do Trabalho, 1.383 trabalhadores morreram na lavoura de cana e muitos deles, fatigados, tombaram em pleno canavial.

Os dados revelados, Senador Suplicy, sobre a realidade vivida por cerca de um milhão de trabalhadores rurais dedicados à cana-de-açúcar são assustadores.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna na tarde desta quinta-feira fazer este pronunciamento.

Na verdade, o tempo parou para esses trabalhadores, pois continuam submetidos às mesmas condições de trabalho do século XVII, quando ainda estávamos sob a égide da escravidão.

Apesar do horizonte promissor do etanol, é preciso descortinar a situação dos canavieiros, resgatando-lhes a dignidade e os mais elementares direitos humanos e sociais.

Em vista disso, no ano passado, realizei audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para tratar da situação dos canavieiros. E foi com a intenção de melhorar a condição de vida desses nossos trabalhadores, desses homens e mulheres, que propus, no Projeto de Lei nº 226, de 2007, fixar a jornada de trabalho do trabalhador rural, que executa o corte de cana-de-açúcar, no máximo, em 40 horas semanais, para que ele possa ter pelo menos 48 horas de descanso para se recuperar minimamente da fadiga a que está submetido.

Consideramos também como atividade penosa o corte manual da cana-de-açúcar, estabelecendo que o trabalhador rural fará jus ao adicional de 20% sobre o salário em observância no art. 7º, inciso XXIII, da nossa Constituição Federal. Ou seja, ele tem que ganhar o adicional. Se não quiserem que ele ganhe o adicional, nem insalubridade, nem periculosidade, então que ajustem preço melhor e não permitam que ele tenha uma carga horária excessiva. Por isso, quero regular a jornada de trabalho, sem a redução do salário médio que ele faz jus.

O projeto estabelece, ainda, que é presumida como penosa, insalubre e perigosa para fins de aposentadoria especial a atividade do corte da cana-de-açúcar pelo trabalhador rural, assegurando-lhe assim aposentadoria especial aos 25 anos de serviço contínuos ou intermitentes.

Sr. Presidente, quem trabalha no subsolo de minas se aposenta com 15 anos; quem trabalha no corte direto da cana é mais do que justo que tenha direito de se aposentar pelo menos com 25 anos nessa atividade.

Por fim, instituímos que será obrigatória a contratação do seguro de vida em grupo para os trabalhadores rurais que executam o corte de cana-de-açúcar, nos termos fixados em regulamento, além de assegurar-lhes o direito da participação nos lucros, fixada em, pelo menos, um piso salarial da categoria, cujo pagamento será disciplinado nos termos do acordo convenção coletiva.

Com esse projeto, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos fazer justiça a esses trabalhadores. Queremos dar a eles condições de vida mais dignas.

Compete a nós, mediante as proposições, melhorar a vida da nossa gente. Contamos com o apoio de todos nesse sentido!

Aliás, Sr. Presidente, esta foi a primeira vez que abusos de direitos humanos, no setor de cana-de-açúcar, foram registrados no Relatório Anual da Anistia Internacional 2008, que é baseado nos dados referentes a 2007. O texto do relatório diz: “Trabalho forçado e condições de trabalho exploradoras foram registrados em muitos Estados, inclusive no setor de cana-de-açúcar, que cresce rapidamente”.

Sei que o Governo está empenhado em resolver o problema do trabalho escravo. As deliberações do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo incluem melhorias nas estruturas administrativas de fiscalização móvel, de ação policial, do Ministério Público Federal e do Trabalho. Ações que promovam a cidadania e combatam a impunidade, que aumentem o nível de consciência, de capacitação e de sensibilização às alterações legislativas.

A Polícia Rodoviária Federal, Sr. Presidente, tem contribuído também no combate ao trabalho escravo, fiscalizando os transportes dos trabalhadores por meio de Certidão Liberatória emitida pela DRT.

Ações da DRT tem provocado melhorias, reconhecimento, nas forças de trabalho. A Cartilha do Trabalhador Rural, publicada pelo INSS, que foi uma grande conquista dos trabalhadores, tem colaborado também nesse sentido, tentando mudar o cenário da vida dos canavieiros, garantindo seus direitos, mas a demanda é muito grande, e por isso não há pessoal suficiente para dar conta dela.

Quero aqui cumprimentar o grupo Móvel também do Ministério do Trabalho, cumprimentar o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que tem feito um esforço enorme. Recentemente, em entrevista, o Ministro Lupi diz que o trabalho escravo brasileiro existe, mas que o Brasil está lutando contra essa prática. Ele foi bastante claro ao dizer:

Os problemas existem em uma quantidade ainda grande. Mas não somos como os americanos ou outros países que se recusam a debater o assunto. Nos últimos anos, libertamos mais de 28 mil trabalhadores e intensificaremos nossos trabalhos nessa área.

Inclusive no Relatório Anual da Anistia Internacional 2008, que citei há pouco, consta, do resgate feito pelo Ministério do Trabalho no ano passado, a retirada de 288 trabalhadores, Senador Suplicy, somente de seis plantações de cana-de-açúcar ali em São Paulo.

Também foram resgatados 409 trabalhadores de uma destilaria de etanol no Mato Grosso do Sul, e houve a libertação de mais de mil trabalhadores, em

condições análogas às de escravidão, em uma plantação no Pará.

O próprio Presidente Lula estuda a viabilidade de se fazer um contrato de trabalho com os empresários do setor do álcool e do açúcar, para que as condições de trabalho dos cortadores de cana sejam melhoradas. Ou seja, essa é uma exigência da Presidência da República, para que sejam melhoradas, efetivamente, as condições de trabalho dos canavieiros.

As palavras da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Nordeste, Sr^{as} e Srs. Senadores, devem servir de alerta e de motivação para seguirmos firmes no combate ao trabalho escravo. Em 2006, a CPT disse:

São 118 anos, desde a abolição, em que não se conseguiu acabar com a escravidão no Brasil.

Agora, sem grilhões, sob o manto da legalidade e do direito à propriedade, do lucro, há uma escravidão que vitima diariamente milhares de trabalhadores alagoanos, pernambucanos, baianos, todos brasileiros, uma escravidão que não tem endereço fixo, que visita as pontes de rua, onde o desemprego e a falta de oportunidades se transformam em casos correntes.

Nos tabuleiros da cana, há uma escravidão que vem da necessidade da sobrevivência, um cativeiro que destrói famílias, afugenta sonhos e leva para longe qualquer esperança de uma vida digna.

Retira-se, Sr. Presidente, o direito de as crianças estudarem, ficarem com os pais, sonharem com uma vida digna para todos.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer essa leitura, porque as denúncias que me estão chegando – não quero aqui generalizar – são muito graves em matéria de trabalho escravo ou análogo nos canaviais. Nós, que estamos trabalhando tanto, pleiteando para que combustíveis alternativos, como o etanol e álcool, sejam viáveis, temos de, cada vez mais, estruturar o Ministério do Trabalho. Sei do esforço do nosso Governo, nós já avançamos, mas temos de avançar mais.

Senador Eduardo Suplicy, concluo com uma reflexão que sei terá seu endosso: onde houver um único homem, uma única mulher, não importa a idade, o credo, a religião, a orientação sexual, que estiver sendo explorado, que esteja sendo tratado de forma desumana, é nossa obrigação cobrar, cobrar e cobrar, até que possamos um dia ver um horizonte em que brasileiros e brasileiras sejam tratados com humanidade, com solidariedade, em que a todos seja asse-

gurado o direito de viver, de envelhecer e de morrer com dignidade.

Era isso que eu queria dizer, Senador Eduardo Suplicy.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, caro Senador Paulo Paim, por esse pronunciamento. V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem dado um exemplo notável. Ainda hoje, pela manhã e durante a tarde, V. Ex^a conduziu a Comissão. Quero até justificar que hoje precisei estar na Comissão Mista de Orçamento; depois, no Banco Central; depois, na Comissão de Relações Exteriores. E, na parte da tarde, fiz uma visita ao Sargento Lacy de Araújo, em companhia da ex-Senadora Heloísa Helena, dos Senadores Serys Slhessarenko e José Nery. Fomos até lá, em nome da Comissão que V. Ex^a preside e também em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Constatamos que, no Hospital das Forças Armadas, ele estava em condição melhor de saúde, de tranquilidade. Disse que a alimentação ali estava mais adequada, que ele ali estava podendo repousar melhor, ainda que preso em condição difícil. Solicitamos o direito de ter a caneta e o papel para poder escrever seus poemas e seus escritos, o que estamos solicitando ao General Salvador, comandante do Exército no Planalto.

Quero cumprimentá-lo, porque V. Ex^a nos traz aqui um assunto da maior relevância que, inclusive, afeta muitos trabalhadores no Estado de São Paulo. Ainda nesta semana, telefonaram-me de noite, de Paraguaçu Paulista, onde centenas de trabalhadores estavam diante da usina onde trabalham, reivindicando melhores direitos e condições de trabalho e mostrando as enormes dificuldades que, às vezes, enfrentam. Mas, também em todo o Nordeste, os trabalhadores da cana-de-açúcar têm tido enormes dificuldades.

Então, o projeto de lei que V. Ex^a apresenta constitui uma luz importante. Na Comissão de Direitos Humanos, na de Assuntos Sociais e na de Assuntos Econômicos, procuraremos aperfeiçoar, mas da maneira como V. Ex^a concluiu.

Estou indo agora para Fortaleza. Amanhã, estarei na inauguração do Banco Solidário, promovida pela Pre-

feita de Liziane Lins, do PT, em Fortaleza, juntamente com João Joaquim, do Banco Palmas, que irei visitar, à tarde, no bairro Palmares. Em ambos os lugares, farei uma exposição. À noite, a convite do Secretário de Finanças, vou concluir a exposição que vai promover o prêmio da Secretaria de Finanças a todos aqueles que realizarem estudos importantes sobre como haver participação nas finanças de cada Município.

Fui convidado para falar sobre a renda básica de cidadania, que se relaciona ao tema que V. Ex^a traz. E por que razão, Senador Paulo Paim? Deveria haver uma renda básica incondicional para toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Uma pessoa pode estar diante de eventual e única oportunidade de trabalho que lhe seja oferecida, que porventura coloque sua vida ou sua saúde em risco, que possa ser humilhante, que possa significar, por exemplo, condições rudes no cultivo e no corte da cana-de-açúcar, que possa, às vezes, significar até que uma moça ou uma menina tenha de vender seu corpo ou que um rapaz tenha de se tornar “aviãozinho” ou “falcão” de uma quadrilha de narcotraficantes. Mas, se porventura fosse assegurada a essa pessoa – a ela e a todos de sua família – uma renda básica de cidadania, ela, naturalmente, poderia dizer: “Olha, se for para aceitar a situação nessas condições, prefiro dizer “não”. Graças à renda básica, terei maior condição de liberdade de barganha e poderei utilizar meu tempo para estudar até o momento em que encontrar uma profissão que signifique algo mais de acordo com minha vocação”.

É exatamente por essa razão, caro irmão aqui no Senado, Senador Paulo Paim, que acredito tanto nessa proposta. E a transmitirei àqueles que, inclusive, são candidatos a prefeitos e prefeitas em cada Município brasileiro. Assim como os programas de renda mínima associados à educação, como o Bolsa-Escola, tiveram início localmente, nos Municípios, agora proponho que os programas de renda básica de cidadania sejam iniciados, seja em Canoas, em Porto Alegre, em Fortaleza, em Teresina – onde vou estar no dia 18 – ou em Paranapiacaba, que vai iniciar uma experiência muito significativa nessa direção.

Meus cumprimentos, portanto, a V. Ex^a, pela determinação com que tem defendido os trabalhadores brasileiros e a extinção de condições de trabalho escravo ou semi-escravo no Brasil!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex^a. Também sou fã da sua proposta da renda básica de cidadania. V. Ex^a é um símbolo da luta pelos direitos humanos. Com isso,

expresso todo o carinho que tenho pela sua história, pelo seu trabalho, pela forma como V. Ex^a se dedica a esse tema. V. Ex^a atravessa não apenas o Brasil, mas outros países do mundo, defendendo essa proposta, que é uma proposta de redistribuição de renda, que vai permitir a todos viver com dignidade.

Por isso, meus cumprimentos. Aceite-os, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Não pude acompanhá-lo, pois estava presidindo uma audiência pública sobre as condições desumanas de trabalho dos oficiais de Justiça, denúncia da maior da gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu estava lá e não pude atender o convite de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas sei que, nessa reunião na minha Comissão, estava representando V. Ex^a o Senador José Nery e outros Senadores. E V. Ex^a me representava muito bem nessa grande missão que empreenderam hoje à tarde. Por isso, mais uma vez, meus aplausos a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores João Tenório, Mário Couto, Flexa Ribeiro e Geovani Borges enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Planalto vê potencial explosivo”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 06 de junho de 2008.

A matéria destaca que auxiliares do Presidente Lula avaliam que denúncias do caso Varig podem provocar uma crise maior que a dos cartões corporativos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Planalto vê potencial explosivo

Auxiliares de Lula avaliam que denúncias do caso Varig podem provocar crise maior que a dos cartões corporativos

Vera Rosa
Tânia Montello
BRASÍLIA

O governo avalia que as denúncias sobre a venda da Varig feitas pela ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, têm potencial para provocar uma crise maior do que o escândalo do dossiê preparado na Casa Civil com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar das declarações de ministros que tentam jogar água na fervera, o clima no Palácio do Planalto é de preocupação.

Todo o esforço do governo é para blindar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – a favorita do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva para sua própria sucessão, em 2010 –, que, mais uma vez, está na linha de tiro. Depois de conseguir escapar ilesa da CPI dos Cartões Corporativos, enterrada pelo Congresso, Dilma agora se prepara para a batalha com Denise Abreu. O Planalto procura caminhar a ex-diretora da Anac como “ressentida” e evitar que as acusações atinjam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de apontar a metralhadora para Dilma, Denise provocou a ira de Lula, ao afirmar que o advogado Roberto Teixeira pressionou os diretores da Anac para aprovar a venda da VarigLog ao fundo americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros. Teixeira é amigo e

compadre de Lula. Sempre que é citado como homem que faz tráfico de influência, o presidente demonstra profunda contrariedade.

“Não podemos acusar quem entra no Palácio de estar fazendo tráfico de influência”, rebateu o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. “Denúncia de ressentido tem excesso de passionalidade”, emendou o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, numa referência à tumultuada saída de Denise da Anac, em 2007.

Lula foi informado sobre o teor explosivo das denúncias em reuniões realizadas desde quarta-feira. A partir de então,

os ministros da coordenação política do governo foram orientados a destacar, em entrevistas, a importância das declarações do juiz Luiz Roberto Ayoub, coordenador do processo de recuperação judicial da Varig. Motivo: Ayoub qualificou as negociações para a venda da Varig e da VarigLog como “atos jurídicos perfeitos e acabados”.

O discurso oficial é o de que o governo está “tranquilo” em relação ao episódio porque não houve pressão da Casa Civil sobre ninguém nem injeção de dinheiro público na operação. No

Planalto, Denise é vista como uma pessoa que cria problemas e age movida por interesses particulares. Amigos de Dilma juraram que ela foi indicada para o cargo pelo ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Ele nega, mas afirma que aprovou a indicação

por conhecê-la há muito tempo.

Um auxiliar de Lula disse ao Estado que a relação com a advogada “nunca foi boa”. Em con-

versas reservadas, interlocutores do presidente garantem que é impossível fazer acordo com Denise Abreu como foi feito

com José Aparecido Nunes Ferreira, o ex-secretário de Controle Interno acusado de vazar o dossiê produzido na Casa Civil com despesas de FHC.

José Aparecido foi à CPI e assumiu sozinho a responsabilidade pela crise, inocentando Dilma e a secretária-executiva, Erenice Guerra. Em troca, obte-

ve a garantia de que sua punição na Casa Civil não passará

de infração administrativa e retomou suas atividades no Tribunal de Contas da União (TCU). O governo considera, porém, que a crise pode se prolongar com Denise em seu encalço.

A primeira estratégia dos aliados foi tentar abafar a convocação de todos os diretores da agência, mas o líder do governo no Senado, Romero Jucá

(PMDB-RR), convenceu o Planalto de que era melhor ceder

para evitar mais desgaste e a impressão de que se estava tentando esconder algo. A atitude de Jucá causou mal-estar no PT. Dilma permaneceu calada. Chamada por jornalistas que queriam entrevistá-la, ela deixou ontem a cerimônia para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente antes mesmo de Lula, o que não é habitual. ●

ÁGUA NA FERVURA

José Múcio Monteiro
Ministro das Relações
Institucionais

“Denúncia de ressentido tem excesso de passionalidade”

Paulo Bernardo
Ministro do Planejamento

“Não se pode acusar quem entra no Palácio de tráfico de influência”

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dados da Receita e do BC sobre Varig foram engavetados”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de junho de 2008.

A matéria destaca que as informações prestadas pelo Banco Central e pela Receita Federal sobre a titularidade do controle acionários da Volo do Brasil S.A. e a origem de seu capital não foram submetidos a apreciação da Anac.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dados da Receita e do BC sobre Varig foram engavetados

Informações sobre o controle societário e origem do capital da Volo não foram submetidas à diretoria da Anac

Ribamar Oliveira
Marilena Barbosa
BRASÍLIA

As informações prestadas pelo Banco Central (BC) e pela Receita Federal sobre a titularidade do controle societário da Volo do Brasil S.A. e a origem de seu capital não foram submetidas à apreciação da diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). “O meu gabinete jamais recebeu essas respostas (do BC e da Receita)”, garantiu a ex-diretora da Anac Denise Abreu.

Dois outros ex-diretores e dois ex-funcionários da agência, que pediram para não serem identificados, ouvidos pelo Estado, também confirmaram que as respostas nunca foram repassadas à diretoria e

analisadas em reunião do colegiado.

Não há dúvidas, no entanto, que as respostas foram remetidas à Anac. Por meio de sua assessoria, o BC disse que recebeu o ofício da Anac, com o pedido de informações sobre a Volo do Brasil, no dia 29 de janeiro de 2007, e encaminhou a resposta em 15 de fevereiro do mesmo ano.

A Receita recebeu a solicitação de informações em 16 de janeiro de 2007 e encaminhou as respostas à Anac em 21 de fevereiro do mesmo ano. Nem o BC nem a Receita revelaram o teor das informações prestadas, com o argumento de que elas são protegidas pelos sigilos bancário e fiscal.

Em 12 de dezembro de 2006, então diretoria da Anac aco-

lheu o parecer jurídico nº 117/2006, da Procuradoria da entidade, e instituiu diligências para avaliação da legalidade da transferência do controle acionário da empresa Varig Logística S.A. (VarigLog), na época pertencente à Aero-LB, para a Volo do Brasil S.A.

A procuradoria da Anac, por meio do parecer, aconselhou a diretoria da agência a adotar uma série de providências para afastar quaisquer dúvidas sobre a titularidade do controle societário da Volo do Brasil. Por isso, foi pedido ao BC e à Receita que informassem a composição acionária da Volo do Brasil e indicassem o seu controle, direto ou indireto, por brasileiros ou estrangeiros, e se o seu capital e de suas subsidiárias é nacional ou estrangeiro.

LIMITE

O parecer jurídico nº 117/2006 foi elaborado em razão de um recurso do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Snea) contra a decisão da diretoria da Anac, de 28 de junho de 2006, que autorizou a transferência do controle societário da VarigLog para a Volo do Brasil.

O Snea queria saber se a Volo cumpria a determinação do artigo 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBAer), que prevê um limite de 20% de participação estrangeira no capital com direito a voto de empresa aérea nacional.

A conclusão do parecer 117 foi de que a decisão da diretoria da Anac, que aprovou o pedido de autorização prévia para aquisição da VarigLog pela Volo do

Brasil, deveria ser mantida “até que se concluíssem as diligências a serem conduzidas por esta Procuradoria”. As diligências eram aquelas relacionadas com as consultas ao Banco Central e à Receita Federal.

Assim que as informações solicitadas ao BC e à Receita chegaram à Anac, o então presidente da agência deveria ter dado conhecimento delas aos demais diretores e escolher um deles para relatar o caso, segundo explicou um ex-funcionário da instituição. Isso porque, de acordo com o parecer aprovado pela diretoria colegiada, os resultados das diligências serviriam de base para o julgamento final da diretoria da Anac sobre a aquisição da

VarigLog pela Volo. Isso não ocorreu, segundo Denise Abreu e as demais fontes ouvidas pelo Estado.

Hoje, não há mais dúvida, como mostrou a edição de domingo passado do Estado, que a compra da VarigLog tinha um contrato de gaveta que obrigava os sócios brasileiros (Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Gallo) a entregar 100% da empresa ao fundo de investimentos Matlin Patterson. Cópia do documento foi publicada na terça-feira passada pelo jornal *O Globo*, provando que as exigências da direção da Anac tinham fundamento. ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A Assombração do Continuismo”, publicada pela revista **Veja**, de 16 de abril de 2008.

A matéria destaca que o movimento feito por setores do Partido dos Trabalhadores (PT) ainda propõe um terceiro mandato ao Presidente Lula, mesmo com o Presidente afirmando que “isso é brincar com a democracia”. A matéria alerta, também, para os riscos do fim da alternância de poder.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ASSOMBRAÇÃO DO CONTINUÍSMO

A idéia de um terceiro mandato consecutivo para Lula volta a circular em Brasília. O presidente já disse que isso é brincar com a democracia. Mas, pelo jeito, seus amigos e aliados precisam receber dele uma mensagem ainda mais enfática

Marcelo Carneiro e Otávio Cabral

É uma idéia estapafúrdia que, volta e meia, reaparece no noticiário político, oriunda do baú dos ideólogos da esquerda marxista e dos parlamentares fisiologistas de qualquer espectro — a de mudar a Constituição brasileira e permitir que o presidente Lula possa concorrer a um terceiro mandato em 2010. Na visão obtusa e esquemática dos ideólogos, a justificativa é que a chegada de um ex-operário ao Planalto representaria o “fim da história”, com o povo instalado no poder, e, então, para que fazer eleições? É Lula lá até quando a biologia permitir... Nessa visão, a saída de Lula significaria, assim, um retrocesso na marcha para o socialismo, sendo o terceiro mandato apenas uma etapa para, se tudo der certo, a manutenção vitalícia do companheiro na Presidência da República Popular do Brasil. Na visão igualmente obtusa, mas pragmática, dos fisiologistas, dar ao presidente a possibilidade de ter mais um mandato consecutivo seria a forma de esticar a boquinha que eles e seus apadrinhados têm no atual governo. Boquinha, não, bocarra. Há, pelo menos, 10 000 petistas em cargos de confiança na administração federal. Boa

parte deles são pelegos da república sindical — aquela gente que organizou dias atrás um convescote no Salão Negro do Congresso para comemorar o presente que Lula lhe deu, ao vetar a fiscalização da dinheirama que os brasileiros que pagam impostos entregam aos cofres das centrais sindicais. “Os dirigentes sindicais, na gestão petista, passaram a ocupar muitos postos-chave do governo”, afirma o sociólogo Leônicio Martins Rodrigues. “Uma vez instalados lá, não pensam mais em voltar para o trabalho na fábrica.” Esse é o caldo principal no qual é cozida a idéia de um terceiro mandato.

A maioria dos políticos governistas nega o namoro com essa aberração. “Anuncio desde já o apoio à volta de Lula à Presidência em 2014 ou 2015.

Mas em 2010, não, de maneira nenhuma vamos apoiar essa iniciativa”, diz o deputado Luciano Castro, líder do PR. “O país tem uma Constituição que precisa ser respeitada e não pode ser mudada para se adaptar à conveniência de cada governo”, afir-

ma o senador petista Delcídio Amaral. O próprio Lula, que sempre rechaçou mais um mandato consecutivo em pronunciamentos oficiais, voltou a declarar na semana passada, durante uma entrevista coletiva na Holanda: “Sou contra o terceiro mandato porque a democracia é um valor incomensurável com o qual não podemos brincar. E, segundo, a alternância de poder é uma coisa extremamente saudável para o país”. Ele acrescentou: “Qualquer pessoa que se ache imprescindível começa a colocar riscos à democracia. Pobre do governante que começa a achar que é insubstituível ou imprescindível. Está nascendo, dentro dele, uma pequena porção de autoritarismo ou de prepotência. E isso

UÍSQUE E CANAPÉS

Amigos do rei, sindicalistas festejam a manutenção de imposto com coquetel regado a uísque 12 anos: vida longa ao rei

eu não carrego na minha bagagem política”. Lula foi contundente, mas ainda não o suficiente para convencer sua própria corte. A verdade é que planos para esticar o mandato do presidente continuam sendo gestados e ficam a cada dia mais mirabolantes.

Sem que haja um candidato do PT com reais oportunidades de suceder a Lula em 2010, a tese do terceiro mandato anda açulando ainda mais a imaginação de pessoas bem próximas ao presidente — e é isso que faz com que a veemência de Lula contra a proposta seja vista com uma dose de desconfiança. O deputado petista Devanir Ribeiro, compadre e amigão do presidente desde os tempos do ABC (ambos até passaram o

réveillon juntos, na Granja do Torto, parece ter a missão precípua de se balnear em ensaios para ver se a coisa funciona. De quando em vez, ameaça aprovar um projeto de emenda à Constituição. Na semana passada, depois de várias reuniões, ele acabou adiando de novo sua proposta. A rejeição quase absoluta à tese de um terceiro mandato, segundo o parlamentar, fez com que ele modificasse “um pouco” o seu projeto. Inicialmente, pretendia acabar com a reeleição, prorrogar o mandato do amigo até 2011 ou 2012 e deixar uma brecha legal para um novo mandato — que ele chama de “nova eleição” e não de reeleição (veja quadro na página ao lado).

Na última quarta-feira, em um discurso proferido no plenário da Câmara, Delcídio revelou a VEJA os detalhes de sua proposta: vai propor — nesta semana

OS CAMINHOS PARA O TERCEIRO MANDATO DE LULA

EMENDA CONSTITUCIONAL DIRETA

O que é: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para criar a possibilidade de o presidente da República ser eleito mais de duas vezes consecutivas



As chances: os governistas que defendem a ideia da PEC precisam conseguir o apoio de três quintos do Congresso (308 deputados e 49 senadores). O governo tem esse número de votos na Câmara, mas não no Senado

gundo ele — um mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos, de vereador a presidente da República. Ao mesmo tempo, quer aprovar a unificação do pleito para que todos os cargos sejam disputados de uma vez a cada cinco anos. Para que essa coincidência de datas ocorra, o deputado vai propor que o atual mandato de Lula, dos governadores, senadores, deputados federais e estaduais seja ampliado para mais dois anos. “Aí teríamos uma eleição única em 2012. A partir daí, todos os políticos teriam mandato

de cinco anos. É uma proposta coerente, que traz economia de recursos ao reduzir o número de eleições”, disse Devanir. Resumindo: pela proposta do deputado *muy* amigo, Lula, de imediato, já ganharia mais dois anos de mandato.

"ZERAR O JOGO"

O que é: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para prorrogar o mandato presidencial para cinco anos. Lula ficaria, assim, até 2011. Segundo alguns intérpretes, se ela passar, Lula poderia se candidatar imediatamente após o término de seu segundo mandato, porque as novas regras teriam “zerado o jogo”



As chances: há simpatias de vários partidos no Congresso ao mandato de cinco anos sem reeleição, mas existe também o medo de que tal medida abra espaço para interpretações continuístas

PLEBISCITO

O que é: uma consulta direta à população, em que se perguntaria ao povo se Lula pode concorrer a um terceiro mandato. São precisos os votos de 257 deputados e 41 senadores para convocar um plebiscito, bem menos do que os necessários para aprovar uma PEC



As chances: os governistas têm votos suficientes para convocar um plebiscito, mas a vitória de um SIM ao terceiro mandato levaria a questão ao Supremo Tribunal Federal, já que implica mudança na Constituição

Se o plano der inteiramente certo, o presidente ainda poderá se candidatar em 2012 a mais cinco anos de mandato. Não seria re-reeleição, mas uma eleição baseada em “novas regras”. Ou seja, o projeto de Devanir daria ao presidente a chance de ficar quinze anos seguidos no poder. Na história republicana, ele se igualaria ao ditador Getúlio Vargas, que comandou o Brasil por quinze anos seguidos. “Lula não tem por que ser contra. O que vou propor agora não é plebiscito nem terceiro mandato”, devaneia Devanir.

O deputado balonista não é uma voz solitária na Câmara. Os petistas Carlos Santana (RJ) e Marco Maia (RS) já anunciaram que vão insistir na continuidade de Lula na Presidência, mesmo que para isso seja preciso pegar um atalho na democracia. Os petistas querem propor a realização de um plebiscito para saber o que os brasileiros pensam sobre o assunto. Para isso, precisam apenas de metade dos congressistas. Seria um plebiscito diferente, não apenas consultivo, mas com força de lei — algo semelhante ao que Hugo Chávez fez na

Venezuela recentemente e que resultou num sonoro “no!” dos eleitores. Plebiscitos são um instrumento válido, desde que não sejam usados como arma contra a democracia. Em 1993, os brasileiros foram às urnas para opinar se o regime político do país deveria ser presidencialista, parlamentarista ou monarquista. Nenhuma das três opções significaria o fim das conquistas democráticas. Já o plebiscito imaginado pelos petistas e ancorado na alta popularidade de Lula seria destinado a torpedear a democracia representativa e, por tabela, uma de suas pedras angulares: a alternância no poder.

Um terceiro mandato consecutivo — para Lula ou qualquer outro nome — seria nefasto para o Brasil. E também para a biografia do presidente. A história mostra que aumento da corrupção, desordem na economia e restrição às liberdades costumam ser o legado dos governantes que resistem a deixar o cargo. “A manutenção no poder, por longo período, de um governante ou grupo político potencializa o risco de retrocesso econômico”, diz o professor da Universidade de São Paulo Júlio Pimentel Filho, especialista em América Latina. No México, os 71 anos ininterruptos de domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI) atrasaram em décadas o avanço do país. Nos anos 50, enquanto seus vizinhos latinos ingressavam em um ciclo de desenvolvimento, os mexicanos sofriam com a teimosia do partido na continuidade de uma política agrária voltada para a subsistência. No Paraguai, o longo reinado do Partido Colorado, que permanece no poder até hoje, ajudou a florescer a corrupção, o contrabando e o narcotráfico.

“A alternância de poder é essencial, também, porque permite a renovação de idéias e a vigilância sobre o uso da máquina do estado. Além disso,

evita um grande perigo: o de um vácuo de lideranças — condição fundamental para perenizar ditadores”, afirma a cientista política Lucia Hippolito. Para o jurista Saulo Ramos, a perpetuação de um presidente ou de um único partido tem como corolário a deterioração dos princípios éticos. “A corrupção aumenta e generaliza-se, porque os governantes e seus acólitos adquirem a certeza da impunidade que o poder político infunde aos que fazem dele um meio de servir-se.”

A alternância de poder nasceu na Grécia antiga e serviu como base da revolução inglesa do século XVII, que marcou o rompimento com o absolutismo. Para os revolucionários ingleses, a figura do rei como fonte única de poder era inaceitável. Os americanos, herdeiros diretos do liberalismo inglês, levam tão a sério esse princípio que ao presidente dos Estados Unidos só é permitida uma única tentativa de reeleição. Após cumprir dois mandatos, ele nunca mais poderá se candidatar ao cargo. Esse limite foi imposto depois que Franklin

Delano Roosevelt conseguiu seu quarto mandato consecutivo. O exemplo de Roosevelt, por sinal, é invocado pelos adeptos de um terceiro tempo para Lula. Eles se esquecem de que os Estados Unidos enfrentavam, então, uma guerra na Ásia e na Europa e não deviam apresentar divisões internas diante do inimigo. Nada que se compare à tranqüila situação do Brasil nos dias de hoje.

No caso brasileiro, é preciso atenção redobrada, uma vez que a regra do jogo

A TENTAÇÃO DO CONTINUÍSMO

Corrupção, desordem na economia e totalitarismo compõem o legado dos governantes que chegaram ao poder pelo voto e depois deram um jeito de permanecer lá por um longo período

presidencial tem sido mudar a regra — sempre em favor de quem está no cargo, é claro. Para ficar apenas nos governantes do período pós-regime militar, José Sarney esticou seu mandato em mais um ano e Fernando Henrique Cardoso emplacou uma emenda à Constituição que lhe deu o direito de disputar — e vencer — a reeleição. Essa é, inclusive, a tese esgrimida pelos petistas para justificar uma nova mudança na lei, como se dois erros fizessem um acerto. Enquanto o balonista Devanir solta seus aeróstatos para o distinto público, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, e o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), costuram no Congresso a aprovação de uma reforma política que começaria pela abolição do instituto da reeleição e pela extensão do mandato para cinco anos. Berzoini e Fontana têm apresentado a seus interlocutores um levantamento mostrando que, apesar de a atual legislação prever um mandato de quatro anos, na prática os presidentes brasileiros nunca mantiveram essa regularidade. O prazo, segundo eles, teria sido uma mera cópia da Constituição americana pela

primeira carta da república brasileira, de 1891. Mesmo assim, afirmam, depois de 1930, os mandatos presidenciais foram definidos muito mais pela força do presidente do que pela letra da lei.

Nas conversas que têm mantido com políticos de outros partidos, Berzoini e Fontana não deixam claro se as mudanças já valeriam para Lula, que poderia, então, concorrer à reeleição pela segunda vez. A clareza fica por conta do bom e confiável Devanir. De qualquer modo, na gestão petista, alguns dos malefícios da ausência de alternância no poder já são uma realidade. “Tudo começa com uma sensação de onipotência e termina em um estado policial, que controla a vida dos cidadãos. No atual governo, o caso do dossiê é um exemplo disso”, diz o deputado federal Fernando Gabeira, apontando uma das evidências de que o vírus do continuísmo infectou os petistas. Para o cientista político Rubens Figueiredo, “o PT já deu mos-

tras de que não se incomoda em desrespeitar os limites institucionais”. Alterar novamente as regras do jogo seria, então, apenas mais um movimento no tabuleiro em favor da permanência do grupo político hoje instalado no Planalto. E contra o Brasil.

VEJA ouviu na semana passada ministros do Supremo Tribunal Federal, que se manifestaram sobre o terceiro mandato com a condição do anonimato, pois podem vir a ter de julgar o assunto. O entendimento geral é que a corte será provocada a opinar sobre a legalidade de qualquer emenda à Constituição que altere a duração do mandato presidencial. Nos últimos anos, o STF passou a examinar com mais frequência a legalidade de decisões tomadas pelo Congresso sobre legislação eleitoral. Foi assim em relação à verticalização de alianças e à fidelidade partidária. E assim será em alterações no mandato presidencial. A aprovação direta de uma emenda que permita o terceiro mandato levaria mais polêmica ao tribunal. Três ministros entrevistados avaliaram que seria um “casuísmo” sem precedentes no mundo democrático. Portanto, os três votariam pela derrubada da emenda. Alguns magistrados, porém, entendem que, apesar do casuísmo, o Supremo não teria condição de anular a decisão do Con-

gresso, que é soberano. “No entendimento majoritário do STF, estaria configurado um golpe constitucional, contra o qual não se poderia fazer nada”, diz um dos ministros da corte.

Já o plebiscito e a possibilidade de uma “nova eleição” para Lula não encontram sustentação legal alguma, segundo os ministros. “Essa tese de zerar o jogo só é defendida por juristas de encomenda. Quando a reeleição foi aprovada, em 1997, alguns dirigentes do PSDB tentaram emplacar a tese de que Fernando Henrique poderia disputar mais duas eleições com a regra nova. Ninguém sério do meio jurídico aceitou o argumento”, afirma outro ministro. A adoção de um terceiro mandato apenas por plebiscito também é fortemente questionada. Para os ministros, não é legal modificar cláusulas pétreas da Constituição por consulta popular sem a chancela do Congresso. “Esse tipo de democracia direta é típico de republiquetas que não prezam pelo respeito à democracia ou à lei. O Brasil já tem um Congresso eleito le-

ELES TAMBÉM ESTICARAM SEU MANDATO

Os quatro presidentes brasileiros que prorrogaram sua estada no poder modificando ou driblando a Constituição

Florianópolis **(1891-1894)**

Vice de Deodoro da Fonseca, assumiu a Presidência após a renúncia do titular. Deveria permanecer no cargo apenas para convocar novas eleições, mas, por meio da manipulação do Congresso, conseguiu ficar até o fim do mandato do antecessor

Castello Branco **(1964-1967)**

Deveria ficar na Presidência até 1966, ano em que se encerraria o mandato de João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964. Em virtude de emenda constitucional aprovada pelo Congresso, ficou até 1967

José Sarney **(1985-1990)**

Assumiu a Presidência com o adocimento de Tancredo Neves, de quem era vice. Prometeu ficar no cargo quatro anos, mas mudou de idéia. A farta distribuição de concessões de rádio e TV que promoveu ajudou a convencer o Congresso a esticar seu mandato para cinco anos

Fernando Henrique Cardoso **(1995-2002)**

Segundo presidente eleito diretamente após a redemocratização, FHC propôs a criação do instituto da reeleição. A emenda foi aprovada pelo Congresso, sob denúncias não comprovadas de compra de votos. Reeleito em 1998, permaneceu oito anos no poder

galmente, que representa o povo e deve tomar as decisões por ele”, diz um deles. Além disso, a mudança constitucional por plebiscito abriria um precedente perigoso. Todo obstáculo a um governo com grande popularidade, como o atual, poderia ser removido por decisão do povo. Isso poderia implicar a dissolução do Congresso ou do próprio Supremo. A primeira autoridade do Judiciário a declarar publicamente sua oposição ao continuísmo de Lula foi o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros: “A alternância no poder é salutar. Como cidadão, eu me preocupo muito com a mudança das regras no meio do jogo. Um dos grandes males para o direito eleitoral foi a instituição da reeleição. Ela foi extremamente negativa”.

O PT convocou reunião da executiva nacional para discutir o tema do terceiro mandato nesta terça-feira. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, a petista do tucupi, chegou a soltar uma nota pública, defendendo a ruptura da lei para a permanência de Lula. De ruptura da lei ela entende. Outros aliados preferem dar um apoio mais contido,

como o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), ex-ministro das Comunicações de Lula. O presidente falou sobre o tema em encontro com quatro senadores do PDT na terça-feira 8. Disse ele: “Mesmo que o PT viesse em peso reunido aqui me pedir para apoiar o terceiro mandato, eu não aceitaria. Eu rompo com o PT, se o partido começar a pregar a defesa de um terceiro mandato”. Como é de

seu estilo, Lula acabou deixando uma brecha, dizendo que não vai desestimular o debate “porque é bom saber que me querem”.

Ser dúbio nas questões que dizem respeito a seu futuro político, mesmo que imediato, é uma das marcas registradas de Lula. Ele sempre agiu assim. Todas as vezes em que foi candidato — até mesmo na campanha para reeleição, em 2006 —, ele deixou para a última hora a definição. Seu instinto foi recompensado sempre. Como não existiu no passado recente — nem existe agora — o espectro de esquerda nenhum nome com a mesma estatura de Lula, a indefinição acaba conspirando a favor dele. Ela agora tem dois efeitos. Primeiro, mantém o nome de Lula sempre no primeiro plano da política, o que lhe agrada muito. Segundo, alimenta o entusiasmo em torno do terceiro man-

dato, o que ele afirma ser um estorvo. Lula pode mudar de ideia se sua continuação no Planalto for “a vontade do povo”? Devanir esteve com o presidente pelo menos quatro vezes desde que se começou a falar em terceiro mandato. Em nenhuma delas lhe foi pedido que abortasse a proposta. A primeira foi em 6 de novembro do ano passado, no gabinete de Lula. Além dos dois, estavam presentes o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e o presidente do PT, Ricardo Berzoini. Lula perguntou: “Que história é essa de terceiro mandato, Deva?”. Devanir explicou sua proposta. Lula apenas sorriu e completou: “É cada uma que me aparece...”. Depois, estiveram juntos no Ano-Novo. Devanir avisou que, no início do ano legislativo, apresentaria a proposta. Já neste ano, o deputado foi uma vez ao gabinete presidencial e outra ao Palácio da Alvorada. Relatou como andava seu projeto. De acordo com o que disse a colegas, Lula jamais pediu que ele desistisse, embora tampouco tenha dado apoio explícito. “É lógico que se o Lula mandasse eu desistiria”, disse o deputado a amigos. É o velho instinto de Lula de novo em ação.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje o privilégio desta tribuna para registrar com entusiasmo as aprovações de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos últimos doze meses, para a região Norte.

Esses empréstimos somaram R\$10,2 bilhões. E o entusiasmo deve-se ao fato de que, em relação aos doze meses finalizados em maio de 2007, tivemos um aumento de 402% nas aprovações para a região.

No período anterior, a Região Norte recebeu R\$2 bilhões em empréstimos da instituição. O chefe do Departamento Regional do BNDES no Nordeste, Paulo Guimarães, explica que esse fomento justifica-se na expansão da mineração, em evidente referência às recentes descobertas minerais no Norte do Brasil.

Os desembolsos do BNDES para a Região Norte mostraram alta de 149% entre abril de 2007 e maio de 2008, totalizando R\$4,7 bilhões.

O crescimento dos investimentos em minério de ferro, aqui especialmente destacado, expressa a

necessidade de infra-estrutura de energia e de transportes no Norte brasileiro, principalmente no âmbito ferroviário.

Além da expansão da fronteira econômica, o técnico do BNDES apontou como motivo para o crescimento do número de desembolsos o desenvolvimento dos centros urbanos, através de projetos de infra-estrutura urbana e social, com destaque para obras de água e saneamento.

Chamo atenção portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, para esses três pilares, motivadores desse crescimento, tanto do desembolso quanto de aprovações.

Outros setores contemplados com recursos do BNDES na Região Norte foram o de turismo e equipamentos urbanos.

Permito-me lembrar que os projetos de energia também vêm despontando na região.

Ao contrário do Nordeste, que já esgotou seu processo de barragens, nossa bacia hidrográfica permite e justifica o investimento, enquanto fronteira de geração de energia hidrelétrica.

Um dos projetos aprovados pelo banco no Nordeste é a construção da hidrelétrica de Estreito, entre os estados do Maranhão e Tocantins, com capacidade de geração de 1.087 megawatts (MW) de energia.

A obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo federal e está avaliada em R\$3,3 bilhões.

Na área de mineração, o banco aprovou em setembro do ano passado crédito de mais de R\$ 580

milhões para a empresa MMX Amapá-Mineração e Logística – empresa que está implantando uma mina e unidade de beneficiamento de minério de ferro no Amapá, com capacidade de produção anual de 6,5 milhões de toneladas.

Na área de logística, foram concedidos R\$774 milhões para a mineradora Vale aumentar a capacidade de transporte da Estrada de Ferro Carajás, entre os estados do Pará e Maranhão.

No Acre, o BNDES aprovou recentemente R\$517 milhões para a realização de obras de urbanismo e projetos de saneamento. Esses recursos englobam ainda projetos nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e econômico e integração.

Faço assim este registro breve, que, como disse, vem movido pelo entusiasmo e pelo orgulho de ver que a Região Norte constitui-se hoje na fronteira mineral do País.

São perspectivas alvissareiras e que estão sendo contempladas pela oportuna ação do Governo federal. Não podia passar sem registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

Gabinete do Presidente

03/07/2008

Quinta

11:00 Audiência com o Vice-Governador do DF, Paulo Octávio; Secretário de Justiça do DF, Raimundo Ribeiro e a Presidente da OAB, Dra. Estefânia Viveiros.
Gabinete da Presidência do Senado Federal

14:00 Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate a situação de segurança dos oficiais de justiça
Plenário 2 - Ala Nilo Coelho

16:00 Ordem do Dia - Sessão deliberativa do Senado Federal
Plenário do Senado Federal

CONVÊNIO Nº 0023 / 2008
(Processo n.º 007.374/06-2)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO BVA S/A
PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO BVA S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 32.254.138/0001-03, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, Salas 1901 e 1902, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-918, Telefone (21) 3231-1180, Fax (21) 3231-1149, representado por Alexandre Fonseca Schmid, Cel.: (21) 9218-2527, E-mail: Schmid@bancobva.com.br, doravante designada **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

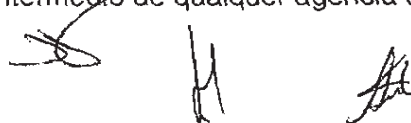
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.



Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

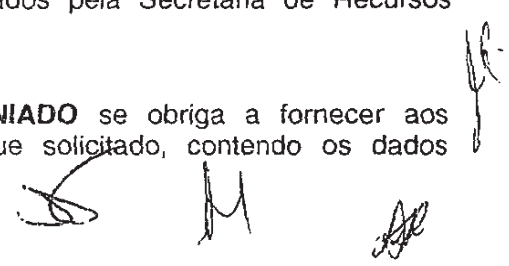
Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados



detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

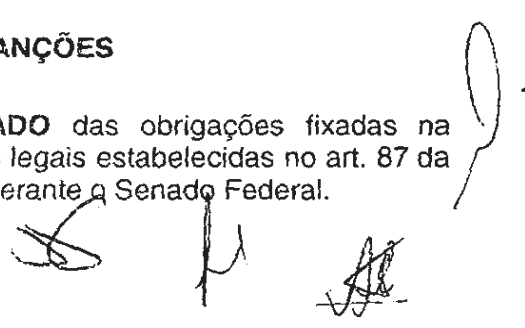
Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

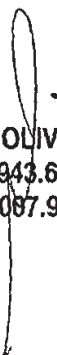
Brasília-DF, 03 de julho de 2008.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL



JORGE RIBEIRO DA SILVA CALDAS NETO
RG: 06.193.734 SSP/RJ
CPF: 011.636.747-45



ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA PINTO PASCOAL
RG: 6.943.605 SSP/SP
CPF: 087.997.168-71



Dimítrios Hadjivicolam
Diretor da SADC



Dimítrios Hadjivicolam
Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
 - vago**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9 titulares

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

TITULARES

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁹⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽¹⁰⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (8)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
9. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
10. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n.º 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n.º 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,11)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹³⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
11. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
12. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
13. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
14. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽²⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.

8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁴ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 19.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS